

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Em Busca do Trabalho

Estudo Sobre os Egressos do Ensino Técnico
Agropecuário da Paraíba - 1974/1981

ANA LIGIA DA CRUZ BARBCSA ARAÚJO

Campina Grande - Junho de 1984

- EM BUSCA DO TRABALHO -

Estudo sobre os egressos do Ensino Técnico

Agropecuário na Paraíba - 1974/1981

ANA LÍGIA DA CRUZ BARBOSA ARAÚJO

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Sociologia, com área de
Concentração em Sociologia Rural, da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para obten-
ção do grau de Mestre.

Orientador: ELIMAR NASCIMENTO

○
CAMPINA GRANDE - Paraíba

Junho - 1984*

A memória de meu pai, **GILVAN**, por tudo que ele foi
e pelo grande estímulo que sempre deu a minha
vida profissional.

A minha mãe **ISIS**, presença e cooperação constantes.

Ao meu esposo **JOSÉ. ARNÓBIO** e nossos filhos **JUNIOR**
e **GILVAN**, pela paciência e compreensão.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à cooperação de muitas pessoas. Queremos pois, agradecer:

- À *Elimar*, orientador, amigo, máxima eficiência;
- Ao TAS entrevistados que, com interesse e boa vontade, transmitiram-nos informações sobre suas tentativas e experiências profissionais;
- Às alunas do Curso de Pedagogia da FUPNe que realizaram conosco as entrevistas;
- A todos os que fazem o Colégio Agrícola Assis Chateaubriand e Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, nas pessoa das Professoras *Maria Bernadete Gama Vieira*, *Glória de Lourdes Medeiros Guimarães*, *Marcia Maria Guimarães Santa Cruz*, que possibilitaram nossa participação em várias atividades e na realização da pesquisa inicial e básica do desenvolvimento de nosso trabalho;
- Aos professores *Nely de Lima e Melo*, *Gitana Figueiredo Lira*, *Walter Pessoa*, *Hugo Patier*, pelas sugestões oferecidas;
- À *Profa. Berenice Lins Marcelino Borges*, pela ajuda prestada na análise estatística dos dados;
- À *Francisco de Assis Coutinho*, pela realização da análise quantitativa dos dados, através do Statistical Packag For the Social Seinces (SPSS) no Setor de Computação da UFPb;
- À *Prof.^a Leônia Leão*, pela cooperação no aperfeiçoamento da redação final;
- Aos Professores *Stênio Lopes* e *Clodoaldo Muniz*, pela cooperação.
- Aos demais colegas que, direta ou indiretamente, contribuíram conosco, para elaboração deste trabalho.

EM BUSCA DO TRABALHO

Estudo sobre os Egressos do Ensino Técnico
Agropecuário na Paraíba - 1974/1981.

Ana Lígia da Cruz Barbosa Araújo

Tese Aprovada em _____

Orientador

Componente da Banca

Componente da Banca

CAMPINA GRANDE

JUNHO-1984

RESUMO

O presente estudo visa detectar a relação entre escola/trabalho na situação específica de Curso Técnico, Agropecuário (CTA), curso profissionalizante a nível de 2º grau, na Paraíba, através de levantamento da situação profissional dos egressos do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) e Colégio Agrícola Assis Chateaubriand no período 1974/1981.

Inicialmente, fizemos um estudo da educação na sociedade capitalista em geral e da história desta forma de ensino no Brasil, a fim de podermos situá-lo na atualidade e caracterizarmos os 2 (dois) colégios que serviram de base à pesquisa realizada.

Mereceu destaque especial a caracterização de egressos e a situação profissional em que ele se encontra, e quais os fatores que dificultam suas possibilidades de ingressar no mundo do trabalho.

Como instrumento de coleta de dados, utilizamos um questionário através do qual foram atingidos 305 egressos dos 901 que concluíram o curso no período delimitado.

Com a análise dos depoimentos obtidos chegamos à conclusão de que embora a maior parte dos alunos esteja trabalhando, apenas relativamente, pequeno percentual labora em sua área de formação (45,9%) porque os demais trabalham fora dessa área (23,3%) exercendo as mais variadas funções. Entre os primeiros, observamos que um índice significativo está vinculado a empresas do setor público, havendo predominantemente, ingresso por concurso. Paralelamente, contatamos também contingente elevado

de Técnicos Agropecuários (TAs) desempregados (22,9%). Pequeno percentual de egressos está fazendo curso superior (7,8%) não obstante o alto índice que procura a Universidade (81,0%).

Verificamos ainda, que as causas principais apontadas pelos egressos, motivando o afastamento de sua área de formação, são voltadas para o fato de eles não conseguirem emprego pela limitação do mercado de trabalho (60,0% dos que trabalham em ou tras atividades e 65,8% dos desempregados, apontaram esta causa como a mais relevante).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	01
O Problema -----	01
Metddologia -----	06
1. A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA -----	12
Funções da Educação -----	13
Os Impasses do Trabalho Profissional -----	31
2. BREVE HISTÓRICO DO ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA NO BRASIL	40
Origem do Ensino Agrícola (1822-1899) -----	40
A República Velha (1899-1930) -----	44
A Segunda República (1930-1945) -----	47
Período Democrático (1945-1969) -----	51
Novo Período Ditatorial (1964-1967) -----	54
3. SITUAÇÃO ATUAL DO ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA NO BRASIL-	59
A COAGRI -----	66
O Ensino Técnico Agrícola na Paraíba -----	71
4. PERFIL DOS EGRESSOS DO ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA -----	78
Os Egressos na Perspectiva de sua Formação Profissional—	90
5. SITUAÇÃO - OCUPACIONAL -----	99
Onde trabalham os Técnicos Agropecuários -----	102
Os que trabalham em sua Área de Formação Profissional	107
Os que trabalham Fora de sua Área de Formação Profissional-	121
Os Desempregados -----	124
6. O ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA : VIA DE ACESSO À UNIVERSI-	
DADE?-----	129
CONCLUSÃO -----	142
ANEXOS -----	146
BIBLIOGRAFIA -----	154

LISTA DE TABELAS

I -	Técnicos Agropecuários Egressos do CAVN e CAAC....	06
II -	Distribuição da População Frequentando a Escola por Grupos de Rendimento Mensal, Familiar e Situação do Domicílio, segundo Grau e Séries de Ensino-1970-79	16
III -	Estudantes de 5 anos e mais, por Situação de Domicílio, segundo Graus e Níveis de Ensino que frequentam - Brasil - 1981	18
IV -	Evolução da Matrícula Total em todos os Níveis de Ensino e seu Índice de crescimento com relação a 1971 (1971 a 1980-Brasil)	22
V -	Número de Escolas Técnicas Agrícolas nos Estados - Brasileiros por tipo de Habilitação	61
VI -	Distribuição das Escolas da COAGRI nos Estados ...	63
VII -	Origem dos Egressos por Região da Paraíba e outros Estados - 1974-1981	79
VIII -	Profissão dos Pais dos Egressos - CAVN-CAAC. 1974/1981	81
IX -	Profissão dos Pais versus/origem Geográfica dos Egressos - CAVN-CAAC - 1974-1981	84
X -	Forma de Exploração: terra/gado, dos Pais dos Egressos CAVN - CAAC - 1974-1981	86
XI -	Quantidade de Trabalhadores contratados pelos Pais dos Egressos - 1974-1981	89
XXI -	Avaliação de Aspectos do Ensino no CAVN e CAAC - 1974 - 1981	90
XIII -	CAVN - Avaliação de Aspectos do Ensino	93

XIV - CAAC - Avaliação de Aspectos do Ensino	94
XV - TAs Empregados e Desempregados : CAVN e CAAC ..	100
XVI - Egressos Desempregados	102
XVII - Técnicos Agropecuários Empregados CAVN-CAAC ...	104
XVIII- Tipos de Empresas em que os TAs trabalham em sua Área de Formação - 1974.1981	108
XIX - Tipos de Empresas em que os TAs trabalham , em sua Área de Formação Profissional - 1974-1981 .	109
XX - Meios pelos quais os TAs conseguiram Emprego em sua Área de Formação Profissional - 1974-1981..	113
XXI - Meios pelos quais os TAs conseguiram Emprego em sua Área de Formação Profissional: CAVN-CAAC...	114
XXII - Meios pelos quais os TAs conseguiram Emprego - versus/Tipo de Empresa - CAVN - CAAC :.....	115
XXIII - Profissão dos Pais, versus/Situação Ocupacional dos Egressos - CAVN - CAAC	117
XXIV - Níveis Salariais dos Egressos, em sua Área de Formação - 1974 - 1981	118
XXV - Níveis Salariais dos Egressos CAVN-CAAC	120
XXVI - TAs que Trabalham fora de sua Área de Formação Profissional	122
XXVII - Motivos pelos quais os TAs Trabalham fora de su a Área de Formação Profissional -CAV/CAAC-1974- 1981.....	123
XXVIII - Motivos pelos quais os TAs Desempregados não es tão trabalhando em sua Área de Formação Profis- sional	127

LISTA DE GRÁFICOS

A - Estudantes de 5 anos e mais, por Situação de Domicílio, segundo Grau e Série de Ensino que frequentam- 1981-----	18
B - Origem dos Egressos por Região da Paraíba e outros Estados 1974-1981 -----	81
C - Profissão dos Pais versus Origem Geográfica dos E- gressos CAVN-CAAC / 1974-181 -----	86
D - Formas de Exploração: Terra/Gado, dos Pais dos E- gressos CAVN - CAAC / 1974 - 1981 -----	88a
E - Técnicos Agropecuários Empregados e Desempregados : CAVN - CAAC -----	100
G - Técnicos Agropecuários Empregados -----	104
H - Meios pelos quais os TAS Consequirem Emprego em sua Área de Formação Profissional - 1974 - 1981 -----	113
I - Meios pelos quais os TAS Consequirem Emprego em sua Área de Formação Profissional CAVN - CAAC -----	114
J - Níveis Salariais dos Egressos em sua Área de Forma- ção Profissional - 1974 - 1981 -----	119-a
L - A procura do Vestibular pelos Egressos do CTA -----	130
M - Egressos Aprovados e Reprovados no Vestibular -----	134

ABREVIACÕES

- COAGRI - Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário
- ETA - Ensino Técnico Agropecuário
- CTA - Colégio Técnico Agropecuário
- CAVN - Colégio Agrícola Vidal de Negreiros
- CAAC - Colégio Agrícola Assis Chateaubriand
- TA - Técnico Agropecuário
- PAO - Práticas Agrícolas Orientadas
- SOE - Serviço de Orientação ao Estudante
- EAFS - Escola Agrotécnica Federal de Sousa
- EACR - Escola Agrotécnica de Catolé do Rocha
- CCEA-JMF Centro Cinecista de Estudos Agrotécnicos "José Mariano de Farias".

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A ação e reflexão são elementos inseparáveis da prática humana. Partindo dessa premissa, fizemos um estudo sobre os egressos do Ensino Técnico Agropecuário (ETA) na Paraíba, do período compreendido entre 1974 e 1981, visto que os produtos da educação formal podem e devem ser avaliados.

As opiniões e experiência dos egressos sobre seu ingresso (ou tentativa de ingresso) no mundo do trabalho e com relação ao funcionamento do curso concluído, são indicadores de que, além de deixar entrever uma realidade pouco estudada em nosso País, podem ser usados tanto como retroalimentação de processo educativo, como possibilitando o ajustamento de alguns problemas existentes, ou ainda como elemento importante a ser considerado nos planejamentos empresariais e governamentais no direcionamento de novas políticas.

Assim, com este trabalho e a realização desta pesquisa, esperamos que através das informações colhidas, possamos dentro de nossas limitações, prestar alguma contribuição ao ETA, especialmente no sentido de proporcionar-lhe maior adequação às reais necessidades da sociedade regional e seu mercado de trabalho, como também suscitar novas reflexões sobre o tema.

O PROBLEMA

Nossa preocupação com o ETA não é recente, teve início nos meados da década de 1970, quando trabalhávamos no Departamento de Educação da Universidade Regional do Nordeste, estando a

este Departamento vinculado o Colégio Técnico Agrícola Assis Chateaubriand (CAAC) localizado na cidade de Lagoa Seca, na Paraíba. Durante alguns anos acompanhamos de perto o funcionamento do colégio e participamos de muitas atividades que ali eram desenvolvidas.

Desde os primeiros contatos com o Curso Técnico Agrópecuário (CTA) consideramos este curso importante para uma região agrícola como a nossa e sentimos que este era o pensamento de todos os que trabalhavam no referido colégio, do mais humilde funcionário ao diretor, principalmente entre os professores e alunos. Todavia, o estabelecimento de ensino tinha vários problemas e lutava constantemente com grandes dificuldades, para as quais (durante o período em que mantivemos esses contatos) não se apresentavam perspectivas de solução, dúvida que nos deixava bastante angustiados.

Dessa forma, quando, no Mestrado em Sociologia (com concentração na área rural) da UFPB, tivemos que optar por um tema, para desenvolvermos nossa tese de Mestrado, não vacilamos em estudar um aspecto ligado ao CTA.

Ao iniciarmos o levantamento bibliográfico sobre o tema, verificamos logo, que teríamos sérias dificuldades em estudá-lo, devido à pobreza bibliográfica existente. Fora os boletins e informativos que nos foram enviados pela Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI) - a nosso pedido - e alguns artigos em número reduzido, publicados em revistas sobre educação, localizamos, apenas um trabalho específico sobre o assunto: foi a tese de Mestrado defendida em 1970, na Universidade Federal de Santa Maria (Rio Grande do Sul) pela professora

Neise Leite Valeda. Apesar disso, continuamos decididas pelo tema, pois a dificuldade se nos apresentou como um desafio.

Sendo o CTA curso profissionalizante a nível de segundo grau, tendo conseqüentemente, como objetivo principal formar profissionais para a área rural, decidimos estudar, a relação entre escola e trabalho, nesta situação específica ou seja na formação profissional do Técnico em Agropecuária (TA) na Paraíba. Um **fato** que muito nos estimulou a analisar este aspecto do ETA foi a grande ênfase dada pela Lei da Reforma do Ensino.. 5692/71, à profissionalização dos cursos de nível médio do qual este curso é parte integrante. Propomo-nos então a estudar:

- qual o nível de absorção dos TAs formados na Paraíba, onde e quais as formas pelas quais estes Técnicos estão sendo assimilados em sua área de formação profissional;
- quais os fatores que favorecem ou dificultam seu **ingressos** no mundo do trabalho;
- até que ponto o caráter de terminalidade do CTA, ditada pela Lei de Reforma de Ensino 5692/71 está sendo atendida, ou se este Curso vem servindo mais de via de acesso à Universidade.

Para desenvolvermos o estudo a que nos propusêramos, tomamos como base os Colégios Agrícolas "Vidal de Negreiros" (CAVN) localizado na cidade de Bananeiras e "Assis Chateaubriand" (CAAC) na cidade de Lagoa Seca, responsáveis pela formação de mais de 95,0% dos TAs na Paraíba. Ambos localizados na região

Agreste e Brejo ¹ da Paraíba, (Vide Anexo 4). Em nossa pesquisa, procuramos atingir o maior número possível de Técnicos, egressos dos referidos Colégios que concluíram 05 cursos compreendido entre 1974 a 1981.

A delimitação do período decorreu de dois motivos fundamentais:

- a impossibilidade de atingirmos todos os egressos do CAVN, o qual conta com mais de 50 anos de funcionamento;
- no CAAC, a primeira turma concluinte, a nível de segundo grau, saíra em 1974.

Além desses, outros fatores influenciaram nossa decisão, como: a criação da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI) (1973), e a implantação da lei de reforma do Ensino 5.692/71, que provocaram maior valorização do ensino profissionalizante em geral, e, em particular, o ETA, a partir do início do período proposto.

No primeiro capítulo deste trabalho fizemos a análise da educação na sociedade capitalista, principalmente de suas funções, procurando fundamentar teoricamente nosso estudo e também no intuito de que pudessemos compreender os mecanismos e exigências dessa relação à educação. Acreditamos que são dessa forma.

1. O agreste "é uma região de transição entre a Mata e Sertão". (Andrade, 1981:21). Aí observamos a existência de trechos quase tão úmidos quanto na Zona da Mata e outros tão secos quanto no Sertão. Na Paraíba, a Microrregião do Brejo possui uma área contínua de 1.105 km², bem individualizada dentro do Agreste, situado no maciço residual da Serra da Borborema, na sua posição oriental. (Sá, 1980:13). A extensão e continuidade do Brejo Paraibano dentro do Agreste, determinam-lhe importância especial, daí esta Região ser chamada do Agreste e Brejo pelo IBGE.

teríamos condições de explicá-la e compreendê-la no aspecto específico do ETA no Brasil. Nesta análise enfatizamos de forma especial, a relação entre escola e trabalho, tentando observar como ocorre a absorção dessa mercadoria que é a mão-de-obra especializada, produto do sistema formal de ensino/profissionalizante.

No segundo capítulo, fizemos um estudo histórico do ETA no Brasil, pois o reputamos imprescindível à compreensão dessa forma de ensino, tal qual se encontra na atualidade. Procuramos também levar em consideração a conjuntura econômica, social e política brasileira, em cada etapa de nossa análise referencial.

No terceiro capítulo, apresentamos o ETA em sua situação atual no Brasil e na Paraíba. Neste capítulo também procuramos caracterizar os colégios que serviram de base para nosso estudo.

No capítulo quarto, levando em consideração os dados da pesquisa que realizamos intentamos traçar o perfil dos egressos do CAVN e CAAC, pois estas características, provavelmente, influenciarão em sua absorção ou não, pelo mercado de trabalho. Assim tentamos definir sua origem geográfica, sexo, profissão dos pais, situação familiar e, ainda, caracterizar o ensino ministrado no Colégio, especialmente com relação à formação profissional (o que necessariamente terá influência em suas possibilidades de trabalho).

No quinto capítulo, fizemos uma análise da situação ocupacional dos egressos dos ETAs que estão trabalhando, seja em sua área de formação profissional ou fora dela, e os que estão

desempregados. Colocamos em destaque o local do trabalho e as atividades desenvolvidas, como também, os meios pelos quais conseguiram emprego na área de formação e seu nível salarial. Procuramos mostrar quais as causas que interferem na consecução de empregos e as que dificultam o ingresso do Técnico no mercado de trabalho.

No sexto capítulo, estudamos como vem ocorrendo a procura do vestibular pelos egressos do CTA e o nível de sua absorção pela Universidade. Estes dados dar-nos-ão condições de observar até que ponto esta forma de ensino está servindo à Universidade, relegando, assim, a segundo plano, o caráter de terminalidade do curso em pauta.

METODOLOGIA ²

Nosso trabalho foi elaborado em diferentes etapas, interrelacionadas entre si. Como estudo preliminar, mantivemos contatos constantes com ambos os estabelecimentos de ensino, durante todo o ano de 1982, observando diretamente as condições e características do ETA no CAVN e CAAC. Nesta ocasião além de entrevistarmos professores e alunos procuramos conhecer a realidade específica de cada um dos colégios, realizamos diretamente nas secretarias minuciosas pesquisas nas fichas de matrículas, a fim de relacionarmos os nomes e endereços dos alunos no período determinado, necessários à realização do estudo de campo. Es

2. Consideramos a Metodologia na perspectiva de "método", ou seja: de "um conjunto de etapas, ordenadamente dispostas a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim". (Galhano, 1979:6)

sa etapa foi de grande importância para nós, pois, além de conseguirmos a oportunidade de conhecer de perto o funcionamento dos Colégios e, sua forma particular de ensino, observamos, também, a problemática existente em cada um deles. Assim, tomamos conhecimento dos anseios e aspirações do alunado e a visão dos docentes com relação às possibilidades e condições de trabalho existentes para os TAs em nossa realidade sócio-econômica.

Depois dos contatos iniciais e de termos realizado 10 (dez) entrevistas semi-estruturadas (roteiro em anexo 1) com TAs egressos dos diferentes colégios (os dois selecionados na pesquisa) nos diferentes anos do período considerado, elaboramos o questionário que seria o instrumento básico de nossa pesquisa, levando em conta todas as informações obtidas até então. (ver anexo 2).

A parte da pesquisa de campo, correspondendo à aplicação do questionário, foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 1982. Nela, contamos com a participação de 16 (dezeses) alunas do curso de Pedagogia da FURPE, provenientes de várias cidades da Paraíba, próximas a Campina Grande.

A aplicação dos questionários ocorreu de duas maneiras: diretamente pela pesquisadora, através de entrevistas com os egressos, ou por correspondência. Essa aplicação do questionário foi iniciada nos primeiros quinze dias de novembro, quando nos deslocamos a várias cidades da Paraíba e de outros Estados do Nordeste, para realizarmos "in loco" as entrevistas com os TAs. Neste período, as alunas de Pedagogia, depois de devidamente treinadas e de posse dos endereços que lhes fornecemos, ao retornarem às suas cidades de origem, durante os fins de se

mana, realizavam entrevistas com os Técnicos que conseguiram localizar. As cidades que foram diretamente atingidas por estas pesquisadoras: Serraria, Areia, Bananeiras, Esperança, Pombal, Guarabira, Inã, Modero, Queimadas, Picuí, Alagoa Nova, Soledade, Remígio, Solânea, Campina Grande.

Também nos deslocamos a várias cidades, com o mesmo objetivo: Acari e Curraes Novos, no Rio Grande do Norte; João Pessoa, Lagoa Seca, Patos e Bananeiras, na Paraíba; Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga, em Pernambuco. Limitamos nossos contatos diretos apenas às cidades supracitadas, pois, em nossa pesquisa, contamos apenas com recursos próprios e, cada viagem realizada era muito dispendiosa.

Após a primeira quinzena de novembro, começamos a enviar para os TAs ainda não pesquisados, questionários através do correio, acompanhados de carta explicativa de nossos propósitos (anexo 3), e logo em seguida começamos a recebê-los de volta devidamente respondidos.

Assim, dos 901 TAs que se constituíram o universo de nossa pesquisa e que tentamos atingir direta ou indiretamente :

- 305, correspondendo a 33,9% do total, responderam o nosso questionário, sendo 138 destes, em entrevistas diretas cuja realização esteve sob a nossa responsabilidade e dos pesquisadores, e 167 respondidas pelos próprios egressos.
- 164 egressos não foram localizados (18,2%) devido à mudança de endereço, viagem ou óbito.
- 432, não responderam ao questionário enviado (47,9%) ³

3. Havíamos enviado 599 questionários pelos Correios.

Levando em consideração os dois estabelecimentos de ensino considerados, dos 901 egressos de nosso universo, 767 eram do CAVN e 134 do CAAC. No primeiro, conseguimos localizar 248, o que corresponde a 32,3% e no CAAC, 57, ou seja 42,5% do total de egressos deste colégio. Assim, apesar de bem mais reduzido o número de egressos do CAAC, o percentual dos atingidos em relação ao seu total é maior do que o do CAVN.

A impossibilidade de determinarmos exatamente o número de egressos que poderíamos atingir, seja no total, ou em cada um dos colégios, teve como consequência a formação de uma amostra que não foi estabelecida rigorosamente de forma aleatória. As dificuldades de localização dos egressos, devido à grande dispersão existente, e sua mobilidade⁴ levou-nos a tentar atingir todos eles, sabendo que só assim teríamos condições de formar uma amostra significativa. Para termos idéia dessa dispersão esclarecemos que enviamos questionários do Rio de Janeiro ao Acre, embora a maior concentração dos egressos esteja na Paraíba.

O Quadro a seguir possibilitar-nos-á observar a evolução do número de egressos atingidos por ano em cada um dos estabelecimentos de ensino, e, também, o total que concluiu o curso.

4. Muitas vezes quando chegávamos a localizar os egressos através dos endereços fornecidos pelo Colégio, os Técnicos estavam viajando e, em outras ocasiões, tinham se mudado; assim, para realizarmos uma entrevista voltávamos uma, duas ou mais vezes ao mesmo local.

1 - TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS EGRESSOS DO CAVN E CAAC

ANO	CAVN			CAAC			TOTAL	
	Total	Entrevi- tados	%	Total	Entrevi- tados	%	Total	Entrevi- tados
1974	79	22	(27,9)	18	08	(44,4)	97	30
1975	65	15	(23,0)	17	07	(41,1)	82	22
1976	71	19	(26,7)	10	05	(50,0)	81	24
1977	87	31	(35,6)	10	03	(30,0)	97	34
1978	113	28	(24,7)	13	05	(38,4)	126	33
1979	111	32	(18,8)	16	06	(37,5)	127	38
1980	117	48	(41,0)	21	06	(28,5)	138	54
1981	124	53	(42,7)	29	17	(58,6)	153	70
TOTAL	767	248	-	134	57		901	205

Fonte - Pesquisa - Secretarias dos Colégios

No aspecto geral observamos que entre 1974 e 1977, o número de egressos se mantém estável para aumentar gradativamente em seguida. Esse crescimento deveu-se, sobretudo, ao CAVN, embora nos dois últimos anos tenha crescido também o número de egressos do CAAC, que apresenta ainda, níveis mais elevados nos primeiros anos considerados. Observamos, também, que o crescimento do número de egressos atingidos, corresponde, aproximadamente, ao crescimento do número total de egressos, estando o maior percentual dos atingidos nos dois colégios, no último ano.

Verificamos ainda, que os percentuais dos egressos que conseguimos atingir do CAAC, apresentam-se mais altos do que os do CAVN em todos os anos, com exceção de 1980. Isto pode signi-

ficar: que houve um menor deslocamento dos primeiros para outros lugares; que o maior percentual desses egressos é da própria região, onde os colégios estão localizados, ou seja: Agreste-Brejo, e, por isto, pudemos encontrá-los mais facilmente, pois nossa cidade, Campina Grande, também fica nesta região.

Queremos salientar que, a análise quantitativa dos dados da pesquisa foi realizada no Setor de Computação do Centro de Processamento de Dados da UFPb, Campus II, Campina Grande. A referida análise foi feita através do Statistical Package For the Social Sciences (SPSS). Ao analisar estatisticamente os dados obtidos, queremos deixar claro que utilizamos apenas a Estatística Descritiva, não realizando, dessa forma, nenhuma interferência, sobre os mesmos.

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

1 - A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Em determinadas sociedades, a educação se desenvolve dentro do contexto econômico, cultural e político que orienta sua evolução histórica e, como tal, assume características se melhantes às demais instituições da totalidade social. Assim, o estudo da educação só faz sentido num contexto sócio-cultu- ral determinado, e em perspectivas mais amplas, em definido mo do de produção do qual faz parte integrante.

Nesta primeira etapa, estudaremos, pois, a educação em seu aspecto formal e inserida na sociedade capitalista brasilei- ra, com as roupagens características assumidas. Consideramos es te estudo necessário à compreensão do aspecto específico da edu- cação que nos propomos a estudar: o Ensino Técnico Agropecuário, na forma peculiar assumida pelo mesmo capitalismo no Brasil.

Consideramos que o processo capitalista de produção, ao dominar formação social específica, desenvolve, em seu seio, processo educativo formal que assume aspectos correspondentes. Aí ocorre a vinculação da educação formal ao processo capitalis- ta de produção e, *"é como que filiada ao interesse de perpetua- ção do sistema produtivo"* (Galvan, 1979:171). Dessa forma, não consideramos a educação formal como fato universal mas criação de determinada sociedade, cumprindo funções preestabelecidas.

É interessante salientar que o capitalismo, em sua evolução e, ao atingir sua fase monopolista, conduziu a amplia ção da intervenção do Estado na sociedade como um todo, ocorren do, então, o processo concreto de centralização de uma série de funções sociais, entre elas a educacional. Com o amadurecimen-

to do sistema, essa intervenção na educação é acentuada, e mesmo quando - como em nossa sociedade - a rede privada de ensino tiver ainda, papel significativo na educação formal., vamos observar que essa interferência é marcante, pois as diretrizes gerais da educação são tracadas pelo Estado, para todo o sistema de ensino.

No Brasil essa intervenção que se começou a fazer sentir nos anos 30, tornou-se mais intensa e extensa com a reestruturação de aparelho de Estado ocorrida entre 1960 e 1970, calca da na "*concepção de que, ao Estado, compete a responsabilidade da iniciativa e condução do processo global de desenvolvimento econômico e social*" (Rodrigues, 1981:42)

A educação passa a ser considerada como um dos setores importantes desse desenvolvimento, e a escola reestruturada em função dessa premissa. Assim, em nenhum período de nossa História da Educação, a influência e iniciativa governamentais no campo da educação foram tão intensas quanto hoje.

Para compreendermos a escola e seu papel na sociedade capitalista, é importante fazermos a análise das funções assumidas pela educação formal nesta sociedade, o que também facilitará o entendimento das funções do ETA e da situação em que se encontra atualmente em nossa sociedade.

FUNÇÕES DA EDUCAÇÃO

Na sociedade capitalista, implícita ou explicitamente, coexistem duas funções fundamentais em seu processo educativo formal, ou seja: a função de reprodução da estrutura soci

al e a função econômica.

No ETA, aspecto de ensino que ora estudamos, aparece mais nitidamente a função econômica, visto que, o objetivo principal é a formação profissional de Técnico Agropecuário, dotando-os das condições necessárias a sua inserção no mercado de trabalho. Todavia, é interessante observar que a função reprodutora está também presente nesta forma e ensino e, não poderíamos entendê-lo devidamente, prescindindo de sua análise.

Consideraremos em primeiro lugar, a escola como um dos setores responsáveis pela reprodução da estrutura social existentes. Essa reprodução pode ser observada sob vários prismas: a reprodução das classes e das relações de produção capitalista, e, ainda, a reprodução da cultura e da ideologia.

Ao voltarmos a atenção para a origem da escola, somos levados a acreditar que ela surgiu sob a égide da diferença de classe (afinal, era destinada aos membros das camadas sociais mais elevadas) e, só com o advento e desenvolvimento do capitalismo é que chegou às massas. Mas, como não poderia deixar de ser, devido às características inerentes a esta sociedade, o caráter classista é mantido, embora, muitas vezes, assuma formas disfarçadas. Dessa forma, a escola não poderia deixar de contribuir para a perpetuação das classes sociais existentes, pois nela própria este caráter encontra-se presente. Todavia, é importante não se sobrestimar as potencialidades da escola neste aspecto, reconhecendo os limites, pois, a escola não é causa direta da diferenciação entre as classes, nem também o único fator responsável por sua perpetuação, sendo a infraestrutura econômica a causa determinante do desequilíbrio.

No Brasil, não é difícil se observar a influência da estrutura de classe na educação e, conseqüentemente, a discriminação existente em todos os níveis do ensino. Tomando-se como exemplo, a educação Prê-Escolar, observamos que "dos 10 milhões de crianças de 4 a 6 anos, apenas 1,3 estão regularmente matriculadas e um contingente de 8,7 milhões continuam a margem do atendimento escolar" (MEC, 1981). É óbvio que a totalidade dessas crianças que ficam à margem da escola na fase de prê-escola é proveniente das camadas menos favorecidas, cujos pais não têm condições econômicas para pagar-lhes escola permanecendo na dependência de vaga, em escolas públicas, onde, geralmente, a oferta é bem menor do que a procura. Estas crianças por não terem tido condições de desenvolver certas habilidades básicas, tais como coordenação motora, auditiva e outras qualidades quando ingressam na 1.ª série do 1º grau (aos 7 anos), chegam em desvantagem com relação às outras crianças que freqüentaram a prê-escola. Esta desvantagem manifesta-se no decorrer da vida escolar, acentuando-se, na maioria das vezes, durante toda sua existência.

Assim, nesta sociedade, a situação sócio-econômica da família torna-se fator determinante nas possibilidades de escolarização. Na tabela do IBGE que apresentamos a seguir, podemos observar nitidamente este fato. Constatamos que, nos mais baixos níveis salariais encontra-se a maior concentração da população que freqüenta a escola no primeiro grau. Todavia, verificamos, que a medida em que aumentam os níveis salariais, a concentração de estudantes neste grau vai sendo gradativamente reduzida. Por exemplo: se na faixa de até um salário mínimo 97,1%

TABELA II

5 - Distribuição da população freqüentando escola, por grupos de rendimento mensal familiar e situação do domicílio, segundo os graus e séries de ensino - 1970-1979

GRAUS E SÉRIES DE ENSINO	POPULAÇÃO FREQUENTANDO ESCOLA							
	Total		Grupos de rendimento mensal familiar (salário mínimo)					
			Até 0,5		Mais de 0,5 a 1		Mais de 1 a 1,5	
	1970	1979	1970	1979	1970	1979	1970	1979
TOTAL								
Números absolutos (1000)	18 921,2	26 113,9	1 564,7	531,5	3 863,8	1 806,2	2 862,6	2 336,7
Números relativos (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1º grau	91,1	83,3	99,2	97,5	98,3	97,1	97,0	96,7
1ª à 4ª séries	74,3	58,9	94,7	85,7	90,5	85,0	85,1	83,3
5ª à 8ª séries	16,8	24,4	4,5	11,8	7,8	12,1	11,9	13,4
2º grau	8,0	11,8	0,7	2,2	1,4	2,7	2,4	2,8
3º grau	2,9	5,1	0,1	0,3	0,3	0,2	0,6	0,5
URBANA								
Números absolutos (1000)	13 330,2	19 615,1	540,8	219,0	1 907,3	817,3	1 772,1	1 182,4
Números relativos (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1º grau	87,8	78,9	97,9	94,8	97,1	94,2	95,8	94,4
1ª à 4ª séries	66,3	50,8	88,5	75,6	84,7	75,1	79,9	74,9
5ª à 8ª séries	21,5	28,1	9,4	19,2	12,4	19,1	15,9	19,5
2º grau	8,1	14,5	1,8	4,8	2,4	5,3	3,4	4,8
3º grau	4,1	6,6	0,3	0,4	0,5	0,5	0,8	0,8
RURAL								
Números absolutos (1000)	5 591,0	6 498,8	1 023,9	312,5	1 956,5	988,9	1 090,5	1 154,3
Números relativos (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1º grau	98,7	96,6	99,8	99,3	99,6	99,5	99,1	99,1
1ª à 4ª séries	93,2	83,5	98,0	92,7	96,3	93,1	93,7	91,9
5ª à 8ª séries	5,5	13,1	1,8	6,6	3,3	6,4	5,4	7,2
2º grau	1,0	2,9	0,2	0,5	0,4	0,5	0,8	0,8
3º grau	0,3	0,5	0,0	0,2	0,0	—	0,1	0,1

GRAUS E SÉRIES DE ENSINO	POPULAÇÃO FREQUENTANDO ESCOLA									
	Grupos de rendimento mensal familiar (salário mínimo)									
	Mais de 1,5 a 2		Mais de 2 a 3		Mais de 3 a 5		Mais de 5 a 10		Mais de 10	
	1970	1979	1970	1979	1970	1979	1970	1979	1970	1979
TOTAL										
Números absolutos (1000)	2 165,9	2 321,8	5 110,3	3 925,2	1 665,3	5 403,8	1 183,6	5 694,8	505,0	4 053,8
Números relativos (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1º grau	95,1	94,8	89,8	93,0	78,3	87,2	69,4	76,0	64,8	57,2
1ª à 4ª séries	78,8	76,1	66,6	71,6	49,8	60,1	42,0	43,3	39,9	28,4
5ª à 8ª séries	16,3	18,7	23,2	21,4	28,5	27,1	27,4	32,7	24,9	28,8
2º grau	3,9	4,6	7,6	6,1	14,0	10,5	17,2	17,4	18,0	24,4
3º grau	1,0	0,6	2,6	0,9	7,7	2,3	13,4	6,6	17,2	18,4
URBANA										
Números absolutos (1000)	1 584,2	1 411,5	4 337,6	2 726,1	1 560,1	4 304,1	1 140,3	5 069,7	487,8	3 885,0
Números relativos (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1º grau	93,9	92,3	88,5	90,9	77,4	85,1	68,8	74,2	64,1	56,2
1ª à 4ª séries	74,3	68,4	63,2	65,3	48,2	56,0	41,2	40,8	39,2	27,6
5ª à 8ª séries	19,6	23,9	25,3	25,6	29,2	29,1	27,6	33,4	24,9	28,6
2º grau	4,8	6,7	8,5	7,8	14,5	12,1	17,5	18,5	18,3	24,8
3º grau	1,3	1,0	3,0	1,3	8,1	2,8	13,7	7,3	17,6	19,0
RURAL										
Números absolutos (1000)	581,7	910,3	772,7	1 199,1	105,2	1 099,8	43,3	625,1	17,2	208,8
Números relativos (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1º grau	98,5	98,6	96,8	97,6	90,7	95,0	84,8	90,4	83,4	76,8
1ª à 4ª séries	91,0	87,9	85,5	85,9	72,1	76,2	62,6	63,4	61,3	43,9
5ª à 8ª séries	7,5	10,7	11,3	11,7	18,6	18,8	22,2	27,0	22,1	32,9
2º grau	1,3	1,4	2,6	2,3	7,0	4,4	9,7	8,3	10,6	16,3
3º grau	0,2	0,0	0,6	0,1	2,3	0,6	5,5	1,3	6,0	6,9

— IBGE: Diretoria Técnica, Departamento de Estudos e Indicadores Sociais

1. Em 1979 exclusiva a zona rural da Região VII — Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Os dados para esse período foram expandidos segundo os índices calculados com base no Censo Demográfico de 1980.

2. Exclusiva os sem declaração de rendimento de série ou grau de ensino frequentado.

e 99,2% dessa população estão no primeiro grau, entre os que têm mais de dez salários mínimos, esse percentual é reduzido para 57,2%.

Na mesma tabela, podemos observar, também, que esta discriminação é mais acentuada nas zonas rurais. Os mais baixos níveis sócio-econômicos dessa população, dificulta a entrada na escola e, quando isto ocorre, chega tardiamente, fora da faixa etária exigida. Outro fator que intensifica o problema é que, geralmente, as escolas frequentadas, oferecem baixo nível de ensino, funcionando na maioria das vezes de forma multi-seriadas, isto é: um único professor para várias séries de 1º grau, no mesmo horário e mesmo espaço físico.

Apresenta-se, dessa forma, a situação educacional da população rural brasileira, pior do que a da urbana, com níveis mais baixos de matrícula, maior evasão e repetência, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do País. A tabela e o gráfico, a seguir, mostram a diferença no número de matrículas e percentual dos estudantes, entre a população urbana e rural no Brasil, abrangendo todos os níveis de ensino, podendo-se dizer, de antemão, que, no total de 78,6% dos que estudam, são alunos residentes na zona urbana e, apenas 21,4% são da zona rural.

Os números apresentados na tabela, deixam bem claro os desníveis existentes e, podemos observar que estas diferenças são acentuadas gradativamente, à medida em que os níveis de tornam-se mais elevados: os mais altos desníveis, encontram-se no 2º grau e no nível superior.

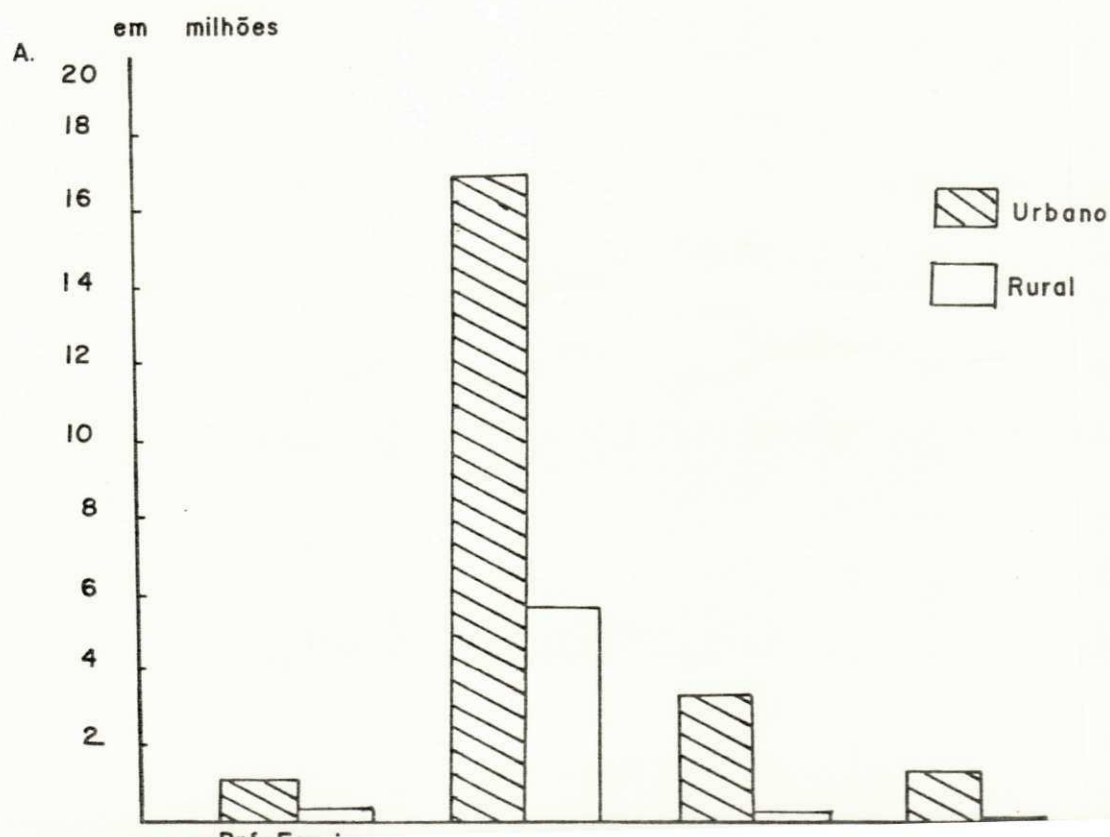
Estes percentuais tornam-se mais significativos, quando sabemos que a população rural brasileira representa ainda, a

III - ESTUDANTES DE 5 ANOS E MAIS, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, SEGUNDO GRAU E SÉRIE DE ENSINO QUE FREQUENTAM - BRASIL - 1,981

	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO		TOTAL
	URBANO	(a) RURAL	
Pré-Escola	939,042	144,057	1,083,099
1º grau	16,925,858	5,623,222	22,549,080
2º grau	2,880,138	198,456	3,078,549
Superior	1,348,045	33,810	1,381,855
T O T A L	22,093,083	5,999,545	28,092,628

Fonte - IBGE - Diretoria Técnica de População e Sociais

a) Nota - Excluíve os dados da zona rural da Região VII (Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Roraima, Pará),



proximadamente 47,9% do total ⁵.

Na Tabela III, além da diferença entre as possibilidades de escolarização da população urbana e da rural, fica evidenciado ainda, a pirâmide educacional brasileira (quando no total de 22.559.081 alunos que se matricula na 1ª série do 1º grau apenas 1.380.855 chegam ao nível superior) e o baixo percentual de alunos que fazem a pré-escola. (No total, apenas 4,8% das crianças que se matriculam no 1º grau).

No caso específico do ensino profissionalizante podemos observar claramente o caráter classista da educação brasileira (o que pode ser constatado desde sua origem). Quando surgiram os cursos de nível médio de caráter profissionalizante, passou a ocorrer a separação entre eles e os "cursos acadêmicos" (clássico e científico). Enquanto estes últimos eram destinados aos que almejavam a Universidade, os primeiros tinham como finalidade primordial a preparação para o trabalho, e, por isto, eram destinados à classe trabalhadora que não teria condições de fazer curso a nível de terceiro grau. Até hoje esta discriminação marca essa forma de educação, embora tenha havido todo empenho da Lei de Reforma de Ensino 5692/71 em modificar a situação, que se acha ainda arraigada em nossa cultura. Constatamos este fato na pesquisa quando alguns TAs entrevistados informaram - nos que haviam escolhido o CTA "porque era o melhor curso para quem é pobre e precisa de trabalhar cedo". Assim, foi também sob a égide da diferença de classe que surgiu o ensino profissionalizante no Brasil (entre eles o CTA), impregnado da discriminação so

5. De acordo com os dados do IBGE, no censo de 1980, a população brasileira é de 119.070.865 pessoas, sendo 80.479.448 na zona rural.

cial existente. Sendo subestimados e pouco valorizados, pois, nestes cursos o seu caráter de terminalidade fica relegado a segundo plano, uma vez que a maior parte dos egressos, por este ou aquele motivo, tenta fazer o curso superior.

No terceiro grau o caráter seletivo permanece e já observamos esse fato no princípio do ingresso, quando milhares de estudantes são excluídos através do processo seletivo ocorrido no vestibular. Nesta seleção, obviamente, os candidatos que apresentam maiores oportunidades de superar a barreira, são aqueles provenientes das camadas mais elevadas, os quais dispõem de livros, bibliotecas, contam com professores particulares, freqüentam famosos "cursinhos" para decência e desesmero dos estudantes provindos das camadas menos favorecidas, que vêm, na educação, a possibilidade da mobilidade social desejada.

Nesta situação, responsabilizar a escola pelo papel de "instrumento" de correção das "dificuldades sociais" é ilogismo, da mesma forma que o é também tentar garantir à toda sociedade, "igualdade de oportunidades educacionais". Esta constatação é grave mas, para termos idéia de sua veracidade, é suficiente que observemos os dados relacionados à pré-escola que apresentamos anteriormente, os quais revelam as fracas oportunidades de estudo das crianças de classes menos favorecidas.

Outro aspecto da discriminação que pode ser observado na sociedade atual, é que a escola possui também, o potencial de gerar inferioridade social para os que não lhe têm acesso ou, para aqueles que não conseguem sucesso em seu interior. Podemos dizer, então, que a escola contribui para a criação de um novo tipo de marginalizados sociais "que não foram escolarizados", e

que passam a ser discriminados, especialmente, nas possibilidades de trabalho.

É curioso observar que, apesar de toda a discriminação existente na educação formal, com o desenvolvimento do capitalismo são ampliadas as oportunidades educacionais o maior contingente de população. Assim, crescente número de pessoas provenientes de camadas menos favorecidas, passa a ter maior acesso às escolas. Para Marx isto decorre do fato de que a educação " ao mesmo tempo que funciona como elemento de reprodução das classes sociais, sua expansão representa, também, uma conquista da classe trabalhadora". (Salm, 1980:33).

Por outro lado, à medida em que a educação formal torna-se mais abrangente, cresce também na classe trabalhadora a conscientização da importância da educação como fator de mobilidade social (embora esta não seja sua função) levando-a a reivindicar constantemente por mais educação. Todavia ao se observar esta situação numa determinada realidade social, vamos constatar que quando ocorre a mobilidade em função de melhoria de nível educacional, na maior parte das vezes, este fato verifica-se em casos isolados e em situações especiais.

No Brasil o fenômeno de ampliação das oportunidades, é observado há algum tempo, com o aumento gradativo da procura de educação, embora a oferta venha se situando sempre abaixo da demanda. Para termos idéia deste crescimento, analisamos os quadros a seguir:

IV - EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA TOTAL EM TODOS OS NÍVEIS
DE ENSINO E SEU ÍNDICE DE CRESCIMENTO EM RELA-
ÇÃO A 1971 (1971 - 1980 -Brasil)

ANO \ GRAU	1971		1975		1980	
				%		%
Pre-Escola	529.845	944.583	(178,2)		1.335.317	(252,4)
1º Grau	18.573.193	21.886.805	(117,8)		21.148.809	(113,8)
2º Grau	1.447.650	2.519.122	(170,5)		2.823.544	(191,1)
3º Grau	243.818	1.229.557	(505,8)		1.337.286	(550,2)
Mestrado	15.241	24.091	(158,1)		29.296	(192,2)
Doutorado	801	1.468	(183,3)		2.661	(332,2)

Fonte - MEC e SEEC (Serviço de Estatística Educacional e Cultura)

Observamos de 1971 a 1975, aumento acentuado de matrículas em todos os níveis de ensino, especialmente no 3º Grau, onde o crescimento chegou a atingir 405,8%, estando o índice mais baixo situado no 1º Grau, o qual cresceu apenas 17,8%. Em 1980, houve queda com relação ao ano anterior. Nos demais níveis a matrícula continuou aumentando em 1980, embora em menores proporção que a registrada em 1975, com exceção de doutorado, que cresceu 148,9%.

Como constatamos, houve, realmente, aumento de número de matrículas como um todo, mas, lamentavelmente (e como era de se esperar) devido a esse crescimento desordenado, verificou-se também, grande queda na qualidade do ensino. O Sistema não te

ve condições estruturais para fazer face ao crescimento. Em conseqüência, passou-se a improvisar o ensino em todos os sentidos, desde a utilização de professores não habilitados, material didático insuficiente e desvinculado da realidade sócio-cultural do aluno, até a improvisação de espaço físico para as escolas.

A função cultural é desempenhada pela escola, à medida em que transmite o patrimônio cultural da sociedade às novas gerações. São transmitidos os usos, hábitos, costumes, ideais, valores etc, que fazem parte deste patrimônio cultural, e as novas gerações assimilam e introduzem, através do processo de socialização, as experiências sociais das gerações mais velhas para depois reproduzi-las e transmiti-las às gerações adultas influenciando as crianças e, na escola, é suscitada a formação de *"certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política em seu conjunto e pelo meio especial a que a criança particularmente se destina"* (Durkheim, 1965 : 41).

Todavia, vamos observar, que a transferência desse patrimônio cultural da sociedade, seja pela escola ou por qualquer outra instituição social, faz-se mediante, ou pautada pela ideologia⁶ determinante, que orienta e dirige todo o processo. Essa ideologia é, conseqüentemente, a ideologia da classe dominante, que detém direta ou indiretamente o poder do Estado, e que coordena todo o processo educativo formal. Quando alguns são

6. Entendemos por ideologia *"todo conumo de representações e normas, que fixam e prescrevem de antemão o que deve e como se deve e como se deve pensar, agir e sentir ... O 'corpus' assim constituido tem a finalidade de produzir uma universidade de imaginária, pois, na realidade generaliza para toda a sociedade, os interesses e pontos de vista particulares de uma classe: aquela que domina as relações sociais"*. (Chauí, 1980: 24)

convidados a participar, por fazerem parte do esquema político vigente, pouco contribuem para modificar a situação. Os demais, na maioria, permanecem submissos, aceitando todas as decisões, pecando assim por sua ausência e por omissão.

Todavia, a introieção ⁷ dessa ideologia pelos educandos, não ocorre sempre de forma natural e pacífica. Quais as causas desse fenômeno?

Vamos observar que, apesar de dominante, essa não é a única ideologia que veicula nas escolas; vamos encontrar ai ideologias: ou contra ideologias das camadas subalternas, que também vão influenciar no processo educativo. Frequentemente, valores, normas, idéias, sentimentos, ideais etc., ai contidos entram em choque com os que são difundidos na escola, gerando conflitos de variadas espécies, chegando a dificultar a adaptação da criança, e, às vezes, provocando, inclusive, sua evasão. Desta forma, presenciamos na escola um espaço onde se apresenta, inclusive a luta de classes. Esta luta é acentuada pelos desníveis de conhecimento e experiência dos alunos provenientes de camadas sociais diferentes, pois, nem todos apresentam condições de desempenhar atividades curriculares exigidas.

A análise realizada faz-nos observar que, o desempeenho da função cultural e ideológica pela escola, contribui, também, para reprodução das classes e das relações de produção, pois, influência e condiciona a formação das consciências individuais, levando o educando (de acordo com a perspectiva de Freitag) a

7. "Termo psicanalítico que designa a incorporação imaginária de um objeto ou de uma pessoa, amada ou odiada, ao ego ou ao superego do indivíduo" (Pieron, 1966:238)

"aceitar sua condição de classe, sujeitando-o, ao mesmo tempo, ao esquema de dominação vigente". (1980:34)

(Por outro lado, é interessante observar que a educação formal é vista na sociedade capitalista, como fator de mobilidade social, como já vimos anteriormente, sendo esta idéia difundida na família, na escola e em toda a sociedade (" Quem não estuda não tem sucesso na vida"). Por isto, é comum encontrarmos entre as camadas menos favorecidas esperança de melhoria de nível social, no futuro, porque os filhos estão na escola e conseqüentemente terão possibilidades de conseguir bens em empregos e bons salários. Em decorrência, a criança desde cedo é imbuída dessa idéia, apesar das barreiras enfrentadas na escola e independente de rendimento obtido. Isto, muitas vezes, provoca o desenvolvimento de certo espírito de superioridade com relação aos membros da família que não frequentaram escolas, ou que não prosseguiram nos estudos por não haverem conseguido superar as barreiras existentes. Dessa situação decorrem problemas que, certamente, se refletirão na vida futura do educando em seu ajustamento social, pois ninguém pode assegurar que aquela criança (caso seja bem sucedida na escola) consiga bom emprego e bom salário e, assim, sem sempre logram atingir as expectativas desenvolvidas nela própria sociedade em que vivem.

Outro aspecto que aparece explicitamente na educação da sociedade capitalista é o da **função econômica**, sobre a qual nos deteremos agora.

Para Galvan "no capitalismo o 'sistema educacional' apresenta-se em função do 'sistema econômico': a educação é o instrumento para produzir as 'qualificações' necessárias ao funcio

namento do modo de produção capitalista" (1979:166). Assim a educação assume, entre outras coisas a responsabilidade de "produzir" os recursos humanos, necessários ao funcionamento do sistema. A escola passa a ser encarada como fábrica, produtora de mercadoria específica: a mão-de-obra especializada, da mesma forma que qualquer empresa capitalista.

De modo geral, vamos observar que esse comprometimento da educação com o trabalho "tem-se apresentado como um fato ou tendência, na maioria das nações independentemente das ideologias ou estágios de desenvolvimento em que se encontrem". (Garcia, 1979:22). Por outro lado, a tendência é mais acentuada, quando há o avanço tecnológico, pois, como muito bem explicou Almeida "as mudanças tecnológicas provocam modificações profundas de organização e técnicas de trabalho, fazendo com que as categorias e requisitos profissionais se modifiquem, ampliando a mobilidade de mão-de-obra, multiplicando-se e diversificando-se as oportunidades de trabalho com diferentes graus de especialização" (1978:3)". Devemos ressaltar, todavia, que em cada país, essas transformações assumiram características peculiares, mas no caso brasileiro, o fenômeno não vem ocorrendo de forma tão acentuada.

Com essas características a educação é vista, não só como fator de investimento, mas também, como um dos fatores do desenvolvimento. Conseqüentemente o nível educacional da sociedade passa a ser considerado como um dos indicadores do nível de desenvolvimento, assim como, o nível educacional das pessoas a ser associado a seu progresso, com base na renda que obtêm.

Nessa perspectiva, a educação é vista não só como ins

trumento de mobilidade social e de correção das desigualdades sociais, mas ainda como meio de resolver grande parte da problemática social existente, decorrente da pobreza, do atraso econômico, do desemprego etc. Afinal, ela possui a potencialidade de oferecer condições ao homem de trabalhador melhor, naturalmente, com **melhores salários**.

Todavia, vamos observar que, concretamente, a educação não tem demonstrado tantas potencialidades e, os resultados estão relacionados às condições históricas de desenvolvimento em que a sociedade se encontra. Assim por si só, não é capaz de promover tais mudanças.

No caso brasileiro, o nível de ensino que mais sofreu transformações em decorrência da ligação entre educação e trabalho, foi o do 2º grau, o qual foi reestruturado com o objetivo de torná-lo mais cedo adequado para atender ao setor econômico da sociedade. A profissionalização desse nível de ensino, como exigência da sociedade capitalista moderna, ocorreu com a implantação da Lei de Reforma de Ensino nº 5692/71.

Antes a profissionalização ocorria muito mais a nível de 3º grau, "com excessão dos que realizavam seus estudos nas escolas normais, nos cursos comerciais e nas escolas agrícolas. ... outros milhares de jovens, ao fim de onze ou doze anos de escolarização, se encontravam totalmente despreparados para o exercício de qualquer atividade produtiva" (Saraiva, 1975:67).0

atendimento inicial dessa educação técnica⁸ foi dirigida às necessidades do setor comercial e industrial que tiveram maior e mais rápido desenvolvimento que o setor rural, continuando maior a procura a esses cursos até nossos dias. De um lado, existiam os Cursos Técnicos Comerciais, Industriais e, posteriormente, Agrícolas. De outro lado, os cursos acadêmicos: Científico e Clássico.

Com a reforma proposta pela mesma Lei, todo o 2º grau torna-se em sua totalidade (de direito) profissionalizante. Pretendeu-se que esses cursos se tornassem terminais, com qualificação para o trabalho, embora seja assegurado quando desejado, seu caráter de terminalidade. O sentido dado a esses cursos é o da formação especial que já não surge paralela à educação formal, mas, é parte integrante dela. Desejava-se, com isso, "*situar a participação do sistema escolar no esforço global de desenvolvimento dos recursos humanos para o trabalho, obrigando a escola a modificar seus procedimentos tradicionais*". (Silva, 1979:49). Passou, então, a existir, pelo menos teoricamente, uma complementariedade, entre a educação geral e a formação especial, mudando-se do ensino eminentemente geral para o ensino eminentemente especial.

Na prática, porém, muitos fatores obstacularam essa

8. Concebemos como educação técnica aquela que "apanha uma população já escolarizada no ensino de 1º grau, a dá-lhe prosseguimento de estudos técnicos a nível de 2º grau. São estudos que pressupõem a aquisição pelos alunos de conhecimentos gerais científicos e tecnológicos... o objetivo da educação técnica é formar o técnico, habilitando-o não só a executar determinadas funções, mas também a inovar no exercício profissional, adaptando-se, com facilidade, às transformações correntes no setor educacional". (Souza, 1979:48). Queremos deixar bem claro que se processa escola e não prescinde dela.

transformação, notadamente, a tradição do ensino acadêmico e o alto custo da implantação dos cursos profissionalizantes e, de forma dissimulada, a dicotomia que já existia anteriormente entre os cursos acadêmicos e profissionalizantes (a qual continua subsistindo pois, estes últimos continuam relegados, e têm também servido de via de acesso à Universidade). Em nossa pesquisa constatamos este fato, pois, verificamos que 81,0% dos TA pesquisados fizeram vestibular na tentativa de ingressar na Unversidade, mesmo o curso conferindo-lhes caráter de terminalidade porque é curso de nível médio conclusivo.

A constatação desse fato, levou em outubro de 1982, ao surgimento no MEC de proposta de reforma nessa situação do ensino médio através da Lei nº 7044, no que se refere à profis-sionalização do ensino de 2º grau. No artigo 4º, parágrafo 2º, da mesma lei, ficou estabelecido que "*a preparação para o traba-lho no ensino de 2º grau, poderá ensejar habilitação profissio-nal, a critério do estabelecimento de ensino".⁹ Vemos, assim, que houve acomodação da Lei, face à uma realidade concreta exis-tente, perdendo o ensino de 2º grau, o caráter obrigatoriamente profissionalizante. Volta-se a situação anterior, à Lei 5692 / 71.*

Sendo estas funções que ora acabamos de analisar, as mais marcantes da educação formal da sociedade capitalista, a nosso ver, corre-se o risco de promover massificação da popula-ção estudantil, situação agravada pela grande influência dos or-gãos de comunicação de massa (principalmente a televisão) pois, o aspecto de desenvolvimento do potencial individual, é visto,

9. O grifo é nosso.

especificamente, dentro da perspectiva das funções anteriormente desenvolvidas. As tendências, aptidões, criatividade das crianças e jovens, são esmagados pela escola ou são canalizados para objetivos gerais vigentes em determinado momento.

No caso específico do ETA essas funções estão presentes, conquanto seja dada maior ênfase a seu caráter profissionalizante, destacando-se pois, mais claramente a função econômica. Observamos, todavia, que a função cultural e ideológica, pode aparecer em determinados momentos, de forma até mesmo mais marcante que aquela. Constatamos o desempenho de função ideológica, por exemplo: através de disciplinas contidas no currículo do curso, como OSPP, Moral e Cívica etc., ou mesmo em outras disciplinas onde ela aparece não em seu conteúdo global, mas na perspectiva em que as mesmas são ministradas, de forma unilateral, deixando à mostra, apenas, certos aspectos da verdade, sem nenhuma perspectiva analítica ou crítica (como em História, Geografia e mesmo em disciplinas especificadas de curso).

Também essa função é nitidamente observada, quando vemos difundidas, nas escolas, idéias decorrentes de princípios contidos em planejamentos governamentais (muitas vezes distantes da realidade e dos fatos) tais como:

"O Brasil precisa, urgentemente, de mais técnicos de nível médio".

"A formação de Técnicos Agrícolas é indispensável ao desenvolvimento do Brasil".

"A importância assumida pela agricultura no Brasil, mostra a importância do trabalho do Técnico Agrícola"

São após o término do C.T.A., quando se defrontam com

as dificuldades de trabalho existentes é que esses Técnicos com preendem o quanto muitas idéias daquelas difundidas na escola com relação a sua profissão, são desprovidas de fundamentos. Aí o choque com a realidade existente é bem maior.

Certa ocasião, chegamos a presenciar um professor, em sala de aula, afirmar para os alunos que: "*a absorção dos Técnicos da área rural pelo mercado de trabalho é fácil, face às necessidades decorrentes do desenvolvimento agrícola". Continuou, ainda: "*entre os demais técnicos de nível médio os TAs são os que encontram melhores condições de trabalho*". Tudo isto, dito sem nenhuma fundamentação concreta, pois, em nossa pesquisa constatamos que, mesmo com a ênfase dada à função profissionalizante dos CTAs, está havendo defasagem entre essa forma de ensino e as possibilidades de trabalho na área rural para os técnicos formados. Observamos que 54,1% dos egressos no período compreendido entre 1974 e 1981, não estão sendo absorvidos em sua área de formação profissional.*

Mesmo havendo esta aparente desvinculação entre a escola e trabalho, apesar de tudo, a escola profissionalizante vem crescendo paulatinamente em nossa sociedade.

Quais serão as causas deste fenômeno?

OS IMPASSES DO TRABALHO PROFISSIONAL

Como vimos, o desenvolvimento da sociedade capitalista provocou o desenvolvimento da educação e, conseqüentemente, a cada dia aumenta o número de profissionais formados na escola de nível profissionalizante. Todavia, é curioso observar que, na

atualidade, se constata o amesquinamento dos postos de trabalho. Se isto é válido em termos gerais, no Brasil ocorre de forma muito acentuada com a crise econômica que enfrentamos, desde aproximadamente, 1979, quando vimos o aumento do número de pessoas desempregadas, mesmo entre os que têm, muitas vezes, níveis educacionais mais elevados.

Em primeira análise, poderia simplesmente parecer que a democratização das oportunidades educacionais não levou sua adequação às necessidades do mercado de trabalho. A permanência de cursos cujo mercado de trabalho, em determinadas regiões já se encontra saturado, reforçando, ainda mais, essa explicação, agravando-se pelo conhecimento de que: *"o mercado de trabalho requer um mínimo da educação para a maioria e um máximo para a minoria"*, como ressalta Salm (1980:36). Em outras palavras: a maioria das formas de trabalho existentes numa sociedade capitalista, exige o mínimo de aprendizagem escolar e formação profissional equivalente.

Por que então, face a esta situação, o número de escolas continua aumentando, embora a oferta de vagas esteja abaixo da procura?

Muitas das explicações para as contradições existentes são inerentes ao próprio sistema capitalista e, conseqüentemente, a seu sistema de ensino.

É importante observar que não podemos considerar a importância dos cursos, apenas, a partir de sua função econômica, pois, desta forma acabaríamos por concluir que o ideal seria de saturar todos os cursos, cujo mercado de trabalho esteja saturado, até que haja indícios da necessidade de novos contratos

profissionais. Por que continuar formando profissionais se não existe a necessidade social do trabalho dos mesmos?

Dois pontos merecem ser levados em consideração: primeiro: desativar estes cursos levaria à maior discriminação educacional, isto é: atender às necessidades do mercado de traba-lho nos limites exigidos seria limitar ainda mais o acesso à educação aos membros da classe menos favorecidas. Segundo: o modo capitalista de produção necessita ou usa a escola, não só através do desempenho de sua função econômica, mas também no desempenho de sua função cultural e ideológica, e de outras funções de menor relevância.

Por outro lado, constatamos em todas as sociedades a existência de uma parcela de população constituída de crianças e jovens que não podem ser integrados ao sistema produtivo da sociiedade, ou por não terem condições de desempenhar trabalho productivo, ou porque as necessidades de mercado de trabalho estavam sendo devidamente atendidas pela população adulta, não havendo, por conseguinte, imediata necessidade daquele contingente, aguardando-se então a possibilidade posterior de integrá-lo ao sistema produtivo da sociedade. A expansão da escola, em nos sos dias, vem reforçar este aspecto da questão, pois observamos que o jovem é mantido na escola mais tempo do que anteriormente.

Muitos fatores, além da limitação do mercado de trabalho, dificultam o trabalho dos egressos dos CTAs da escola em geral, aspecto que podemos considerar que está relacionado ao objetivo principal da empresa capitalista, ou seja, ao lucro. Sendo este seu objetivo fundamental, é interessante observar que, quanto mais barata a mão-de-obra contratada, mais os obje

tivos poderão ser atendidos. Então, muitas vezes, profissionais especializados são relegados, em benefício de leigos que, além de realizarem satisfatoriamente o trabalho (em muitas situações) ficam satisfeitos com salários mais baixos, tendo menos condições de reivindicar melhorias por terem mais baixos níveis de aspirações e visão mais reduzida do problema.

Por outro lado, em muitos casos, a reprodução da força de trabalho, dá-se no próprio setor produtivo, geralmente de forma mais rápida do que na escola. No caso específico do trabalho agrícola, principalmente no Nordeste do Brasil, isto é frequente, fazendo com que não se sinta a necessidade de trabalho de especialistas por se considerar o trabalho do profissional leigo, mas experiente, até melhor em determinadas situações. Assim, o trabalho dos profissionais formados nesta área, não é devidamente valorizado.

No caso específico do TAs dois aspectos devem ser considerados em nossa região, pois, interferem sobremaneira nas possibilidades de trabalho dos egressos.

Primeiramente, a forma em que se realiza a produção agropecuária, com base na grande propriedade e na monocultura, geralmente voltada para o mercado externo. Nesta forma de produção, predomina o trabalho braçal e, conseqüentemente, maior número de trabalhadores empregados são deste tipo, quase sempre analfabetos com salários abaixo do permitido por lei. Na situação atual, mesmo a assimilação desse trabalhador tende a ser reduzida com a introdução da moderna tecnologia (embora isto venha ocorrendo em pequena escala) que substitui, em parte, essa força de trabalho. Nestas condições, a necessidade do trabalho

do T.A. é limitada, não porque seu trabalho seja desnecessário, ou menos importante, mas, porque implica no aumento do custo da produção. Paralelo à essa forma de produção predominante, vamos encontrar as pequenas produções de subsistência, realizadas em pequenas propriedades, caracterizadas como "minifúndios"¹⁰ que utilizam predominantemente o trabalho familiar. Nestas propriedades, as possibilidades de trabalho para o T.A. também são mínimas.

O segundo obstáculo é criado pelos profissionais de nível superior da área ou seja: agrônomos, veterinários e outros. Se, por um lado, o TA é pressionado em suas possibilidades de baixo para cima (levando em consideração a escolaridade e o nível social) por profissionais da área rural que não passaram pela escola, por outro lado, também são pressionados de cima para baixo, pois, se uma empresa agrícola necessita realmente do trabalho técnico do profissional da área rural, muitas vezes prefere contratar um ~~realme~~ que tenha curso superior, por confiar mais em suas possibilidades de trabalho, pois, "passaram mais tempo na escola". Assim, ambas as categorias profissionais, "enforcam" o TA em seu espaço de trabalho.

Não queremos dizer, contudo, que na sociedade capitalista os profissionais formados na escola - em sua totalidade - não sejam aproveitados no mercado de trabalho e não tenham opor

10. "Minifúndio é o móvel rural com área agricultável inferior ao Módulo". (Veiga, 1981:24) O Módulo "corresponde à área que, em determinada posição geográfica, absorva toda a força de trabalho de um conjunto familiar com quatro pessoas adultas proporcionando-lhe um rendimento capaz de lhe assegurar a subsistência e o progresso social e econômico" (Idem:23) O módulo é estabelecido em cada Microrregião Homogênea.

tunidades de trabalhar em sua área de formação profissional. Vamos observar que, parte da mão-de-obra especializada, produzida na escola, é absorvida, embora não haja uma dependência da empresa capitalista e do sistema global, produtivo, dessa escola. Por isso, discordamos, em parte de Salm e, achamos sua posição ex tremista ao declarar que *"a finalidade da produção capitalista é a ampliação das relações capitalistas de produção, é no seio da produção mesma, que devemos buscar a formação das qualificações requeridas, e, não, numa instituição a margem como é a escola"* (Salm, 1980:25).

Discordamos, em primeiro lugar, porque podemos observar que a força de trabalho que é reproduzida na escola é assimilada, embora parcialmente, dentro dos limites requeridos e necessários ao sistema. Todavia, esta parcela parece-nos relativamente pequena, pois o número de profissionais formados na escola, vem superando de maneira geral, a demanda ocupacional da sociedade. Assim, vamos encontrar muitos profissinais habilitados, a níveis de 20, 30 e mesmo 40 graus, encaixados em certas ocupações que estão em desacordo com sua formação, muitas vezes com baixo estatus e salários, gerando alto nível de insatisfação. Isto ocorre porque, à medida em que os indivíduos consequem mais altos níveis educacionais, traça mais altos níveis de aspirações profissionais, relacionados, principalmente, com salários, cargos etc.

Em segundo lugar, não consideramos a escola como instituição à margem do setor econômico, pois atende ao mesmo setor de várias maneiras, como: mantendo ocupada a população que não seria necessária no momento, difundindo sua ideologia, for-

mando profissionais necessários à manutenção do sistema etc. Podemos observar essa relação, também, pelo aumento de exigências de credenciais fornecidas pela escola na seleção profissional das empresas econômicas.

A assimilação desse pessoal já preparado pela empresa capitalista, é cômoda e vantajosa, visto que não despendeu nenhum esforço ou custo, em sua formação e ao absorvê-la, encontra o trabalhador "*com uma série de qualidades preparadas pela escola, fato que reduz, significativamente, o custo de preparação final do trabalhador*" (Rodrigues, 1981:52). Este fato torna-se mais importante, quando se observa que, quanto mais avançada a sociedade capitalista mais abundante e preparada é essa força de trabalho, sendo, conseqüentemente, mais fácil para a empresa capitalista adquiri-la.

Devemos ressaltar que, nem sempre as "qualidades" exigidas pelas empresas são apenas habilidades profissionais. Outras qualidades são procuradas, tais como: submissão, acomodação, socialização, etc. ¹⁴ embora, em nosso entender, isso não seja tudo que a empresa capitalista busca. Capacidade de trabalho, conhecimento e habilidade profissional são, também, levadas em consideração, pois estes elementos influenciam diretamente na possibilidade de produção do indivíduo e, conseqüentemente, no desempenho geral da empresa capitalista.

¹⁴. Para Galvan, a escola é muito eficiente na formação dessas habilidades, pois: "*sob o pretexto de capacitação mental e técnica, o educando é progressivamente, 'encaixado' em um sistema hierárquico que o acostuma a tipos de comportamento canônicos ao que vai ser exigido na firma capitalista. O sistema de prêmios e castigos, instituído oficialmente para comprovar o desenvolvimento do conhecimento e os avanços em produtividade, serve mais do que para isso, para premiar a submissão ao sistema*" (Galvan, 1979:167)

Apesar de toda a problemática da educação na sociedade capitalista, a educação formal continua crescente em todos os níveis, provocando, como vimos, cada vez mais saturação em determinadas categorias de profissionais. Isto vem provocar a redução do valor da força de trabalho destes profissionais, pois é criada uma reserva de mão-de-obra especializada (que se encontra trabalhando fora de sua área de formação ou desempregada) que permanece à espera de uma oportunidade de trabalho. É a "lei da oferta e da procura", onde vamos observar que a abundância dessa força de trabalho leva à redução de seu valor. Nessa perspectiva é fácil se compreender, os baixos níveis salariais entre os TAs como veremos mais adiante.

Como consequência, ainda, dessa saturação de profissionais especializados, passa a ocorrer outro fenômeno paralelo: a exigência de cada vez mais altos níveis de escolaridade para determinados setores produtivos ¹². Este é um dos motivos que leva os TA a procurarem a Universidade, pois acham que melhor nível educacional, mesmo em outra área de formação, proporcionar-lhes-á maiores condições de competir por empregos e melhores salários. O depoimento de um TA egresso do CAVN, ilustra bem a situação. *"Na verdade, ou se tem curso superior ou não se é nada, pois tenho sete anos de Colégio Agrícola, que foram sete anos de duras penas e hoje vivo desempregado"*.

12. Constatando este fato, Cunha (1979:261) desenvolve a seguinte análise: "o aumento da produção dos sistemas escolares em todos os níveis, tem resultado numa oferta de pessoas educadas para cada 'categoria de cargos', maior do que o número de lugares disponíveis. Em vista, o ajustamento entre uma oferta limitada de oportunidades educacionais e uma demanda não limitada, faz-se pela elevação dos requisitos educacionais de acesso e/ou pela diminuição relativa dos salários".

Em contrapartida, e embora esses profissionais percebam que requisitos educacionais são necessários, reconhecem também, que nem sempre eles são suficientes para conseguir empregos e salários compatíveis com sua formação. A experiência mostra que outros fatores também interferem nos processos, principalmente, a influência política. Por isto, detectamos no discurso de muitos dos entrevistados que não trabalham, ou que estão atuando fora de sua área de formação, afirmativas que revelam essa constatação, tal como *"ainda não consegui emprego porque não tenho nenhum pistolão político"*.

Por tudo que acabamos de analisar, vemos que, mesmo fabricando força de trabalho que, em grande parte, não é necessário, a educação formal é importante na sociedade capitalista. Importante à medida em que cria força de trabalho que, mesmo não sendo absorvida de imediato ao sistema produtivo da sociedade, é absorvida gradativamente mantendo-se expectante (essa força de trabalho não teria condições de ser absorvida de imediato); difunde a cultura e a ideologia dominante na sociedade, moldando o comportamento do educando de acordo com suas necessidades; cria a ilusão da possibilidade de mobilidade social nas classes menos favorecidas; contribui para redução do valor da força de trabalho qualificado, a medida em que o torna excedente, possibilitando, assim, maiores oportunidades de lucros aos capitalistas, fornecendo credenciais que são importantes na competição por empregos e que são exigidas pelas empresas. Além destes, outros aspectos deverão ser considerados, e poderão ser melhor analisados a luz do conhecimento da perspectiva histórica, sobre a qual passaremos a falar no capítulo seguinte.

C A P Í T U L O 2

BREVE HISTÓRICO DO ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA NO BRASIL

2. BREVE HISTÓRICO DO ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA NO BRASIL

Depois de uma visão histórica do Ensino Agrícola no Brasil, mesmo que de forma breve, é importante não só para que nos samos compreendê-lo em sua atualidade, como também a compreensão da relação dos CTAs com o mercado de trabalho, objetivo específico do nosso estudo. Lembremos que o passado está contido no presente, embora com novas roupagens e noutra dimensão.

Como parte do contexto educacional e social mais amplo, seria impossível fazer estudo isolado do ETA, sem levarmos em consideração o sistema educacional brasileiro, como um todo, e a conjuntura da sociedade brasileira em cada período de sua história, inserida, por sua vez num contexto mundial. Partindo do período em que surgiu o ETA no Brasil, procuraremos fazer algumas referências básicas de sua evolução, associada à evolução da educação e da sociedade brasileira como um todo.

Situaremos assim, em primeiro lugar, o ETA durante o Império e na República Velha, seguindo-se a análise da mesma forma do ensino na Segunda República e no período compreendido entre 1945 e 1964. Por último, veremos o ETA após 1964.

ORIGEM DO ENSINO AGRÍCOLA (1822-1899)

A situação internacional entre o final do século XVIII e até mais ou menos 1870, se caracterizou em seu aspecto econômico pela predominância do capitalismo liberal. Assim, enquan

to a maior parte das sociedades europeias tornavam-se capitalistas, através das "revoluções industriais", as ex-colônias da América, Ásia e África, tornavam-se formações econômicas sociais capitalistas dependentes, com a função de produtores de alimentos e matérias primas para exportação. Este processo que foi iniciado pela Europa seguida pelos Estados Unidos - que se constituíram centros dominantes - levou a diversificação de suas economias, enquanto "as colônias e ex-colônias continuavam servindo à mesa dos europeus e norte-americanos" (Alencar, 1980:203).

Dessa forma, conquanto tivéssemos a "independência política" recém adquirida com a Independência do País, a situação da economia brasileira durante o Império é ainda baseada no "modelo agro-exportador, implantado na época da colônia, que fundamentava a organização da economia na produção de produtos primários, predominantemente agrários, destinados à exportação para as metrópolis ... Este modelo perdurou até a crise do café, gerada pela crise da economia mundial em 1929." (Freitag, 1980:43)

Embora houvesse a predominância do modelo agro-exportador em nossa agricultura, em 1850, quando começou a declinar o trabalho escravo, motivado, principalmente, por pressões da Inglaterra que tinha interesses particulares em sua extinção, criou-se uma legislação que passou a definir o acesso à terra àqueles que pudessem comprá-las. Esta lei tornou-se conhecida como "Lei das Terras". Por outro lado, com a mesma lei, foram criadas condições para a organização do mercado de trabalho livre que deveria substituir a força de trabalho escravo. Acreditamos que esta situação, entre outros motivos, veio propiciar o surgimento e desenvolvimento do ensino agrícola em nosso País ,

visto que estas escolas iriam contribuir para a formação dessa força de trabalho livre. Assim, quando pela instalação da Corte Portuguesa no Brasil, paralelo a inovações gerais introduzidas na educação, o ensino agrícola é instituído.

"Com a criação na Bahia de um curso de agricultura, transformado em 1875, no Instituto Imperial Bahiano de Agricultura, que iria tornar-se a primeira Escola de Agronomia do País" (Oueda e Szmrecsány, 1979:222). Surge o ensino agrícola porém, a escola só foi inaugurada em 1877 e "foi a única que funcionou até a Proclamação da República" (Castro, 1979:36)

Já existia, neste período, alguns estabelecimentos que visavam o desenvolvimento da agricultura no País; eram os Institutos de Agricultura, criados entre 1859 e 1861. Entre eles podemos destacar: O Instituto Bahiano de Agricultura (1859), Instituto Pernambucano de Agricultura (1859), Instituto Pernambucano de Agricultura (1859), Instituto de Agricultura Serapiquano (1860), Instituto Fluminense de Agricultura (1860) e Instituto Riograndense de Agricultura (1861). (Veleda, 1970:7).

Estes estabelecimentos tinham por objetivo "fundar escolas agrícolas e divulgar novos métodos de cultura" (Veleda... 1970:7). Muitos destes Institutos fracassaram sendo posteriormente fechados, sem exercerem nenhuma influência para o desenvolvimento do ensino agrícola, tais como o de Pernambuco, o de Serapipe e do Rio-Grande do Norte. Os que vingaram, criaram algumas escolas, como por exemplo o Instituto Bahiano de Agricultura que criou a Escola de Agricultura de S. Bento dos Lages. Todavia, a contribuição desses Institutos para o desenvolvimento da agricultura no País foi praticamente nula.

Levando em consideração a organização econômica e a formação social da época, observamos que não foi simplesmente a falta de recursos que os levou ao fracasso, mas, sobretudo, a estrutura econômica do período (economia agro-exportadora) com base na grande propriedade. A base dessa economia, era a de produção de produtos primários, tais como: o açúcar, o café, etc., com utilização de técnicas primárias de produção que não exigiam mão-de-obra qualificada nem diversificação da força de trabalho.

A situação acima descrita, é agravada pela predominância de trabalho escravo, que deixou marcas profundas na economia brasileira, especialmente no setor rural, uma vez que facultou ao trabalho agrícola conotação especial, no sentido de que fosse realizado por "pessoas inferiores", podendo ser facilmente aprendido no próprio desempenho das funções desenvolvidas.

Dessa maneira, qualquer forma de educação profissionalizante encontraria dificuldade, dentro de tal formação econômico-social, para se sedimentar e se desenvolver. A única forma de educação, no período, que chegou a se firmar realmente, obtendo relativo progresso foi a do ensino acadêmico, ministrado quase exclusivamente nos colégios criados pelos Jesuítas. Estes colégios preenchiam as funções de reprodução das relações de dominação senhorial e de ideologia em vigor, na medida em que preparavam os futuros bacharéis em Direito, Medicina e outros cursos fornecendo os quadros dirigentes da administração imperial e local, como já os haviam preenchido no período colonial. Isto, ocorria justamente, porque era fraca a relação entre a educação e a economia, principalmente no caso específico do ensino agrí

cola, pois, mesmo quando o trabalho escravo foi substituído, em grande parte, pela força de trabalho dos imigrantes, continua to davia a predominar a economia agro-exportadora e a não haver ne cessidade de qualificação através da educação. A força de tra balho já vinha, em sua grande parte, preparada para as tarefas que a espera. Tratava-se de um fato preestabelecido.

Até o fim do Império, somente a elite tinha acesso a educação formal, não havendo portanto nenhum interesse pelo en sino agrícola, pois, este - por ter objetivos mais pragmáticos - não atendia as suas necessidades educacionais. Tais ne cessidades seriam voltadas para a preparação do exercício da dominação, visto que era esta sua função.

Apesar destes obstáculos, outras escolas agrícolas ainda foram criadas no período, talvez motivadas pelo surto de ex pansão agrícola do algodão, do café, e de outros produtos. Assim surgiram: a Escola Agrícola do Vale de Piracicaba (1876) mantida pelo governo de Minas Gerais; a Estação Agronômica de Campinas, em São Paulo (1887); o Liceu de Artes e Ofícios de Pelotas (1885) que hoje "*com o nome de Escola de Agronomia Eliseu Pezende, per* tence à Universidade Rural do Rio Grande do Sul (Veleda; 1970:9).

Esta era a situação do ensino Agrícola no Brasil, com alguns colégios criados e porouíssimos em funcionamento.

A REPUBLICA VELHA (1889-1930)

Mesmo com a independência política adquirida pelo Bra sil com a Proclamação da República (1889) a estrutura econô mi ca do País continuava quase sem alteração, com a produção agrí

cola voltada ainda, principalmente, para o mercado externo . O mercado interno revela uma débil e inexpressiva expansão. Vamos observar que no início da República "o Brasil importava a maioria dos produtos manufaturados que consumia, equipamentos para as poucas indústrias existentes, bens de consumo duráveis..., e não duráveis como gêneros alimentícios, que representavam mais de 50% do valor total das importações". (Alencar, 1980:202) Tal quadro perdura, ainda, por vários períodos da República.

Nesta etapa, no entanto, começa a se consolidar no País um seguimento industrial formado por pequenas fábricas de fiação, tecelagem, louças etc, que começaram a aparecer a partir de aproximadamente 1890. Embora incipiente, esse começo de industrialização, provocou a urbanização de alguns centros (São Paulo e Rio de Janeiro) e alterações na produção agrícola. A produção mercantil de alimentos para o abastecimento destes centros, começou a ser realizada fora das grandes fazendas de café, por pequenos agricultores.

Internamente, observou-se, com relação à dominação política, reestruturação das elites no poder. "Até 1930, o estado brasileiro foi liderado por uma oligarquia agro-comercial, na qual predominavam as elites rurais do Nordeste, os plantadores de café de São Paulo e os interesses comerciais exportadores." (Dreifuss, 1981:21).

Com relação à educação, em geral, não parece ter sofrido muitas alterações neste período. Para Marinete dos Santos Silva: "a República Velha caracterizou-se pela ausência de uma política nacional em matéria de educação, reflexo da própria descentralização política que dominou a época". (1980:18).

Com a criação do Ministério de Agricultura, em 1905, um novo fato começou a ocorrer com relação ao ensino agrícola: maior intercâmbio e vinculação entre os cursos agrícolas existentes. Isto, porque, entre outras atribuições, o novo Ministério assumiu a responsabilidade de difundir e supervisionar o ensino agrícola do País e muitas escolas foram a ele vinculadas. Em nossa pesquisa, exceto o aspecto de maior integração entre os cursos, não conseguimos detectar como ocorreu a atuação deste Ministério e quais os resultados decorrentes neste período.

"Somente no governo Nilo Peçanha, com o Decreto nº... 8.319 de 20.10.1910, elabora-se o primeiro planejamento do Ensino Agrônômico". (Veleda: 1970:9) Isto ocorreu 5 (cinco) anos após a vinculação do Ensino Agrícola ao Ministério de Agricultura. Esta é, também, a época em que foram regulamentadas as escolas agrícolas já existentes.

Surgiram, ainda, neste período, outros Colégios Agrícolas no Brasil, sendo que, alguns deles, na forma de patronatos agrícolas, sob a autorização do "Decreto nº 12.896 de 28.02.1918" (Veleda, 1970:11). Esses patronatos eram "destinados ao atendimento de crianças desamparadas e, essas instituições tinham finalidade corretiva". (Maduro, 1980. Posteriormente, os mesmos desapareceram para dar lugar aos ginásios (1º grau) e Colégios (2º grau). O CAVN de Bananeiras, na Paraíba, por exemplo, começou a funcionar em 1924 como patronato, para depois transformar-se em Colégio Agrícola, como veremos mais adiante.

No Ceará, foi fundada em 1913 (Castro, 1979:36) a Escola Prática de Agricultura de Quixadá, que se antecipou ao ensino agrícola superior, cujo surgimento somente veio a ocorrer

em 1918, com a criação da Escola de Agronomia do Ceará, hoje Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará.

Como podemos observar, neste período começam a ser de lineadas os vários níveis do ensino agrícola, com os ginásios funcionando a nível de 1º grau, os colégios a nível de 2º grau e equiparados aos cursos técnicos comerciais e industriais emergentes, e, por fim, os cursos universitários.

A SEGUNDA REPÚBLICA (1930-1945)

A década de 1930 foi marcada no mundo capitalista "pelos efeitos da grande depressão e pela derrocada de liberalismo e a conseqüente ascensão dos fascismos europeus" (Silva, 1980:21)

Essas características refletiram-se no Brasil em todos os setores sócio-econômicos e as crises políticas e econômicas continuaram, levando à instalação do Estado Novo ¹³ em 1937. Esta, desenvolveu-se "atendendo aos interesses de dois setores da burguesia: o agrícola e o industrial" (Silva, 1980:21), gradativamente sob hegemonia do segundo.

A partir dos idos de 1937, observam-se o início de nova fase de transição da economia brasileira. O setor industrial foi se consolidando paulatinamente e o centro das atividades econômicas começou a se deslocar do setor cafeeiro exportador para o setor industrial. A industrialização foi, gradativamente, assumindo o comando do processo de acumulação do capital e o País

13. O Estado Novo, regime implantado no Brasil por Getúlio Vargas após o golpe de Estado, é "regido por uma Constituição autoritária inspirada no fascismo, representava a instauração no País, da ditadura". (Alencar, 1979:262)

deixou de ser eminentemente agrícola. Aos poucos foram criadas condições para a formação da burguesia industrial, sob a tutela do Estado. Tudo isto começou a provocar várias alterações na produção agrícola, consolidando a produção mercantil de alimentos fora das grandes fazendas de café.

O processo de modernização que passou a ser observado na economia brasileira e as transformações na organização política, sugeriram novas funções para a educação do País. As diretrizes ideológicas que a norteavam, nessa nova situação, "consu**bstanciavam-se na exaltação da nacionalidade, nas críticas ao liberalismo, no anti-comunismo, na valorização do ensino profissionalizante"**(Silva, 1980:25). Nesta fase pode-se observar claramente o desempenho culturalista e ideologicisante da educação formal como um todo.

O desenvolvimento do setor industrial criou a necessidade de fornecer conhecimentos às camadas mais numerosas da população, para que adquirissem condições de concorrer no mercado de trabalho. No setor agrário de nossa economia, no entanto, continuaram as formas arcaicas de produção, com baixa densidade demográfica e fraca industrialização e, a demanda da educação continuou sendo em baixo nível.

As transformações sócio-econômicas supra-citadas, conduziram também a maior centralização estatal, cuja consequência no setor educacional foi a criação do Ministério de Educação e Saúde (1930).

A preocupação de se elaborar plano de educação a nível nacional que atingisse todos os níveis e áreas de ensino, já pode ser observada na Constituição de 1934, em seu capítulo espe-

cífico sobre educação. (Capítulo II). A Constituição de 1937 , absorveu parte dessa legislação e "*introduz o ensino profissionalizante, destinado, antes de mais nada às classes menos privilegiadas (Artigo 129)*"¹⁴ (Freitag, 1980:51). Neste período o ensino técnico assumiu o caráter de terminalidade em oposição ao ensino acadêmico que dá acesso à Universidade.

A partir daí, foram implantadas muitas escolas técnicas no País, principalmente industriais, para atender as "novas necessidades" do setor industrial emergente, onde algumas perspectivas foram abertas pela nova política econômica adotada , tendo em vista a formação do mercado interno e as novas formas do processo de acumulação capitalista no País.

Dois fatos, ocorridos em 1939, contribuíram para esse fim e por outro lado são expressão da evolução do ensino profissionalizante:

- a) A constituição pelo Governo Federal, de uma comissão interministerial para elaborar o documento, transformado no Decreto Lei 1238 de 02.05.1939, "*que dispunha entre outros objetivos sobre os cursos de aperfeiçoamento profissional para traba -*

14 CONSTITUIÇÃO DE 1937 -ARTIGO 129 - Alíneas Segunda e Terceira. "*O ensino pré-vocacional e profissional destinados às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos, ou associações particulares e profissionais*".

"*É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público*".

lhadores " (Almeida, 1978:7).

b) a realização da "XXV sessão da Conferência Internacional do Trabalho (OIT), nela sendo abordada pela primeira vez a questão do ensino técnico profissional" (Almeida, 1978:7).

Pelo visto, atendendo ou não à função de treinamento específico, ou seja, à função educacional de reprodução da força de trabalho, o ensino técnico profissionalizante começou a se expandir. Todavia é importante salientar que, mesmo com essa evolução, o avanço do ensino acadêmico foi bem maior. Este predomínio persiste até os nossos dias, embora com menos intensidade.

Em decorrência da nova realidade social constituída , com o desenvolvimento do capitalismo, começou, então, a se verificar aumento na procura da educação. Essa procura provocou o crescimento do sistema educacional, principalmente do ensino público. Dados relacionados à matrícula na escola primária da época, permite-nos evidenciar este fato: "em 1933, registraram-se 1.739.613 matrículas na rede oficial face a 368.006 na rede particular. Em 1945 esses dados haviam-se alterado para 498.085 na rede particular e 2.740.755 na rede oficial" (Freitag, 1980 : 52).

Observamos, assim, que neste período, as camadas subalternas, que antes eram em maior parte excluídas do processo educativo formal, passaram, parcialmente, a ter acesso ao mesmo em decorrência das mudanças econômicas surgidas com a diversificação da produção. As escolas técnicas se transformaram em "vias de ascensão social" desta camada, principalmente para os operários da indústria.

PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945 a 1964)

Com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, ocorreram drásticas mudanças na situação política internacional. "Em meados de 1946, findava a política de colaboração internacional, com o início da "Guerra Fria", entre os países capitalistas do "mundo ocidental" liderados pelos Estados Unidos, e os países socialistas, sob a hegemonia soviética" (Alencar, 1979:290). Todas essas transformações não deixaram de influir na política e economia brasileiras.

No Brasil, após oito anos de ditadura, o País retornou em 1945 (dentro das limitações inerentes a nossa história política) "a legalidade constitucional, com a realização de eleições e a elaboração da nova Constituição". (Alencar, 1979 : 286). Nesta fase a expansão capitalista e urbana reforçava a importância das classes sociais mais novas, ou seja: a burguesia industrial e financeira, o proletariado urbano e as camadas médias da população (ligadas à burocracia do Estado, ao setor de serviços e às empresas privadas).

No período de 1955 a 1961, foi implantada a indústria pesada no Brasil (siderurgia, petroquímica etc.) cujos inícios datam do Estado Novo (1935). Na década de 1960, começou a modernização da agricultura com a instalação de fábricas de máquinas e insumos agrícolas (tratores, arados, fertilizantes químicos, etc.). Vemos nessa situação, possivelmente, uma das causas de desenvolvimento do ensino agrícola neste período, pois os profissionais ali formados seriam os elementos indicadores que leva-

riam a agricultura os incentivos e a modernização desejados. Um serviço de atendimento e assistência rural começa a ser implantado, segundo o modelo americano.

O processo de diferenciação da agricultura brasileira acelerou-se. Enquanto no Centro-Sul a agricultura se modernizava rapidamente, no Nordeste e Norte, permanecia em grandes mudanças.

A partir de 1961, também, delinearam-se novas tendências de internacionalização de nosso mercado em decorrência do colapso do Estado populista. Teve início nova fase de industrialização, com a hegemonia dos consórcios internacionais. Surgiu a necessidade de reorganização do aparelho do Estado para que *"se torne novamente mediador dos interesses da reprodução ampliada das empresas privadas e multinacionais"* (Freitag, 1980: 76).

O que aconteceu com a educação formal brasileira neste período, e com o ensino agrícola em particular?

A nova Constituição promulgada em 1946 fixou novas diretrizes para o ensino no Brasil. Assim, a União assumiu a competência de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. O desenvolvimento do capitalismo, centralizou cada vez mais as decisões nas mãos do Estado. Para o ensino agrícola este período foi promissor, pois fora institucionalizado definitivamente nos seus graus elementares e médio com a "Lei Orgânica do Ensino Agrícola". *"É o decreto nº 9.613 de 20.08.1946, que veio estabelecer em bases da organização e o regime dessa forma de ensino, articulando-o com os demais ramos do ensino médio e superior"* destinado essencialmente à preparação profissional de

trabalhadores da agricultura" (Barros, 1975:72)

A inovação importante dessa Lei foi "a classificação dos estabelecimentos do ensino agrícola: **Escolas de Iniciação Agrícola**, que ministrava apenas as duas primeiras séries do primeiro ciclo, concedendo o certificado de Operário Agrícola; **Ginásios Agrícolas** que abrangiam as quatro séries daquele ciclo e forneciam certificados de Mestre Agrícola; e **Escolas Agrotécnicas**, onde eram ministrados todas as séries do primeiro e segundo ciclos, recebendo o concluinte o diploma de Técnico Agrícola" (COAGRI, 1982:33).

Nesta fase foi apresentado a Câmara Federal o projeto (29.10.48) que somente 13 (treze) anos depois desta data (20.12.61) transforma-se em Lei, "*Lei de Diretrizes e Bases da Educação*" (LDB). A fase de transitoriedade tanto a nível da política como da economia por que passa a sociedade brasileira, reflete-se nessa demora e indefinição da aprovação da legislação educacional proposta.

Com a LDB, o ensino agrícola sofreu mais uma vez algumas modificações. "*As antigas escolas de iniciação foram agrupadas sob a denominação de ginásios agrícolas, que formam Mestres Agrícolas, enquanto as escolas agrotécnicas passaram a se denominar de colégios agrícolas, ministrando as três séries do segundo ciclo e, conferindo o diploma de Técnico Agrícola*" MEC (COAGRI, 1982:33).

Para Freitag o período em que vigorou a LDB terminou com dois impasses: "*por um lado, a pressão sobre as universidades, por outro, a inadequação do ensino profissionalizante de nível médio*" (1980:71). Tudo isto pode ter ocorrido porque a Lei

foi proposta de cima para baixo, da "sociedade política" para a "sociedade civil". Este período foi marcado por um grande deslucido educacional, manifestado, através de reprovações e evasão.¹⁵ Além da seleção já observada, os que conseguiram terminar o 2º grau profissionalizante não encontravam trabalho e, a saída era mesmo despreparados, tentar o vestibular. Começou, assim, a pressão sobre as universidades, decorrente além do fato anteriormente mencionado, de aumento de matrículas, tanto no primeiro como no segundo grau (o que já mostramos anteriormente) e, também em decorrência do aumento da exigência de credenciais educacionais no mercado de trabalho.

NOVO PERÍODO DITATORIAL - 1964/1977

Após o golpe Militar de 1964, as mudanças que ocorreram na sociedade brasileira como um todo, atingiram também, a educação. Contudo, devemos salientar que essas mudanças não tiveram sentido transformador e libertador das amarras externas. "mas, em linhas gerais, a contibuidade e projeção futura desse Brasil, prolongamento do passado, que se abriu como perspectiva, em seguimento ao golpe de 1º de Abril de 1964 e, com a predominância nele, que logo se impôs, dos mais retrógrados setores de le participantes" (Prado Júnior, 1978:240)

"O movimento vitorioso legitimava-se como restaurador da economia abalada pelas constantes greves e favorável à defi

15. Para termos uma amostra deste fato, constamos que: de 1.000 crianças que em 1960 ingressaram no 1º ano primário, somente 466 atingiram a 2a. série; na 4a. série só restavam 239. Destes, somente 152 ingressaram em 1964 no ensino ginasial, 97 alcançaram o 4a. série e 84 o último ano do colegial. (Freitag, 1980:61)

nição de um padrão de desenvolvimento baseado na livre empresa, *contrário ao intervencionismo do Estado*". (Alencar, 320). Mas na centralização em todos os aspectos, principalmente no econômico, tornando-se também a política de segurança cada vez mais presente na realidade nacional, através das medidas autoritárias tomadas com frequência.

Duas grandes modificações na agricultura brasileira começaram a ser observadas no período: grande expansão da fronteira agrícola do Amazonas e, por outro lado uma crescente presença do capitalismo monopolista no campo, ou seja, de grandes empresas industriais que passaram a atuar tanto diretamente na produção agropecuária propriamente dita, como fortaleceram suas presenças no setor de comercialização e no fornecimento de insumos para a agricultura. Acreditamos que estes dois fatores influenciaram sobremaneira nas modificações de ensino agrícola neste período, como veremos mais adiante.

O que ocorreu com a educação após este golpe Militar?

A LDB, que vigorou até a década de 1970, não atendia às novas necessidades sociais devido a crescente procura a educação, pois determinava a formação de um sistema educacional seletivo e fechado. Essa demanda neste período, é, para Romanelli, em grande parte, consequência do fato de que "a penetração mais intensa das multinacionais, complexificou as categorias, ocupacionais e criou uma demanda de recursos humanos para preencher estas categorias cada vez mais hierarquizadas". (1980:208).

Com o objetivo de reorganizar o ensino de 1º e 2º graus, foi aprovada em 1971, a Lei 5.692, que é "não somente uma lei

que procura corrigir as inadequações do ensino médio anterior, face a uma nova realidade (antes de mais nada econômica)... mas uma decorrência necessária de reformulação do ensino superior, a fim de ajustar ideologicamente os três níveis de ensino". (Freitag, 1980:94). As inadequações apontadas ao ensino médio, estavam, sobretudo, voltadas para sua falta de condições de oferecer formação profissional aos jovens. Por isto, entre as inovações introduzidas com relação à Legislação anterior, destaca-se a profissionalização do ensino médio, já assinalado anteriormente. "Ocorre a fusão dos raros do ensino médio existentes (secundário, industrial, normal, agrícola e comercial) num só, todo ele profissional, então chamado profissionalizante". (Cunha, 1979:53). A qualificação profissional para o trabalho é transformada então, em meta, não apenas num ramo de escolarização como ocorria anteriormente. Aqui abre-se a perspectiva do que, em cada um destes cursos, criar-se habilitações de acordo com os interesses regionais. Então, a partir daí, é que começam a serem implantadas estas habilitações, como no caso do Curso Técnico Agrícola, onde entre outras habilitações é criada a Habilitação em Agropecuária, que se constitui objeto específico do nosso estudo, formando o Técnico em Agropecuária.

Mais uma vez as mudanças impostas à educação brasileira acontecem no sentido de "cima para baixo" e, provavelmente, por isto., entre outros fatores, os cursos são implantados com dificuldade, verificando-se poucas modificações com relação aos anteriores, principalmente em nossa região. A falta de condições materiais, dificulta ainda mais essa implantação, como também a carência de pessoal habilitado para inseri-los na forma preconizada por lei e carência de verbas para montagem dos labo

ratórios onde são ministradas, as aulas práticas e entre outros fatores para o desenvolvimento dos projetos.

A partir de 1966, o ETA que estivera até então ligado ao Ministério de Agricultura, mais diretamente à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário foi transferido para o Ministério de Educação e Cultura. Neste, o setor responsável, passou a ser a Diretoria do Ensino Agrícola, vinculado ao Departamento de Ensino Médio (DEM). A transferência ocorreu em consequência da "Lei nº 4.024/61 (art. 6º) e do Decreto Lei nº 60.731/67" (Maduro, 1980). A superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário passou a se denominar Diretoria do Ensino Agrícola (DEA). Os estabelecimentos de ensino superior agrícola e veterinário ficaram vinculados a **Diretoria do Ensino Superior**.

Não obstante as esperanças de melhoria nessa forma de ensino com a transferência do Ministério de Agricultura para o Ministério de Educação e Cultura (devido a este último estar especificamente voltado para a educação) isto não aconteceu. "No período de 1957 a 1973 o ensino agrícola atravessou a mais séria crise de sua história, ficando reduzida a um grupo de trabalho (GT-DEA) com cerca de 11 membros" MEC. (COAGRI, 1982:33).

É controvertido tentar-se compreender o porquê das grandes dificuldades enfrentadas pelo ETA, quando o mesmo se constituiu como curso formador de mão-de-obra qualificada para agricultura, considerando-se a grande importância agrícola em nossa economia e a grande população rural existente. Romanelli reconhece este fato ao afirmar que: "uma das maiores contradições educacionais reside no fato de que enquanto o setor primário no qual predomina a agricultura, ocupava ainda em 1970 44,24% da nossa população ativa, os nossos colégios agrícolas de 1º grau, possui

am 0,3% de matriculas nesse nível de ensino e os de segundo grau, possuíam 0,8%". (1980:118).

Em Julho de 1973, surgiu a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI) com o objetivo específico de coordenar e supervisionar o Ensino Técnico Agrícola, em substituição à Diretoria do Ensino Agrícola. Esta Coordenadoria foi criada através do Decreto Lei nº 72.434. Posteriormente, em Outubro de 1975 passa a se chamar Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário.

Neste período de criação e implantação da COAGRI, em estudo realizado em 1974, pelo CENAFOR/INEP sobre o Ensino Técnico Agrícola no País mostrou a existência de 109 estabelecimentos de ensino na área, sendo 34 delas federais e, assim, vinculadas à Diretoria, então extinta, e as demais escolas estaduais, na maior parte, municipais, algumas vinculadas à Universidade e poucas particulares.

A partir daí observou-se a expansão do ensino agrícola a nível de 2º grau nas unidades federadas, com a ampliação de ofertas, através das diferentes modalidades de habilitação, nas quais nos deteremos mais adiante.

Vimos assim, como surgiu e se desenvolveu a educação rural no Brasil, para influência de fatores econômicos, políticos e culturais. Igualmente verificamos a centralização gradativa pelo Estado, do controle e decisões educacionais em geral e na educação agrícola em particular, a medida em que se desenvolvia o capitalismo no Brasil.

Nesta breve resenha analítica, que no capítulo seguinte prolongaremos à atualidade, observamos as mudanças sofridas pelo ETA em particular, como reflexo, em grande parte, das transformações sócio-econômicas verificadas.

CAPÍTULO 3

SITUAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA NO BRASIL

3 - SITUAÇÃO ATUAL DO ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA NO BRASIL

Vivemos atualmente em período de crise, tanto em termos nacionais como internacionais. A dívida externa brasileira atinge proporções nunca antes alcançada, refletindo-se em todos os segmentos da nação: econômico, político, social, educacional. A instabilidade política, apesar da tão decantada "abertura", se constitui numa realidade que pode ser percebida a cada momento. A inquietação popular por conta das pressões decorrentes da inflação, desemprego, baixos níveis salariais, entre outros problemas, acentua-se assustadoramente.

Hoje, o Brasil é, predominantemente urbano e, aproximadamente 60% de nossa população vive nas cidades, pois o crescimento industrial dos anos 70 (setenta) favoreceu esse processo de urbanização. Como fica a situação da educação rural nesta sociedade?

Deter-nos-emos agora, na forma específica da educação formal, na atualidade, que nos interessa mais de perto, ou seja: o Ensino Técnico Agropecuário, que se constitui numa das habilitações do ensino agrícola a nível de 2º grau. Estes cursos são oferecidos em diferentes formas: **curso** **pleno**, **básicos** e **parciais**. O Parecer 45/72 do CFE, regulamenta a parte profissionalizante da Lei 5.692/71, criando habilitações profissionais técnicas e parciais. As **habilitações técnicas** (plenas) visam *"a preparação do técnico em uma área de atividade, o que possibilita seu encaminhamento a várias ocupações"* (Costa, 1979:60) tendo o currículo mínimo destes cursos 2.900 horas, formando técnicos dos setores primários e secundários da economia. Este é o caso do Curso Técnico com Habi

tações parciais, também a nível de 2º grau, formam os "auxiliares técnicos e visam o preparo para ocupações específicas. Para estes currículos é estabelecida a carga horária mínima de 2.200 horas" (Costa, 1979:60). O parecer 76/75, também do CFE institui outro tipo de habilitação: a habilitação básica, com carga horária curricular mínima de 2.200 horas. Nesta "a terminalidade pode ser alcançada no emprego onde completará a parte operacional de sua formação com o treinamento específico em uma ocupação" (Jardim, 1977:29). Em outras palavras, o colégio ministra, apenas, a parte de conhecimentos gerais e a parte teórica dos conhecimentos específicos, ficando a parte prática a critério de empresas agrícolas, com as quais os colégios mantêm convênio.

Existem, hoje, no Brasil aproximadamente 388 Escolas Técnicas Agrícolas (MEC-COAGRI-DAP, 1982:61) oferecendo cursos nas habilitações supracitadas. Entre elas, 185 são plenas, 112 oferecem habilitação básica e 77, parciais. Ainda temos 12 escolas, oferecendo cursos de habilitação plena e parcial e 2 com habilitação plena e básica (vistas na tabela seguinte). A distribuição dessas escolas no Brasil, apresenta-se bastante irregular, estando alguns Estados bem atendidos por essa forma de ensino (São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, etc.) e outras, com nível de atendimento muito abaixo do desejado, principalmente os Estados do Nordeste.

Acreditamos que esta diferenciação é decorrente dos desníveis de desenvolvimento entre nossas grandes regiões geográficas: Centro-Sul, Norte e Nordeste, especialmente no que diz respeito às produções agrícolas e pecuárias. Observamos que, na Região Centro-Sul, onde ocorreu maior e mais rápido desenvolvi-

V. NÚMERO DE ESCOLAS TÉCNICAS AGRÍCOLAS NOS ESTADOS BRASILEIROS
POR TIPO DE HABILITAÇÃO

Nº	UNIDADE FEDERAL	TIPO DE HABILITAÇÃO					TOTAL
		Plena	Parcial	Básica	p.p. ¹	p.b. ¹¹¹	
01	Rio Grande do Sul	17	55	-	08	-	80
02	Santa Catarina	12	-	10	-	-	22
03	Paraná	17	-	33	-	-	50
04	São Paulo	32	-	-	-	-	32
05	Minas Gerais	23	17	10	03	-	53
06	Mato Grosso do Sul	03	01	01	-	-	05
07	Mato Grosso	03	01	04	-	-	08
08	Goiás	06	-	11	-	-	17
09	Rio de Janeiro	07	-	-	-	-	07
10	Espírito Santo	06	01	05	-	-	12
11	Bahia	19	-	-	01	-	20
12	Sergipe	01	-	-	-	-	01
13	Alagoas	02	-	02	-	-	04
14	Pernambuco	10	-	18	-	02	30
15	Paraíba ¹¹¹	04	-	-	-	-	04
16	Rio Grande do Norte	04	01	-	-	-	05
17	Ceará	08	-	-	-	-	08
18	Piauí	03	-	05	-	-	08
19	Maranhão	02	01	-	-	-	03
20	Pará	01	-	-	-	-	01
21	Amazonas	02	-	10	-	-	12
22	Acre	-	-	03	-	-	03
23	Rondonia	01	-	-	-	-	01
24	Roraima	-	-	-	-	-	-
25	Amapá	01	-	-	-	-	01
26	Distrito Federal	01	-	-	-	-	01
	TOTAL	185	77	112	12	02	383

FONTE: COAGRI - 1982, Secretarias de Educação e Cultura dos Estados. MEC

Obs. ¹p.p. - plena e parcial

¹¹¹p.b. - plena e básica

¹¹¹ Localizamos cinco cursos Técnicos Agropecuários na Paraíba, estando portanto, este dado, em desacordo com o número de cursos que realmente existem.

to encontram-se também localizados o maior e mais rápido desenvolvimento encontram-se também localizados o maior número de colégios agrícolas, com os mais altos níveis de produção agropecuária do País, devido à rápida modernização, a partir dos anos 60 (sessenta). Para termos idéia da supremacia agrícola dessa região sobre as demais, verificamos que ela absorve, hoje, mais de 80% das máquinas e equipamentos agrícolas e dos fertilizantes e defensivos, participação que vem tendendo a crescer com a incorporação da área do cerrado do planalto central.

Ainda na mesma tabela, podemos observar que, o Rio Grande do Sul é o estado brasileiro que apresenta maior número destas escolas (80)¹⁶ seguido de Minas Gerais, com 53 unidades.

Trinta e duas dessas Escolas são federais e fazem parte da rede de estabelecimentos da COAGRI. Por sua vez estas escolas estão assim distribuídas entre os Estados Brasileiros:

16. Aí verificamos a existência de 15 (quinze) das 17 (dezessete) habilitações que conseguimos relacionar, como poderemos ver mais adiante.

VI - DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS DA COAGRI NOS ESTADOS

E S T A D O	Nº DE ESCOLAS
Minas Gerais	11
Pernambuco	03
Espírito Santo	03
Rio Grande do Sul	02
Goiás	02
Ceará	02
Amazonas	01
Pará	01
Maranhão	01
Paraíba	01
Sergipe	01
Maceió	01
Bahia	01
Mato Grosso do Sul	01
Santa Catarina	01
T O T A L	32

FONTE : MEC-COAGRI

O estado de Minas Gerais continua sendo privilegiado, apresentando quantidade bem maior de escolas Técnicas Agrícolas, sob jurisdição federal. É curioso observar que o Rio Grande do Sul possui apenas duas destas escolas, de onde se pode deduzir

que as demais, são estaduais ou pertencem à rede particular de ensino.

Nos cursos em pauta, encontramos grande variedade de habilitações, nas várias modalidades assim distribuídas, de acordo com o MEC, COAGRI, DAP (1982:62)

-Habilitações Plenas: Agropecuária, Agricultura, Pecuária Florestal, Agrimensura, Pesca, Enologia, Alimentos e Economia Doméstica Rural.

Habilitações Parciais: Agente de Defesa Sanitária Animal, Agente de Defesa Sanitária Vegetal, Auxiliar de Agricultura, Auxiliar de Pecuária, Auxiliar de Agropecuária, Agente de Olericultura, Auxiliar de Análises de Solo, Auxiliar de Adubação, Auxiliar de Fruticultura, Auxiliar de Forragens e Rações, Classificador de Produtos Vegetais

Habilitação Básica : Agropecuária.

Todavia, verificamos no geral, predominância muito grande da Habilitação Agropecuária, pois das 388 Escolas Técnicas existentes no Brasil, 294 oferecem curso nesta habilitação (180, plena e 114 básica).

Com relação aos demais Cursos Técnicos de 2º grau existentes, a oferta de vagas nos Cursos Técnicos Agrícolas continua limitada e a procura - embora haja aumentado nos últimos anos - situa-se nos mesmos moldes. Apesar de não termos conseguido localizar dados mais atuais, apresentamos os de 1971, que mostram este aspecto da questão: neste ano havia 244 mil alunos em cursos técnicos-comerciais, 60 mil em cursos técnicos-industriais e 9 mil em cursos técnicos agrícolas (Maduro, 1980:2). Por que essa diferenciação ?

Acreditamos que o atraso no desenvolvimento da agricultura brasileira com relação ao maior desenvolvimento do setor comercial e industrial, influenciou bastante na questão. Também podemos acrescentar aí outros fatores inerentes a essa forma de ensino, tais como: alto custo dos referidos cursos, em consequência do funcionamento em regime de internato em quase toda sua totalidade. Apenas um pequeno número de escolas funcionam em regime de semi-internato, embora o curso seja oferecido em tempo integral, estando a maior parte dos colégios afastado dos centros urbanos. O alto custo é, também, em parte, responsável pelas dificuldades com que eles funcionam em muitos lugares, pois os CTAs, mais do que qualquer outro curso técnico, necessitam de possuir, dentro de seus muros, todas as exigências da formação profissional oferecida (excetuando-se as escolas que oferecem habilitação básica, pois, nestas, a parte prática é realizada em empresas agrícolas) tais como: estrutura física, equipamentos, professores qualificados para ministrarem disciplinas de formação profissional etc.

Por outro lado, consideramos pelo que tivemos oportunidade de observar nos dois colégios selecionados para nossa pesquisa (CAVN e CAAC) que estes cursos, entre os demais cursos técnicos, apresentam-se como os que têm maiores possibilidades de gerar dentro do próprio estabelecimento de ensino, dividendos para sua auto manutenção pela grande área física e possibilidade existente de produção de alimentos, que seriam vendidos fora do Colégio, além de também abastecê-lo; ou através de prestação de serviços a empresas ou à própria comunidade. Se, devidamente orientados neste sentido, também seriam ampliadas as possibilidades das práticas agropecuárias (PAO) e surgiriam maiores oportu-

nidades de estágios. Mas, nem sempre todo o potencial é devidamente aproveitado.

Nos Colégios Agrícolas por ocasião do exame de seleção para o ingresso do aluno, dá-se geralmente preferência aos filhos de agricultores, que residem na região em que se localiza o Colégio, mediante a apresentação de documento comprobatório, emitido por órgãos competentes. Isto ocorre de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 5.456 de 30.7.68, regulamentado pe-lo Decreto-Lei nº 63.788 de 12.12.68.

A C O A G R I

A Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI) órgão vinculado ao Departamento de Ensino Médio (DEM) do Ministério de Educação e Cultura (MEC) coordena e supervisiona o ETA. Daí partem as diretrizes gerais que norteiam o funcionamento da educação rural a nível de 2º grau. Este órgão tem como atribuições legais: "*prestar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agropecuário, tendo em vista a preparação de técnicos em quantidade e qualidade suficientes para fazer face às necessidades do desenvolvimento do setor primário*". (MEC-COAGRI, 1978). Fica sob sua responsabilidade e administração direta dos trinta e dois (32) estabelecimentos de ensino agrícola da rede federal e, também a de prestar assistência técnica aos demais estabelecimentos municipais, estaduais ou particulares. Todavia observamos que bem maior atendimento recai sobre os colégios que pertencem à rede federal de ensino. Este atendimento ocorre, especialmente, nos seguintes aspectos:

Econômico - procurando dotar os colégios de estrutura física adequada, bem como promovendo e financiando a realização de projetos agropecuários.

Técnico - promovendo cursos de aperfeiçoamento para professores e pessoal técnico administrativo e oferecendo assistência técnica, realizando visitas de supervisão e acompanhamento sistemático, possibilitando o deslocamento de professores e pessoal técnico administrativo para efetuarem cursos, participarem de encontros.

A linha prioritária de ação estabelecida por este órgão a partir de 1975, é a da "reestruturação física, administrativa e pedagógica aos colégios, sob a sua responsabilidade direta" (MADURO, 1981). É interessante observar que a reestruturação vem sendo feita na tentativa de unificar a supervisão e a troca recíproca de experiência.

Com esse objetivo de reestruturação, observamos algumas tendências interessantes e, entre elas, podemos citar:

- opção pela implantação de duas, entre várias habilitações existentes (já mencionadas anteriormente): Agropecuária (que é predominante) e Economia Doméstica Rural (menos significativa);
- unificação da estrutura dos colégios, através da adoção semelhante de estrutura curricular, regimentos e estatutos, tipos de projetos;
- incentivo e expansão do sistema "ESCOLA FAZENDA",¹⁷ concebido como "metodologia de ensino que busca a formação integral do jovem, à medida em que desen-

¹⁷. Sistema criado e desenvolvido nos Estados Unidos.

volve o conhecimento técnico, familiarizando-o, ao mesmo tempo, com as atividades que encontrará: no exercício profissional" (Maduro) 1981. Neste método, predomina o princípio: aprender para fazer e fazer para aprender". Assim, a Escola funciona como um laboratório de prática e produção, com a finalidade de automanutenção do estabelecimento de ensino.

- incentivo à criação de Cooperativas ou à dinamização das já existentes em muitos estabelecimentos de ensino. A introdução das Cooperativas nos CTA visa capacitar os TAs e atuarem como líderes no movimento cooperativista, prático experimental, pois surge a necessidade de realização de mais e melhores planejamentos e execuções mais frequentes dos projetos agropecuários. Além de incentivar o aumento da produção no estabelecimento de ensino, esta Cooperativa facilita, ainda, seu escoamento, havendo a possibilidade de que sejam geradas divisas que poderão ser aplicadas, tendo em vista a melhoria dos colégios e do próprio processo ensino-aprendizagem.

Tivemos oportunidade de constatar tais possibilidades criadas pela implantação da Cooperativa escolar no CAVN e presenciemos muitas melhorias no mesmo colégio, realizadas com lucros como: quadra de esportes, piscinas, etc. Paralelo ao reconhecimento de melhorias das PAO, muitos alunos reclamaram que com a Cooperativa, aumentaram as suas horas de trabalho. Assim, embora não tenhamos tido oportunidade de aprofundar a questão (pois fugiríamos ao nosso objeto de estudo) percebemos que, não obstante em aspecto positivo, este órgão se apresenta como ins-

trumento de exploração do trabalho do alunado, levando-o a executar certas tarefas muito mais intensamente, que o necessário ao processo ensino/aprendizagem.

No Colégio, as Cooperativas têm seu regulamento aprovado através do trabalho conjunto do INCRA, COAGRI e IGF/MEC: "A introdução delas nos CTA parte do princípio de que: 'no Brasil o cooperativismo é importante solução para os nossos problemas, especialmente para aqueles do setor primário da produção" (MEC-COAGRI, 1980:6). No entanto é curioso observar que o movimento cooperativista rural, parece-nos pouco desenvolvido, sendo, de certa forma, distorcido de seu objetivo básico, devido às formas predominantes em que se realizam nossa produção agropecuária, com base na grande propriedade e, também, nos desníveis sociais existentes.

Tivemos oportunidade de participar, no segundo semestre de 1982, de um encontro promovido pela COAGRI, em Bananeiras, para diretores de Colégios Técnicos Agropecuários de todo o Brasil. É curiosa a distinção feita entre os colégios da rede federal de ensino, diretamente assistida pela COAGRI e os demais. Verificamos, também, como ocorre de forma centralizada a orientação dessa forma de ensino, quando a COAGRI, a partir de sua sede em Brasília, aplica decisões gerais relacionadas com os vários aspectos do ETA, e seu funcionamento relacionadas aos currículos, métodos e técnicas de ensino, formas de planejamento, elaboração, realização e direcionamento de projetos, treinamento de professores, técnicos e funcionários administrativos, bem como a forma e objetivos desses treinamentos. Daí, são irradiadas todas as decisões para todos os estabelecimentos de ensino. Tivemos também

oportunidade de ouvir depoimentos e críticas a essa forma de atuação, por parte de alguns diretores presentes.

Embora seja menor o atendimento deste órgão aos colégios que não fazem parte da rede federal de ensino, é interessante observar uma tendência à aceitação das diretrizes gerais, emanadas do mesmo órgão. Presenciamos este fato no CAAC em sua tentativa de adaptar o currículo em vigor ao do CAVN, que foi organizado de acordo com os parâmetros estabelecidos pela COAGRI (embora este esteja vinculado à UFPb). O objetivo disto por parte do CAAC era conseguir, com maior facilidade, o financiamento de alguns projetos agropecuários.

No mesmo encontro, tivemos oportunidade de constatar muitas dificuldades enfrentadas pelo ETA e, por isto, acreditamos que muito da problemática existente no CAVN e CAAC não são específicas apenas desses dois estabelecimentos de ensino, mas que existem e se multiplicam em todos os CTA existentes no País, alguns de forma semelhante, e, outros, em diferentes níveis e condições. Entre os problemas mais marcantes nos dois colégios mencionados e que conseguimos observar, podemos citar: problemas curriculares (com relação a inadaptações de disciplinas, distribuição de carga horária etc) problemas técnicos-metodológicos, carência de oportunidades práticas e estágios.

Com relação aos CTA não vinculados à COAGRI, somos levados a supor que, em sua maior parte, a problemática apresentase de forma mais acentuada, devido a maiores dificuldades econômicas existentes, criando outros tipos de problemas como ; por exemplo, falta de material (sementes, adubos, etc) para realização das PAO.

Com seu planejamento para os próximos, o MEC, através de seu III Plano Setorial de Educação, para o quinquênio 80/85, estabeleceu como linha programática fundamental a educação no meio rural. Nesse contexto, essa Coordenação com maiores atenções voltadas para essa formação de ensino, tentará ampliar a atuação das Escolas Agrotécnicas Federais, como centro de desenvolvimento rural, efetivando através de suas práticas, maior intercâmbio entre escola e comunidade.

O ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA NA PARAÍBA

A inexistência de dados sobre o ETA na Paraíba é uma realidade marcante com que nos deparamos em nosso estudo. A própria Secretaria de Educação do Estado pouco nos informou sobre os Colégios Agropecuários existentes. Isto é grave, pois afinal, esta Secretaria coordena o ensino de primeiro e segundo graus da Paraíba. Para termos uma idéia do nível de desinformação existente, conseguimos, depois de toda pesquisa realizada, localizar mais um CTA na Paraíba, do qual aquela Secretaria não nos prestara nenhuma informação por ignorar inexplicavelmente sua existência; trata-se do Centro Cinecista de Estudos Agrotécnicos " José Mariano de Faria", pertencente à rede privada de ensino. Este colégio está localizado em Camalaú, na microrregião dos Cariris Velhos na Paraíba. Acrescente-se que este estabelecimento tem funcionamento autorizado pela Resolução nº 95/76 do CEE/Pb para o 1º grau e Resolução 08/78 para o 2º grau.

Dessa forma, a maior parte dos dados que conseguimos levantar sobre o ETA em nosso Estado, foi obtida nos próprios es

tabelecimentos de ensino. Aqui observamos também a predominância da habilitação técnica em agropecuária a exemplo do que acontece em todo o Brasil, talvez, já em decorrência da influência da COAGRI. De acordo com os dados obtidos, constatamos que o ETA é oferecido em 5 (cinco) estabelecimentos de ensino, nas cidades, microrregiões e regiões, com as seguintes habilitações:

ESTABELECIMENTO	MICRORREGIÃO E REGIÃO	CIDADE	HABILITAÇÃO
Colégio Agrícola - Assis Chateaubriand	Agreste da Boborema (Agreste-Brejo)	Lagoa Seca	Técnico em Agropecu- ária
Colégio Agrícola Vidal de Negreiros	Brejo Paraibano (Agreste-Brejo)	Bananeiras	Técnico em Agropecu- ária
Escola Agrotécnica de Catolê do Rocha	Catolê do Rocha Rocha (Sertão)	Catolê do Rocha	Técnico em Agropecu- ária
Escola Agrotécnica Federal de Sousa	Depressão do Alto Piranhas (Sertão)	Sousa	Economia Doméstica Rural
Centro Cinecista de Estudos Agrotécni- cos "José Mariano de Farias"	Aronastoril do Baixo Paraíba (Sertão)	Camalaú	Técnico em Agropecu- ária

(Vide anexo 5)

Os dois estabelecimentos de ensino que estão na região do Agreste-Brejo são os responsáveis pela formação do maior percentual de TA na Paraíba, pois são mais antigos que os demais. Os três colégios situados no Sertão, além de formarem um número reduzido de TAs, na Escola Agrotécnica de Catolê do Rocha não havia por ocasião de nossa pesquisa, nenhuma turma concluinte.

Como nosso estudo tem como objetivo específico o Cur

so Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária, levaremos em consideração, apenas, os dois primeiros estabelecimentos de ensino, tendo em vista os seguintes motivos:

- Estes estabelecimentos são responsáveis pela formação de mais de 90% dos TAs da Paraíba;
- a Escola Agrotécnica de Catolé do Rocha (mantida pelo Estado) só foi implantada em 1981, último ano considerado em nossa pesquisa;
- a Escola Agrotécnica Federal de Sousa, por sua vez, oferece habilitação em Economia Doméstica Rural, que não se constitui objeto de nosso estudo;
- o Centro Cinecista de Estudos Agrotécnicos, do qual só tomamos conhecimento ao final desta Tese, tem, por outro lado, percentual pouco significativo de egressos. Menos de 50 alunos concluíram o curso em 1980 e 1981, não atingindo, assim, 6% do total de egressos dos dois primeiros colégios (901)

Procuraremos, a seguir apresentar algumas características sobre os dois colégios que serviram de base para nossa pesquisa, que serão posteriormente complementadas, com a análise dos dados obtidos.

COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIROS - O CAVN foi criado em 27 de março de 1920, pelo Decreto-Lei nº 14.118, com a denominação de Patronato Agrícola Vidal de Negreiros (mas, começando a funcionar realmente em 1924). Teve como objetivo inicial: " *ministrar a menores desvalidos o curso primário, complementado com trabalhos agrícolas*". Depois de passar da administração federal para

a estadual, e, depois, retornar a federal em 1934, começou a ministrar, além do curso primário (em 4 anos) o curso profissionalizante (em 2 anos) formando o prático em agricultura.

Em 1947, passou a chamar-se Escola Agrotécnica e, em 1961, com a LDB, seus cursos foram reestruturados e passaram a denominar-se de : Ginásio Agrícola (1º ciclo, com 4 anos) e Colégio Agrícola (2º ciclo, com 3 anos). Finalmente, foi denominado de Colégio Agrícola Vida de Negreiros e, hoje, está vinculado à UFPb.

O colégio funciona em local adequado, com instalações também adequadas, e área física ampla, devidamente utilizada. Observa-se grande procura de ingresso por uma série de fatores dos quais destacamos: bom nível e conceito adquiridos pelo colégio durante seus mais de 50 anos de serviços prestados: funcionamento em regime de internato, possibilitando que alunos de regiões distantes nele permaneçam com segurança necessária; além do mais o fato do colégio ser gratuito. Tudo isso faz com que a área de abrangência do colégio seja grande em dois sentidos: propiciando a educação agrícola profissional e, posteriormente, através de egressos, fornecendo pessoal habilitado para o mercado.

Face à grande procura, o CAVN realiza um exame de seleção muito rigoroso e conseqüentemente, grande contingente de jovens é eliminado. Este colégio apresenta também organização e disciplina regidas, quase com características militares.

COLEGIO TÉCNICO AGRÍCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND - O CAAC pertence à Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE) da cidade de Campina Grande e está situado no sítio Imbaúba do município

de Lagoa Seca, de onde dista 2 (dois) quilômetros, estando a seis quilômetros de Campina Grande. A estrada "Anel do Brejo", fica também a 2 (dois) quilômetros do Colégio.

Foi criado em 10 de outubro de 1972 (Lima, 1971:8) através de convênio entre a Associação Rural de Campina Grande e o Ministério da Agricultura, começando a funcionar no ano seguinte, como escola de 1º grau, já com orientação agrícola. Só a partir de 1972, foi implantado o CTA a nível de 2º grau, passando a escola a denominar-se de "Colégio Agrícola Assis Chateaubriand". Antes, era uma secção da Escola Integrada da FURNe. Desde 1975 passou a funcionar apenas o 2º grau em regime de externato.

Este colégio situa-se numa área aprazível, com a extensão de 30 (trinta) hectares, com todos os requisitos exigidos para o funcionamento de um CTA: boas condições físicas e climáticas, água abundante, etc. Todavia as instalações deixam a desejar, por ser construção de pequeno porte, observando-se a carência de certos ambientes necessários, como por exemplo, Biblioteca, Laboratórios, galpões para armazenamento da produção. Seu funcionamento global e especial as P.A.O., são constantemente prejudicados pela falta de recursos financeiros, que é reflexo das dificuldades econômicas de seu órgão mantenedor, a FURNe, instituição vinculada à Prefeitura Municipal de Campina Grande.

Observamos, entretanto, bom entrosamento entre professores, funcionários e alunos do estabelecimento de ensino, que, em parte, supera os grandes problemas enfrentados. De modo geral, é muito boa a assistência e orientação que os alunos recebem do SOE¹⁸ e do Serviço Social do Colégio.

A área de abrangência deste Colégio é pequena, compa.

rando-se com a da anterior, por dois motivos fundamentais:

- por ser colégio pequeno, não tendo condições de atender ao grande número de alunos:
- também porque é colégio pago e funciona em regime de externato (em dois turnos consecutivos). Por outro lado, nem sempre oferece almoço aos alunos, o que evitaria o deslocamento duas vezes por dia, tendo em vista o Colégio distar dois quilômetros da pista principal, e este percurso feito a pé pelos alunos tornando-se contraproducente.

Verificamos que, no Colégio, também é feita a seleção para ingresso de alunos na primeira série, mas com menor procura do que o anterior. Outro fato que nos chamou a atenção é o de que a seleção é, geralmente, feita após a do CAVN, pois, além de muitos alunos estarem inscritos nos dois Colégios, os que não passam nos exames da primeira tentam-no na segunda.

Concluindo o que foi dito, pode-se afirmar que, apesar da diversificação favorecida por Lei, os CTA no Brasil são predominantemente oferecidos na Habilitação em Agropecuária.

A predominância destes colégios nas regiões mais desenvolvidas do Centro-Sul do País, torna-se compreensível face ao maior desenvolvimento da agricultura nas mesmas. A atuação da COAGRI no sentido de coordenar e orientar essa forma de ensino, nos parece benéfica ao favorecer condições para melhor funcionamento dos colégios, embora reconheçamos que há uma centralização demasiada nas decisões, como também ocorre com a educação brasileira, em seu aspecto global.

Finalmente, constatamos que o ETA na Paraíba segue os padrões gerais dessa forma de ensino no Brasil, com a predominância da habilitação em agropecuária. A seguir passaremos à caracterização dos egressos do CAVN e CAAC, que oferecem TAs nesta habilitação, com base na pesquisa realizada.

C A P Í T U L O 4

PERFIL DOS EGRESSOS DO ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA

4 - PERFIL DOS EGRESSOS DO ENSINO TÉCNICO AGROPECUÁRIO

Até aqui dissemos muita coisa sobre o Técnico Agropecuário e sua formação Profissional, mas, afinal, o que faz este profissional e onde trabalha? É neste aspecto que nos detemos agora.

O TA, profissional formado no curso de nível médio, tem campo de trabalho no meio rural, em empresas de exploração agrícola e pecuária, em laboratórios de pesquisa agropecuária e, ainda, em órgãos vinculados às Secretarias Estaduais de Agricultura. Como profissional desenvolve uma série de atividades ligadas à orientação técnica de agricultores e pecuaristas para formação de lavouras, criação e manejo de animais, como:

- preparo de defensivos e fertilizantes;
- emprego de métodos de conservação de solos;
- uso de máquinas e implementos agrícolas;
- trato de rebanhos, promoção e acasalamento de animais, realização de pequenas cirurgias etc.

Paralelo a essas atividades, pode também desenvolver funções administrativas em empresas rurais, granjas, fazendas e campos experimentais. Quando vinculados a órgãos das Secretarias de Agricultura do Estado e Ministério da Agricultura, trabalham em escritórios, com função administrativa, planejamento e relatórios dos trabalhos agropecuários.¹⁹

A maior parte dos TA egressos das escolas estudadas é originárias de nosso Estado, num percentual de 79,9%, são provenientes de inúmeras cidades do interior do Sertão e Agreste - Brejo e poucas do Litoral. Vamos encontrar, todavia, número significativo de egressos de outros Estados (21,1%) advindos, predominantemente, de cidades do interior, mas pouquíssimos das capitais.

No estudo da origem geográfica dos egressos, levaremos

¹⁹. Essa visão do campo de trabalho e das atividades que podem ser desenvolvidas pelo TA foi-nos fornecida pelos próprios técnicos entrevistados.

E R R A T A

	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
P.19 - 1ª Linha	47,9%	32,0%
- Rodapé	80.479.544	38.619.544
P.40 - 1ª linha	Depois de uma ...	Uma visão
P.42 - 2º §	inaugurada em 877	Inaugurada em 1877
P.44 - Subtítulo	1889	1889 - 1930
P.59 - 2º §	60% de nossa	70% de nossa
P.83 - Fim do 2º §	6,6 % do total...	6,3% do total...
P.87 - Fim do 3º §	Assim mudavam a maneira de pensar e problemas familiares	(Cortar)
P.108-Na Tabela	Mixta	Mista
P.118 - Início 1º §	56,4%	26,5%
	Cr\$ 50.000,00	Cr\$ 60.000,00

em consideração, em nosso Estado a região onde as cidades indicadas estão situadas, e nos demais, o Estado de origem ²⁰ de acordo com a tabela abaixo:

VII - ORIGEM DOS EGRESSOS POR REGIÃO DA PARAÍBA
E OUTROS ESTADOS - 1974 - 1981

REGIÃO OU ESTADO	CAVN		CAAC		TOTAL	
		%		%		%
Sertão - Pb	110	44,4	18	31,5	128	41,9
Agreste-Brejo-Pb	74	29,8	31	54,4	105	34,4
Litoral - Pb	5	2,0	3	5,3	8	2,6
Pernambuco	5	2,0	1	1,8	6	2,0
Ceará	20	8,1	-	-	20	6,7
R. G. do Norte	21	8,5	1	1,8	22	7,2
Outros Estados	13	5,2	3	5,2	16	5,2
TOTAL	248	100,0	57	100,0	305	100,0

FONTE - Pesquisa

20. Para termos idéia da diversificação da origem desses egressos, (quando levamos em consideração as cidades indicadas) elaboramos a seguintes classificação:

NA PARAÍBA

Litoral - João Pessoa, Rio Tinto

Sertão - Água Branca, Antenor Navarro, Araruna, Boqueirão, Barra de Santa Rosa, Frei Martinho, Brejo dos Santos, Cuité, Cajazeiras, Condado, Coremas, Congo, Catolé do Rocha, Caatinga, Dona Inês Itaporanga, Ibiara, Monteiro, Nova Floresta, Princesa Izabel, Pombal, Patos, Soledade, São Bento, Souza, São João Cariri, Serra Branca, Taperoá, São Mamede, Santa Luzia, Sumé, Uiraúna e Umbuzeiro.

Agreste - Brejo-Araçagi, Arara, Areia, Alagoa Nova, Bananeiras, Belém, Caiçara, Campina Grande, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Lagoa Seca, Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba, Remígio, Solânea, Serraria.

EM OUTROS ESTADOS

Rio Grande do Norte: Cerro Corá, Jardim do Seridó, Tangará, Acarí, Japí, Parelhas, Caicó, Mossoró, Natal e Santa Cruz

Pernambuco - Escada, Recife, Arcoverde, Santa Cruz do Capibaribe Taquaritinga

Ceará - Baturité, Brejo Santo, Fortaleza, Missão Velha, Milagres Russas, Taboleiro do Norte, Icó.

OUTROS ESTADOS - Brasília(DF) Maribondo, Penedo e Ibateguara(AL) Sorocaba (SP) Paulo Afonso (Ba)

É importante observar que, na Paraíba, as regiões de onde se originar os maiores números de egressos são o Sertão e o Agreste-Brejo, atingindo percentual de 77,4% (somando-se o total total de ambas as regiões paraibanas, sendo insignificante o índice dos provenientes do litoral). No geral, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará foram os Estados de onde provieram os maiores números de egressos de outros Estados.

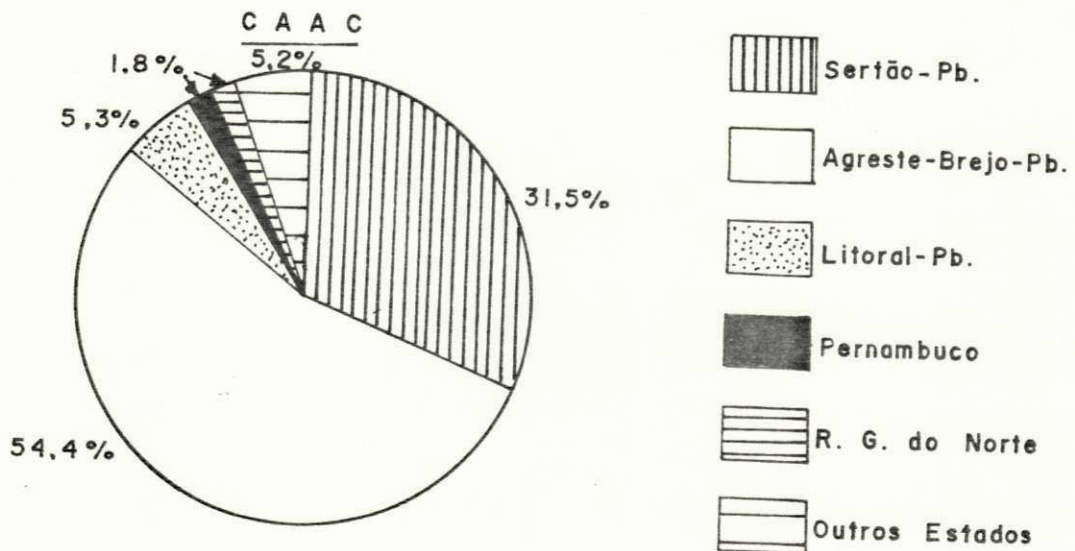
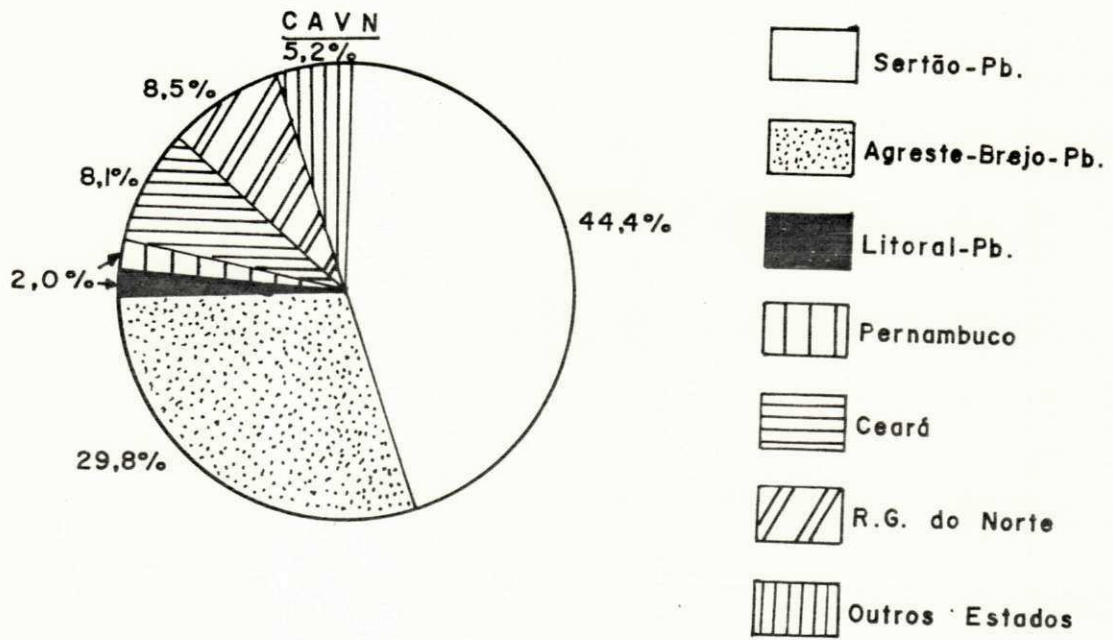
Um dado que nos chama a atenção foi o fato de que o CAAC apresentara mais alto percentual de egressos da Paraíba do que o CAVN (91,2% e 76,2%, respectivamente). Neste, conseqüentemente, constatamos a presença de um maior índice de jovens de outros Estados (23,8%) do que no CAAC (8,8%).

Na Paraíba, o CAVN apresenta maior percentual de egressos provenientes do Sertão, enquanto o CAAC, obteve maior índice do Agreste-Brejo (região onde ambos os colégios estão localizados). Os gráficos a seguir, elaborados a partir da tabela anterior, oferecem-nos melhor visualização da situação.

É curiosa a supremacia de egressos originados do Sertão, constituindo-se numa surpresa, pois, entendíamos que o maior atendimento de ambos os estabelecimentos de ensino era feito à própria região da Paraíba onde estão localizados: Agreste-Brejo. Esta perspectiva não foi só nossa, visto que alguns professores e alunos dos colégios consultados, confirmaram nossa previsão.

Somos levados a levantar algumas hipóteses, a partir destes dados. A primeira, refere-se à predominância no CAVN de estudantes do Sertão e à maior procura de matrículas por estudantes de outros Estados. Acreditamos que este fato decorre de uma

B - Origem dos Egressos Por Regiões da Paraíba e Outros Estados (1974-1981).



série de fatores, entre os quais devemos destacar: bom nível e conceito adquirido pelo Colégio durante os sessenta anos de funcionamento; regime de internato ali existente, possibilitando aos alunos de regiões distantes permaneçam no mesmo, com os meios e segurança necessários; também o fato de o Colégio ser gratuito; por ser o Sertão uma região historicamente agropecuária. Tudo isto faz com que a área de abrangência fosse grande nesses dois sentidos: propiciar educação agrícola profissional, e, posteriormente, através dos egressos, favorecer pessoal habilitado como veremos adiante ²¹. Por outro lado, somos levados a sugerir também, que tais estudantes devam possuir nível sócio-econômico melhor pois seu deslocamento de uma região mais distante com a finalidade de estudar, pode decorrer de dois fatores fundamentais: das condições sócio-econômicas dos pais, que permitem e favorecem este deslocamento; e uma ótica mais ampla sobre os benefícios da educação e de sua importância no mundo atual. No decorrer do trabalho ofereceremos oportunidade de confirmação ou não desta última suposição.

✓ O CAAC por sua vez, apresenta área de abrangência menor, comparando-se ao colégio pequeno, não possuindo condições de atender a um grande número de alunos; também por ser um colégio pago, funcionando em regime de externato, em dois turnos consecutivos, além dessas dificuldades, observamos que, nem sempre se oferece almoço para alunos em seu restaurante, o qual funciona precariamente. Isto é importante, levando-se em consideração

21. Face a essa grande procura, o CAVM realiza exame de seleção muito rigoroso e, conseqüentemente, grande contingente de jovens é assim eliminado.

que o colégio dista dois quilômetros da pista principal, sendo este percurso feito a pé pelos alunos os quais lhes sendo oferecido almoço regularmente, seria evitado o deslocamento casa/escola/casa duas vezes ao dia.

No período em que realizamos nossa pesquisa (Novembro e Dezembro de 1982) dos 305 TAs entrevistados, 221 correspondendo a 72,5%, situavam-se na faixa etária entre 19 e 27 anos. Apenas 22 (7,2%) tinham menos de 19 anos e 59 (19,3%) acima de 30 anos. É curioso observar a marcante predominância do sexo masculino entre os egressos, pois 286 (93,7%) são homens e, apenas 19 (6,3%) do total pertencem ao sexo feminino. Isto se deve, sem dúvida, ao fato de que o curso é considerado, ainda, como um curso para homens. Muitas das técnicas (moças) que entrevistamos - em seu depoimento - afirmaram que a maioria das mulheres que concluem o curso consegue trabalho com mais facilidade em escolas, onde lecionam disciplinas específicas, ligadas às práticas ou técnicas agrícolas. Tudo isto tem como causa, segundo elas, a existência de preconceitos pelo trabalho feminino na área. Esse preconceito, entretanto, é observado não só no mercado de trabalho, mas na própria atitude feminina com relação ao curso. O baixo índice de procura - CTA pelas mulheres, atingindo apenas 6,6% do total, é bastante significativo para demonstrar este fato. Por outro lado, a predominância do trabalho "doméstico" entre as mães dos egressos é indicativo de que, embora tenha havido evolução social e econômica, o trabalho feminino continua essencialmente "do lar", sobretudo na zona rural. Observamos que aí, mesmo a mulher executando trabalho produtivo, ao participar das atividades agrícolas, quando a produção da família é de subsistência, conti

nua sendo considerada "doméstica".²²

Na caracterização dos egressos sob o ponto de vista da origem familiar, levaremos em consideração alguns elementos, entre eles, a profissão dos pais e a forma de exploração de propriedade (para os pais agricultores).

A primeira constatação, neste caso, é a da predominância de pessoas com profissões voltadas para a agricultura e pecuária, como se pode observar na tabela seguinte:

VIII - PROFISSÃO DOS PAIS DOS EGRESSOS

CAVN - CAAC - 1974 a 1981

PROFISSÕES	TOTAL	%
Agricultor	136	44,6
Pecuarista	18	5,9
Funcionário Público	30	9,8
Comerciante	24	7,8
Motorista	17	5,6
Pedreiro	7	2,3
Militar	5	1,6
Carpinteiro	5	1,6
Mecânico	3	1,0
Profissional Liberal	3	1,0
Construtor	2	0,7
Vigia	2	0,7
Outros	28	9,2
Sem informações (a)	25	8,2
T O T A L	305	100,0

FONTE - Pesquisa

a) A maior parte dos egressos que não informaram a profissão do pai (8,2%) não o fizeram porque o genitor já havia falecido.

22. É considerada "doméstica", a dona de casa que não exerce nenhuma atividade econômica fora do lar. O trabalho por ela desenvolvido é relacionado às atividades domésticas, tais como: cozinhar, lavar, etc.

Assim, se considerarmos os que trabalham na agropecuária, passam a constituir 50,5%, com clara primazia para os que trabalham na agricultura, seguidos de pequeno percentual de funcionários públicos, comerciantes e motoristas, vindo depois uma diversificação de profissões de baixos percentuais (alguns incluídos na categoria de outros). Além desses 50,5% de agricultores e agropecuaristas, 30 (9,8%) dos pais com outras profissões apresentaram, também, alguma atividade rural, possuindo ou não propriedade. Por exemplo: um comerciante exerce, durante a semana, essa atividade como a principal e, nas horas vagas ou fins de semana, trabalha na "roça", em sua terra ou na de amigos, ou, ainda, em terra arrendada. ²³

A predominância de pais agricultores, sugere a grande influência dos mesmos na escolha profissional dos filhos, fato compreensível levando-se em consideração toda uma vida em comum no seio da família.

Com o objetivo de verificarmos se havia alguma relação entre a origem geográfica dos egressos (Regiões da Paraíba e outros Estados) com a profissão dos pais, realizamos o cruzamento dos dados obtidos com relação a pais agricultores e/ou pecuaristas com a origem dos egressos. A tabela em seguida apresenta-nos os resultados obtidos, assim como o gráfico relativo.

Podemos constatar que não existem diferenças marcantes entre os pais com profissão agrícola ou não, levando-se em

23. Não queremos opor no presente trabalho as profissões tipicamente rurais (agricultura e pecuária) às demais, que são consideradas muitas vezes, urbanas, pois vários desses profissionais que não são agricultores nem agropecuaristas no sentido lato do termo, desenvolvem atividades na zona rural.

IX - PROFISSÃO DOS PAIS VERSUS/ORIGEM

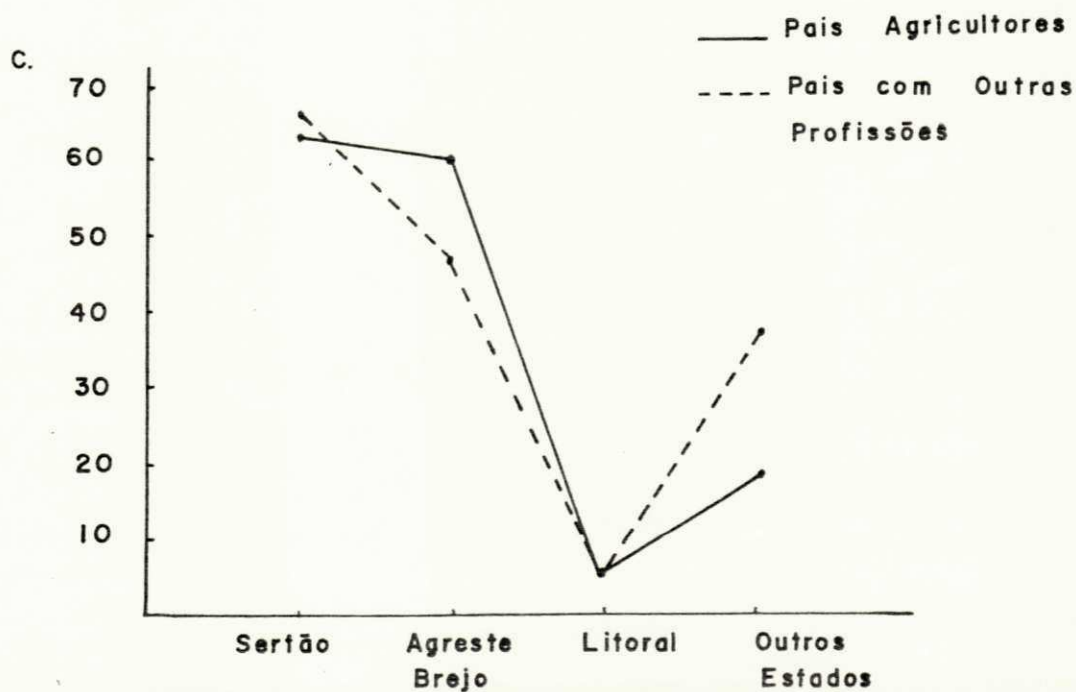
GEOGRÁFICA DOS EGRESSOS

CAVN e CAAC

1974 - 1981

PROFISSÕES	ORIGEM GEOGRÁFICA								TOTAL	
	SERTÃO		AGR. BREJO		LITORAL		O. ESTADOS			
		%		%		%		%		%
Pais agricultores	63	41,0	59	38,3	4	2,5	28	18,2	154	100,0
Pais com outras profissões	65	43,0	46	30,5	4	2,6	36	23,8	151	100,0
TOTAL	128	-	105	-	8	-	64	-	305	

FONTE: Pesquisa



consideração a origem geográfica dos egressos, pois a distribuição deles, por região da Paraíba e de outros Estados, é bastante aproximada. A diferença maior ocorre entre os egressos que são originários do Agres-Brejo, quando se observa diferença de 7,8% a favor dos pais que são profissionais da área rural. É de notar que essa é a única região da Paraíba em que a maioria dos pais são agricultores.

Considerando o tipo de agricultor, constatamos que, dos 154 pais agricultores, 120 são proprietários (77,9%). Os não proprietários foram caracterizados pelos filhos como arrendatários, meeiros etc, formas ainda muito comuns de exploração agrícola em nossa região²⁴ entre os agricultores que não possuem terras. Destes últimos, muitos vivem exclusivamente da agricultura, mesmo realizando a produção em terra de terceiros.

Muitos egressos entrevistados, filhos de pais agricultores e proprietários disseram-nos - em seus depoimentos - que quando estudantes, tinham a pretensão de trabalhar como técnico de imediato, logo após o término do curso, visto terem onde atuar. Todavia, quando isto se concretizou, passaram a enfrentar uma série de obstáculos que os impediam de trabalhar de acordo com seus desejos (aplicando os conhecimentos adquiridos), como: falta de recursos, recusa paterna em adotar novas tecnologias e problemas familiares. Assim mudavam a maneira de pensar e problemas familiares. Assim, mudavam a maneira de pensar e replanejavam sua vida profissional.

Segundo informações dos próprios egressos:

Arrendatário - o agricultor arrenda ou aluga terra a um proprietário por determinado período, podendo ser o pagamento feito em dinheiro, em benefício à terra ou em produtos do plantio.

Meeiro - neste caso o agricultor realiza sua produção agrícola produzido. Muitas vezes, neste caso, o proprietário fornece a semente, o dinheiro para a limpa da terra etc., e, na hora da divisão da safra os gastos são descontados.

Entre os proprietários, verificamos que 52 (43,3%) residem na terra em que trabalham. O restante mora, geralmente, na cidade mais próxima e, daí se desloca, diariamente, para a roça ²⁵. Este último grupo, constituído pelos que não residem na propriedade (68 proprietários, ou seja 56,7%) tem as terras exploradas de várias formas sob sua orientação, ou assalariam trabalhadores, matendo moradores, ou, ainda fazendo parcerias ou meias com terceiros.

A tabela e o gráfico seguintes, apresentam as formas de exploração da propriedade, levando em consideração a participação da família e de trabalhadores.

A família dos egressos do CAVN são mais ricas: 65,4 % contratam trabalhadores. Do CAAC, apenas 46,7%. Embora em ambas, uma parcela destas famílias não trabalhe a terra, explorando-a através da compra da força de trabalho: esta é a camada mais rica de agricultores. O extrato mais baixo que não contrata trabalhadores, vivendo exclusivamente do trabalho familiar é significativamente maior no CAAC.

A hipótese de que os pais dos egressos do CAVN têm condições sócio-econômicas mais elevadas é reforçada por estes dados.

Do total, 95 dos pais agricultores (61,7%) contam com a ajuda de trabalhadores (seja em conjunto com a família ou não). O número de trabalhadores contratados, é outro indicador na caracterização sócio-econômico da família do egresso. Numa perspectiva ampla, os que contam com o trabalho de terceiros, ou seja ,

²⁵. O motivo apresentado com maior frequência para a explicação desse fato é o da dificuldade para os filhos estudarem, quando a família reside na zona rural.

X - FORMAS DE EXPLORAÇÃO : TERRA / GADO

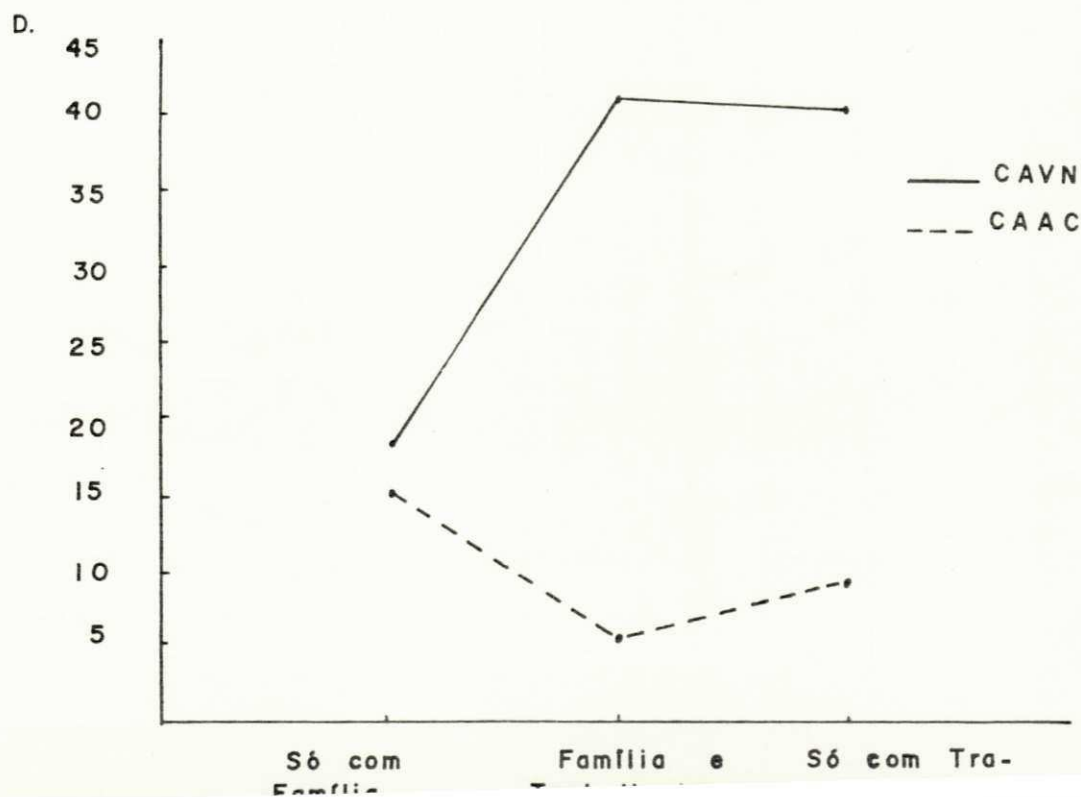
DOS PAIS DOS EGRESSOS

1974 - 1981

FORMAS DE EXPLORAÇÃO	CAVN		CAAC		TOTAL	
		%		%		%
Só com a Família	18	14,5	15	50,0	33	21,4
Com Família e Trabalhadores	41	33,1	5	16,7	46	29,9
Só com Trabalhadores	40	32,3	9	30,0	49	31,8
Sem Resposta (a)	25	20,1	1	3,3	26	16,9
T O T A L	124	100,0	30	100,0	154	100,0

FORNTE - Pesquisa

a) O item sem respostas é constituído, em grande parte pelos não proprietários.



61,7% dos pais agricultores, apresentam os seguintes resultados:

**XI - QUANTIDADE DE TRABALHADORES CONTRATADOS
PELOS PAIS DOS EGRESSOS -1974-1981**

Nº DE TRABALHADORES	CAVN		CAAC		TOTAL	
		%		%		%
De 01 a 05	41	54,00	11	57,8	52	54,8
De 05 a 10	27	35,5	6	31,5	33	34,7
Mais de 10	8	10,5	2	10,5	10	10,5
T O T A L	76	100,0	19	100,00	95	100,0

FONTE: Pesquisa

A grande maioria dos pais contratam de 1 a 5 trabalhadores. Neste caso as diferenças entre os colégios são pouco significativas. Apenas pequeno percentual a mais do CAVN, contratam de 5 a 10 trabalhadores.

Por sua vez, os dados relacionados à profissão da mãe dos egressos, revelam-nos outras características nessa tentativa de delimitação do TA. Constatamos alto percentual de "doméstica" num total de 213, (69,3%). O restante distribui-se sem qualquer concentração significativa, e, entre as profissões indicadas, podemos citar: professores, funcionários públicos, atendentes de enfermagem, costureiras, comerciantes, agricultores etc.

Com relação aos pais que não são agricultores, por sua vez, grande parte deles, têm profissões consideradas como caracteristicamente da classe média inferior, como: motoristas, carpin

teiros, mecânicos, construtores, vigias etc. Mesmo algumas profissões que poderiam ser consideradas pertencentes à classe média mais alta, como funcionários públicos, muitos deles são serventes, carteiros, escreventes, etc., percebendo baixíssimos salários.

OS EGRESSOS NA PERSPECTIVA DE SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ainda na tentativa de delimitar melhor o perfil dos egressos (a partir da avaliação de certos aspectos do ensino ministrado nos colégios) tentamos verificar a forma como consideram a formação profissional adquirida. Boa? regular? Fraca?

Com esta pequena avaliação, veremos como funciona, em sua perspectiva, alguns aspectos do processo ensino/aprendizagem, principalmente no que se relaciona com lado específico, ligado à formação profissional. Foram os seguintes os itens considerados:

- conhecimentos teóricos necessários à profissão;
- práticas agrícolas orientadas (PAO)
- estágios oferecidos;
- adequação do curso à realidade nordestina;
- conhecimentos necessários ao vestibular.

Os quatro primeiros itens estão voltados para a formação específica do curso, o último para a possibilidade de continuação de estudos, na tentativa de ingresso na Universidade, o qual deixaremos para analisar no capítulo específico sobre o assunto. No quadro seguinte poderemos ver os resultados da avaliação, levando em consideração cada colégio:

XII - AVALIAÇÃO DE ASPECTOS DO ENSINO NO

CAVN E CAAC % 1974-1981

ASPECTOS	CAVN			CAAC			TOTAL		
	Suf. (a)	P.suf.	Insuf.	Suf.	P.suf.	Insuf.	Suf.	P.suf.	Insuf.
Conhec. Teóricas									
Neces. à profissão	60,9	36,3	2,8	78,9	22,1		64,3	33,4	2,3
PAO	48,4	43,5	8,1	42,1	42,1	15,8	47,2	43,3	9,5
Estágios	37,1	44,3	18,6	42,1	33,3	24,6	28,0	42,3	19,7
Adequação à realidade Nordeste	47,2	41,9	10,9	57,9	38,6	3,5	49,2	41,3	9,5

FONTE : Pesquisa

(a) Suficiente (S f.), Poucos Suficiente (p.suf.), Insuficiente (Insuf.)

De todos os itens, o que apresenta - em ambos os colégios - avaliação mais positiva é o primeiro deles e o último (principalmente no CAAC). Nos demais itens considerados, a avaliação tende a ser negativa, especialmente naqueles relacionados aos estágios. Com relação às PAO, o CAVN leva vantagem sobre o CAAC; no entanto, o segundo é considerado melhor nos demais aspectos, embora isto não signifique que seja realmente o melhor.

A maior insatisfação com relação às PAO e estágios, também foi observada nos colégios, no período em que mantivemos contato. Um dos egressos desse colégio no ano de 1978, declarou - nos que "grande parte dos professores, mesmo os das disciplinas práticas, são muito teóricos, e que, quando o aluno possui alguma experiência, eles não a levam em consideração".

Observamos, todavia que, na realidade concreta dos dois neste aspecto, a problemática é bem diferente.

No CAVN, as condições das PAO são bem mais favoráveis, pois o Colégio dispõe de maiores condições financeiras, não faltando os elementos necessários para a realização das práticas (sementes, adubos, instrumentos etc). Este colégio também oferece maior diversificação de atividades agrícolas ou pecuárias. Aí, existe, ainda, o incentivo da Cooperativa, onde os bens produzidos são vendidos, e o lucro é revertido ao próprio colégio, tendo em vista o bem estar do alunado.

As reclamações estão mais voltadas para a obrigatoriedade que o aluno tem de permanecer nestas práticas, até que seja cumprida a tarefa que lhe foi conferida. Um aluno nos disse: *"eu aprenderia a plantar bananeiras, plantando poucos pés, no entanto, sou obrigado a plantar muito mais do que é necessário"*. Neste caso, o maior problema não é, no nosso entender, a insuficiência da parte prática, mas o divorcio teoria/prática. Os alunos almejam uma maior aplicação da teoria, um maior acasalamento entre ambas, pois, nunca falta a prática.

No CAAC por sua vez, as maiores deficiências das PAO, estão mais voltadas para as dificuldades materiais em realizá-las, pois, faltam os elementos necessários para tanto: adubos, sementes, instrumentos, etc. Constatamos, certa vez, que uma plantação de cenouras, estava em fase de adubação, faltando, contudo, o adubo indispensável. Dessa forma, sem o necessário tratamento, todo o trabalho ficaria sem efeito. Mesmo com as solicitações do material, este só foi comprado porque a Orientadora Educacional do Colégio emprestou o dinheiro para sua aquisição. Estas dificuldades são comuns em qualquer prática.

Nas tabelas XIII e XIV podemos encontrar essa avaliação por colégio e em todos os anos do período considerado.

XIII - CAVN - AVALIAÇÃO DE ASPECTOS DO ENSINO

%

ANO \ ASPECTOS	CONEC. TEÓRICOS NECES. PARA A PROFISSÃO			P. A. O			ESTÁGIOS			ADEQUAÇÃO DO CURSO À REALIDADE NORDESTINA		
	Suf.	P. Suf.	Insuf.	Suf.	P. Suf.	Insuf.	Suf.	P. Suf.	Insuf.	Suf.	P. Suf.	Insuf.
1974	50,0	50,0	-	40,9	45,5	16,6	18,2	40,9	40,9	40,9	40,9	18,2
1975	73,3	20,0	6,7	53,3	40,0	6,7	33,3	26,7	40,0	33,3	40,0	26,7
1976	47,4	47,4	5,2	21,1	63,2	15,7	5,2	47,4	47,4	42,1	42,1	15,8
1977	61,3	32,2	6,5	67,7	29,0	3,3	32,4	48,4	16,2	41,9	48,4	9,7
1978	39,3	57,1	3,6	39,3	50,0	10,7	39,3	50,0	10,7	42,9	42,9	14,2
1979	75,0	25,0	-	53,1	37,5	9,4	50,0	34,4	15,6	53,1	31,2	15,7
1980	64,6	33,3	2,1	50,0	47,9	2,1	37,5	47,9	14,6	56,3	39,6	4,1
1981	66,0	32,1	1,9	49,1	41,5	9,4	50,0	43,4	5,7	49,1	47,2	3,7

FONTE : PESQUISA

XIV - CAAC - AVALIAÇÃO DE ASPECTOS DO ENSINO

%

ANO	CONHEC. TEÓRICOS NECS. PARA A PROFISSÃO			P. A. O.			ESTAGIOS			ADEQUAÇÃO DO CURSO À REALIDADE NORDESTINA		
	Suf.	P. Suf.	Insuf.	Suf.	P. Suf.	Insuf.	Suf.	P. Suf.	Insuf.	Suf.	P. Suf.	Insuf.
1974	70,0	25,0	-	62,5	12,5	20,0	50,0	12,5	37,5	50,0	50,0	-
1975	57,1	42,9	-	42,9	57,1	-	28,6	14,3	57,1	57,1	42,9	-
1976	40,0	60,0	-	40,0	40,0	20,0	20,0	60,0	20,0	20,0	60,0	20,0
1977	100,0	-	-	33,3	66,7	33,3	33,3	33,3	33,4	33,3	66,7	-
1978	80,0	20,0	-	40,0	40,0	20,0	60,0	20,0	20,0	40,0	40,0	20,0
1979	100,0	-	-	16,7	50,0	33,7	50,0	16,7	33,3	66,7	33,3	-
1980	83,3	16,7	-	83,3	-	16,7	66,7	-	33,3	83,3	16,7	-
1981	88,2	11,8	-	29,4	58,8	11,8	35,3	52,9	11,8	70,6	29,4	-

FONTE : PESQUISA

Nos dois colégios, os mais altos índices de satisfação, estão voltados para os conhecimentos teóricos necessários para a profissão e, os mais baixos, estão voltados para os estágios e PAO. Isto vem demonstrar que apesar de profissionalizantes, nestes cursos a "teoria" ainda é predominante.

Ainda nos dois estabelecimentos, tomando os itens em conjunto, os três últimos anos retratam avaliação mais positiva, embora isto não esteja tão claro como no primeiro item. Tal fato indica que os alunos se ressentem, claramente, de melhor formação prática e a maior parte dos que já estão inseridos no mercado de trabalho, revela conscientização nítida da insuficiência de suas respectivas formações. Como os egressos das últimas turmas são os que estão menos adreçados no mundo do trabalho, é de se supor que este fato influencie uma avaliação menos negativas.

De forma geral, os resultados das tabelas demonstram, que os egressos do CAAC apresentam índice de satisfação um pouco mais elevado do que os egressos do CAVN, com relação à maior parte dos itens considerados.

É importante observar que isto não significa que o CAAC seja melhor do que o CAVN pois, uma série de causas pode haver influenciado a avaliação, como : um colégio pequeno, o CAAC atende também o reduzido número de alunos, o que permite maior relacionamento contínuo e direto entre educadores e educandos (este relacionamento é muito franco e positivo); a boa assistência do Serviço de Orientação Educacional (SOE) e do Serviço de Assistência ao Estudante. Por outro lado, os diferentes níveis sócio econômico dos egressos, levam a diferentes níveis de expectativas ao ingresso nos colégios, o que influencia, sobrameneira, es

ta avaliação. Por exemplo, se os egressos do CAVN possuem nível sócio-econômico mais elevado, naturalmente o nível de expectativa ao colégio é mais alto e sua avaliação é mais rigorosa. Da mesma forma, se o nível de aspirações dos egressos do CAAC é mais baixo, naturalmente, os alunos devem ter mais baixos níveis de expectativas e aspirações oferecidas pelo colégio.

Transcrevemos, a seguir, algumas sugestões feitas pelos egressos com relação às falhas observadas no processo Ensino-aprendizagem, como também algumas críticas, que deixam transparecer a problemática analisada e as nuances assumidas pela mesma nos dois estabelecimentos de ensino:

"Deveria se proporcionar mais oportunidades de estágios e que toda teoria ministrada seja posta em prática (CAAC-1981)

"A teoria ministrada é suficiente, mas a prática foi insuficiente (CAAC-1981)."

"Os professores nos CTA, muitas vezes, não têm condições de transmitir conhecimentos técnicos, práticos, profissionais, uma vez que nunca trabalharam como extensionistas ou executores e, então são transmitidos conhecimentos retirados de livros, escritos, principalmente, no Centro-Sul do País. Quando o aluno possui conhecimentos práticos, trazidos do meio rural, os argumentos não são levados em consideração e os alunos que os trazem são tratados como indisciplinados, ou segundo eles desejam saber mais que o professor". (CAVN-1980).

"Menos exploração da mão-de-obra do estudante e mais orientação prática". (CAVN, em 1979).

"Que as aulas práticas, fossem realmente aulas prático-

cas e, que os professores e administradores do colégio não visassem somente nosso trabalho braçal para aumento da produção agrícola e pecuária existente". (CAVN-1981).

"Na prática, os colégios deixam muito a desejar, uma vez que os professores ficam a ditar pontos, passar trabalhos ou a mandar limpar mato, o que chamam de PAO." (CAVN-1976).

"Algum professor que tomar conhecimento dessa pesquisa deve ficar sabendo que só a teoria não serve para o Técnico; de grande valor também é conhecimento prático, uma vez que não somos pesquisadores, e sim agentes de mudança". (CAAC-1977).

"Para que o aluno do CTA, consiga maior aprendizagem, acho que as aulas teóricas, deveriam ser correlatas com as aulas práticas e que o professor destas últimas não visasse a produção e sim melhor aproveitamento do aluno". (CAVN-1980).

Sintetizando, os egressos dos colégios estudados são, em esmagadora maioria, homens, jovens, provenientes de grupos sociais, em maior parte de baixo poder aquisitivo, formada, principalmente, por agricultores. No geral não há grandes diferenças entre os alunos egressos de um ou outro colégio. É de se notar, porém, que os egressos do CAVN provêm de áreas mais distantes e de famílias de maior poder aquisitivo, conquanto seja (ou justamente por isso?) colégio gratuito. Esta é uma das contradições observadas, pois, o CAVN atende à clientela que tem melhores condições financeiras. A própria seleção para o ingresso neste estabelecimento (sendo muito rigorosa) favorece a maior percentual destes candidatos, em decorrência de que, na maioria das vezes, são estes os que melhor se preparam, tendo, portanto, mais possibilidades de serem aprovados. Aqui é evidenci

ada, claramente, a função de reprodução de classe, que caracteriza a educação formal na sociedade capitalista.

O curso em ambos os Colégios, não parece satisfatório na parte prática, onde a presença do relatório (especialmente no CAAC) ou o distanciamento teoria/prática, traz prejuízo ao curso, em seu aspecto profissionalizante. Agrega-se, assim, mais um elemento ao perfil do egresso: deficiente formação profissional.

A origem rural e pertencer ao sexo masculino marca de forma mais profunda o perfil que se poderia traçar de um TA e sobre o qual passaremos a analisar a situação profissional.

CAPÍTULO 5

SITUAÇÃO OCUPACIONAL

5. SITUAÇÃO OCUPACIONAL

A escola apresenta multiplicidade de funções, como vimos no primeiro capítulo. Aqui, no entanto, interessa-nos analisá-la apenas em sua função econômica. Afinal, ela é responsável pela formação dos Técnicos Agropecuários, que serão ou não absorvidos por determinado de trabalho. Assim, produz, força de trabalho que teoricamente, está apta a contribuir para o sistema produtivo da sociedade.

A pesquisa que realizamos entre os egressos das duas escolas paraibanas, demonstra que a maioria dos TAs (69,2%) entre 1978 e 1981, está empregada. O número de desempregados (30,8%) é no entanto considerável, principalmente quando a comparamos com as taxas médias de desemprego observada nas áreas metropolitanas (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife) nos dois meses em que realizamos a pesquisa, ou seja no ²⁶vembro e dezembro de 1982, que atingem as taxas de 4.71% e 4.00 % respectivamente.

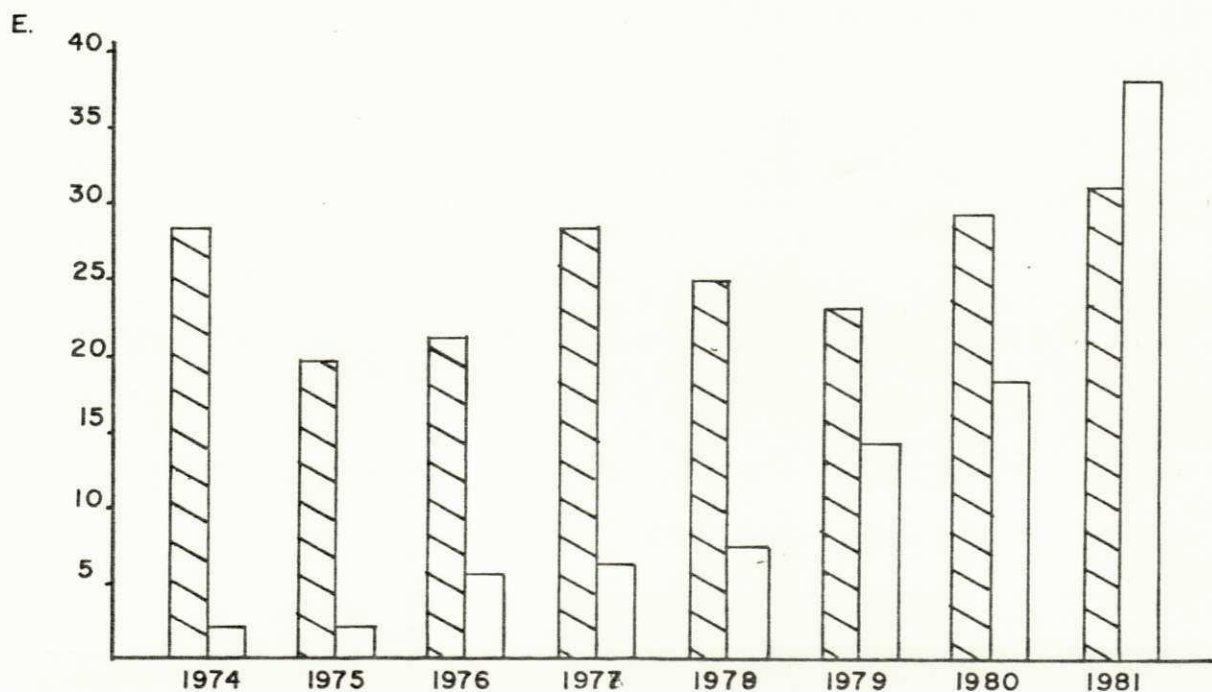
A tabela e o gráfico seguintes demonstram que este percentual de desemprego tornou-se maior nos últimos anos, podendo - se observar uma clara linha ascendente, ilustrativa de uma corre-

26. Fonte - IBGE (B.B, 1974:1) - Esta comparação pode não ser significativa devido a diversidade das situações apresentadas, porém estes foram os únicos dados que conseguimos localizar sobre o desemprego e achamos que seria importante estabelecermos comparações. Os mesmos foram obtidos "da relação entre o número de pessoas que estavam procurando emprego ou aguardando o resultado de proposta para ingresso no trabalho à época de pesquisa e o número de Pessoas Economicamente Ativa (PEA), com idade igual ou superior a 15 anos".

**XV - TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS EMPREGADOS
E DESEMPREGADOS
CAVN e CAAC**

ANO	EMPREGADOS		DESEMPREGADOS		TOTAL
		%		%	
1974	28	93,3	2	6,7	30
1975	20	90,9	2	9,1	22
1976	21	87,5	3	12,5	24
1977	28	82,4	6	17,6	34
1978	25	75,8	8	24,2	33
1979	23	60,5	15	39,5	38
1980	35	64,8	19	35,2	54
1981	31	44,3	39	55,7	70
TOTAL	211	-	94	-	305

FONTE : Pesquisa



lação direta: quanto maior o número de egressos, também maior o número de desempregados. Simultaneamente à correlação anteriormente assinalada, constatamos outra: quanto mais próximo da atualidade, maior o número de desempregados.

Esta constatação tornou-se grave e até certo ponto com prometedor, à medida em que a relação empregados/desempregados é invertida no último ano considerado em nossa pesquisa. De fato em 1981 o número de desempregados (55,7%) supera o de empregados (44,3%).

Destaca-se a concentração de egressos desempregados nos últimos três anos: 77,6%. Este fato leva-nos a sugerir a hipótese de que as razões de desemprego dos TAs, estão relacionadas à crise pela qual atravessa o País, gerando achatamento nas taxas de emprego em todos os níveis profissionais, agravada no Nordeste pela situação da estiagem, que atingiu seu ponto máximo em 1983, (segundo informações do Instituto Aeroespacial de São José dos Campos, em São Paulo). Esta seca que se prolonga até o presente, limita ou mesmo impede em algumas áreas, a produção agrícola, reduzindo a criação de animais, apresentando como consequência lógica, redução das possibilidades de trabalho na zona rural. Nesta perspectiva o desemprego apresenta-se com conotação conjuntural.

Acreditamos que fatores de ordem estrutural também con tribuem para aumentar o problema. Por exemplo: a modificação da agricultura com a extensão da pecuária, provocou um aumento no índice de desemprego, visto que esta atividade necessita de um número bem mais reduzido de trabalhadores.

Na comparação entre os colégios pesquisados, pode-se dizer que pelo seu prestígio, a taxa de desemprego seja menor no

CAVN. No entanto, o que ocorre é justamente o contrário, embora as diferenças observadas sejam pequenas na comparação percentual. Enquanto o CAAC apresenta índice de 24,5% de desempregados, o CAVN, 30,8%; pode-se questionar quais as razões para este fato.

Outra diferença entre os dois colégios, situa-se na distribuição dos desempregados por ano de conclusão de curso. Enquanto o CAVN, apresenta linha crescente e gradativa (particularmente a partir de 1976) o CAAC concentra mais da metade de seus egressos desempregados no último ano, conforme tabela abaixo.

XVI - EGRESSOS DESEMPREGADOS

%

COLEGIO	ANO								
	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	TOTAL
CAVN	2,5	1,3	3,8	7,5	7,5	16,3	22,5	38,8	100,0
CAAC	-	7,1	-	7,1	14,3	14,3	7,1	57,2	100,0

FONTE : PESQUISA

ONDE TRABALHAM OS TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS ?

Vimos no início deste capítulo, que 221 (69,2%) dos TAs pesquisados estão trabalhando. Todavia é interessante salientar que nem todos os egressos do período considerado, atuam em sua área de formação profissional. Os dados demonstram que 140

27. A área de atuação profissional dos TAs está explicitada no início do capítulo IV.

(66,4%) trabalham na área, mas 70 (33,6%) exercem atividades profissionais fora dela, atuando nos mais variados setores da economia; isto veremos adiante.

A tabela seguinte mostra essa diferença de área de trabalho das TAs e o gráfico efetuado em decorrência, permite-nos uma ótica melhor da questão.

Não se observa na tabela e no gráfico nenhuma tendência ascendente ou descendente no percentual dos TAs que trabalham em sua área de formação ou fora dela. Pelo contrário, constatamos oscilação de ano para ano. O percentual de egressos trabalhando em sua área de formação é sempre maior do que os que estão atuando fora dela (especialmente nos anos de 1976, 1977 e 1980) excetuando-se os do ano de 1975, cujos percentuais são iguais, equilibrados.

Na comparação entre os dois colégios é interessante notar que o percentual dos egressos do CAAC (74,4%) que trabalham em sua área de formação, é mais elevado do que os saídos do CAVN (.. 64,2%).

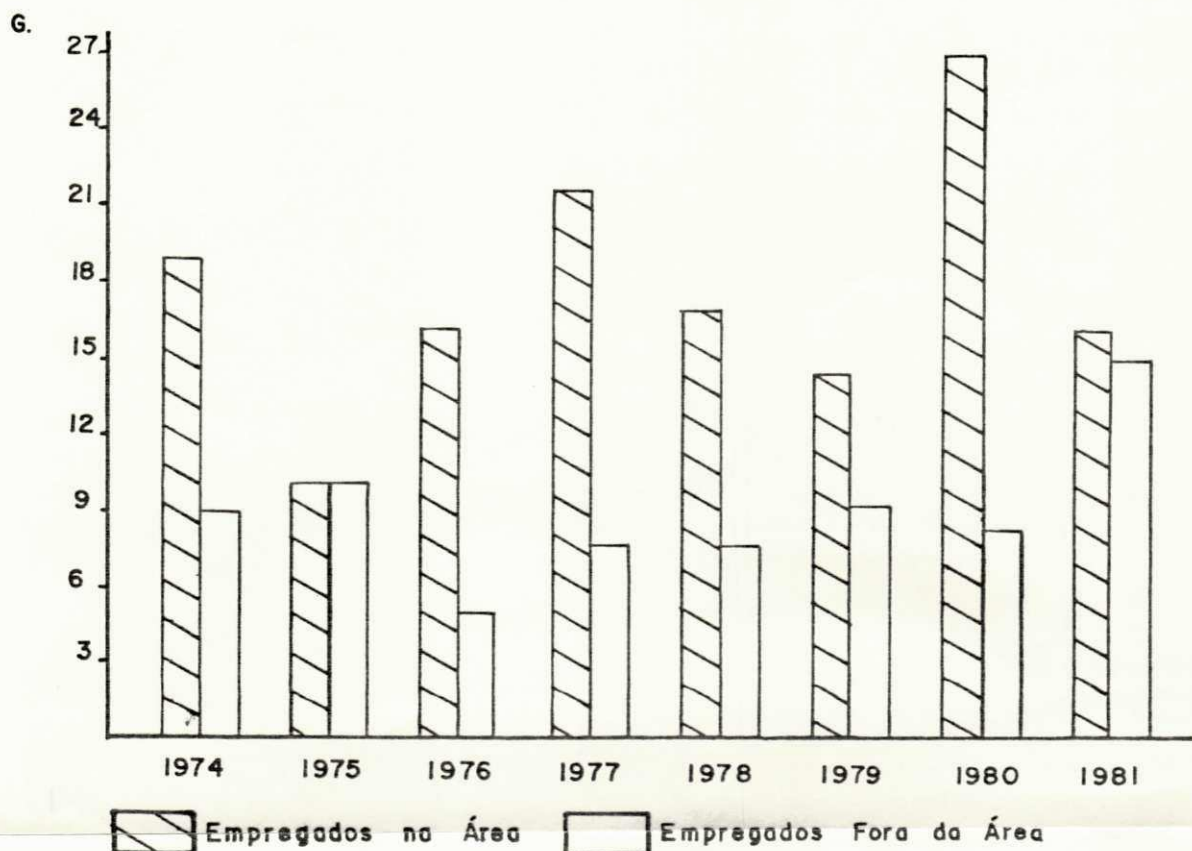
Curioso observar que, durante o período em que mantivemos contatos com os dois colégios percebemos que entre os alunos (principalmente no CAAC) havia-se formado a imagem de que os egressos do CAVN, além de, encontrarem emprego com mais facilidade do que eles (do CAAC) a maior parte trabalhava com TA. Todavia, a comparação entre os percentuais que obtivemos na pesquisa, mostra-nos justamente o inverso. Isto se deve, sem dúvida, ao maior contingente de Técnicos formados no CAVN.

XVII - TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS EMPREGADOS

CAVN - CAAC

A N O	EMPREGADOS NA ÁREA		EMPREGADOS FORA DA ÁREA		TOTAL
		%		%	
1974	19	67,8	9	32,2	28
1975	10	50,0	10	50,0	20
1976	16	76,2	5	23,8	21
1977	21	71,4	7	28,6	28
1978	17	68,0	8	32,0	25
1979	14	60,8	9	39,2	23
1980	27	77,1	8	22,9	35
1981	16	51,6	15	48,4	31
TOTAL	140	-	71	-	211

FONTE : Pesquisa



Fica, então, levantada a questão, será que este último Colégio, por ter melhores condições de ensino, não tem servido para os egressos mais como via de acesso à Universidade?

Se considerarmos alto, o índice de TAs desempregados, (30,8%), quando realizamos a soma destes aos dos que trabalham fora de sua área de formação (23,3%) a situação torna-se mais grave, pois chegamos ao percentual de 54,1% de TAs, que estão fora de sua formação técnica. Isto quer dizer que mais da metade dos TAs, formados no CAVN e CAAC da Paraíba, não estão trabalhando como técnicos. Isto nos leva a sugerir a hipótese de que há crescente inadequação entre escola e mercado de trabalho, cuja tendência é aumentar, caso os fatores que contribuem para esta situação sejam mantidos, isto é: permanecendo as tendências atuais, a inadequação crescerá. Assim, o ETA, embora esteja formando certo tipo de força de trabalho (importante e necessária a uma região tipicamente agrícola como a nossa) tem essa absorção abaixo do nível esperado e naturalmente desejado.

A constatação é grave, mas afinal, toda situação de crise é periódica, e como tal a curto ou a longo prazo a tendência é de que, pelo menos parte da problemática que nos atinge seja superada. Levanta-se, então, a questão: se no futuro na hipótese de que o ritmo de crescimento econômico seja retomado, ocorrerá mudanças em volume tal que esse contingente de força de trabalho dos egressos do CTA - ora ociosa - possa ser absorvida pelo mercado de trabalho. Se isto acontecer então, a situação será invertida. Todavia, essa inversão não dependerá apenas desse ritmo, ainda que venha a ser retomado, mas, do próprio modelo, pelo qual esse crescimento seja direcionado. Por exemplo: caso o

novo modelo implantado, propicie ênfase à pequena e média produção, destacando sua modernização no apôs crise, essa predominância de desemprego e trabalho fora da área de TA, tenderã, naturalmente, a cair, criando possibilidades para os TAs, ingressarem em sua área de trabalho.

O alto percentual de TAs, fora de sua área de formação mostra-se-nos, ainda como contraditório, quando levamos em consideração os motivos apresentados pelos egressos para a escolha do curso. Temos os resultados nos seguintes dados:

- 42,5%, "por gostar da área e sentir vocação para trabalhar";
- 17,0%, "por serem originários da zona rural, portando experiência na área e desejarem nela permanecer trabalhando";
- 14,3%, " porque o curso era profissionalizante, oferecendo assim possibilidades de trabalho imediato apôs o seu término".

- Os 24,2% restantes - que constituem a menor parcela - escolheram o curso por outros motivos não imediatamente vinculados à possibilidade de trabalhar como TA, por exemplo: incentivo dos pais, familiares ou colegas; proximidade do Colégio - entre outros motivos. Desta forma, a maior parte dos estudantes parecia estar realmente motivada para o trabalho rural. Os TAs que trabalham em sua área, demonstraram o desejo de nela aplicar seus conhecimentos profissionais, fazendo jus às suas aptidões, conforme os depoimentos seguintes:

- "Não consegui emprego mas, ainda estou procurando trabalho em minha profissão, pois, gosto muito dela", (CAAC-1981).

- "Gostaria de que nos fossem dadas oportunidades de trabalhar, para mostrarmos o que podemos fazer pelo Nordeste e pela Paraíba". (CAVN, 1981)
- "O governo precisa ter uma melhor visão dos profissionais da área rural, só através da agricultura e pecuária, o Brasil vai poder se safar." (CAVN, 1978)

Acreditávamos de início, que o fato de muitos empregos exigirem que os TAs residissem na zona rural, ou em pequenas cidades do interior, seria um dos principais obstáculos a sua vinculação na área, mas, entre os egressos pesquisados, apenas um mencionou esse fato.

OS QUE TRABALHAM EM SUA ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Entre os TAs que trabalham em sua área de formação, a grande maioria, atua em empresas do setor público (56,4%). Isto não é de se estranhar, devido à centralização verificada no Estado capitalista moderno, tornando-o conseqüentemente um grande gerador de empregos. A tabela a seguir, reflete mais detalhadamente a questão.

XVIII - TIPOS DE EMPRESAS EM QUE OS TAs TRABALHAM
EM SUA ÁREA DE FORMAÇÃO - 1974-1981

TIPOS DE EMPRESAS	CAVN		CAAC		TOTAL	
		%		%		%
Setor Público	63	58,3	16	50,0	79	56,4
(EMATER)(a)	(41)	(38,0)	(10)	(31,2)	(51)	(36,4)
Setor Privado	29	26,9	9	28,1	38	27,1
Mixta	3	2,8	5	15,7	8	5,7
Sem resposta	13	12,0	2	6,2	15	10,8
TOTAL	108	100,0	32	100,0	140	100,0

FONTE: PESQUISA.

(a) Colocamos em destaque a EMATER, pelo grande percentual de TAs trabalhando para a empresa.

Na realidade, a predominância de técnicos trabalhando em empresas do setor público é significativa, não chegando o percentual dos que estão no setor privado a atingir metade daquele número. Na comparação dos resultados apresentados entre os dois colégios, observamos que no CAVN o percentual de egressos no setor público é mais elevado do que o encontrado no CAAC, mas no setor privado o CAAC apresenta percentuais mais elevados. Todavia em ambos os casos as diferenças são pequenas.

No quadro seguinte podemos obter visão mais aprofundada da questão verificando a cada ano o nível de absorção dos TAs por cada um dos tipos de empresas, constantes na tabela anterior.

XIX - TIPOS DE EMPRESAS EM QUE OS TAs TRABALHAM
EM ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL -CAVN-CAAC

%

TIPOS DE EMPRESAS	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	TOTAL
Setor Público	19,0	10,1	12,7	19,0	13,8	8,9	15,2	1,3	100,0
EMATER	(15,2)	(7,6)	(10,1)	(13,9)	(11,4)	-	(6,3)	-	100,0
Setor Privado	2,6	2,6	10,6	7,9	7,9	5,3	34,2	28,9	100,0
Mista	25,0	12,5	12,5	-	12,5	-	12,5	25,0	100,0
Semr resposta	13,3	6,7	6,7	20,0	13,3	20,0	13,3	6,7	100,0

FONTE: PESQUISA

De forma geral, sempre vem ocorrendo oscilação na absorção de TAs por empresas do setor público, observando-se no último ano considerado, sensível redução daquela penetração. É curioso o fato de que no setor privado tenha havido nos últimos dois anos uma ascendência no índice de absorção de técnicos por estas empresas.

Outro dado que nos chamou a atenção está relacionado ao baixo índice de absorção de TAs pelos CTAs. Entre os egressos do período estudado, apenas 4,3% trabalham nestes colégios. Isto nos leva a sugerir a hipótese de que a renovação do corpo docente destes estabelecimentos de ensino, ocorre de forma relativamente lenta, e nessa renovação - muitas vezes - as vagas existentes são preenchidas por profissionais de nível superior que apresentam melhores currículos para competir no mercado de trabalho. Mesmo nos colégios, observamos que os TA, geralmente, tem papel subordinado.

a outros profissionais de nível superior, da área.

Outro dado que consideramos muito importante: 91,5% dos 140 técnicos que trabalham em sua área de formação, atuam como TAs de nível médio. Apenas 8,1% trabalham como profissionais de nível superior. Portanto, apesar das dificuldades, um índice razoável destes profissionais é retido no mercado de trabalho com aquele nível de profissionalização.

É interessante que alguns TAs que trabalham em empresas agropecuárias do setor privado, deixaram transparecer o interesse de operar no setor público, alegando que nas primeiras, existe grande instabilidade de emprego, baixos salários e pouca valorização de seu trabalho. Afirmam, ainda, que essas empresas privadas só contratam o TA, quando dele necessitam para aprender algumas técnicas indispensáveis à atividade desenvolvida (principalmente empresas pequenas) e, depois que isso ocorre, tratam de substituí-los por leigos, que exigem menores salários. Essa situação é perfeitamente compreensível na sociedade capitalista, tendo em vista a possibilidade da redução das despesas que tal atitude favorece. Embora saibamos que "o capital para reproduzir-se necessita da utilização de uma parte de si próprio na compra de força de trabalho" (Cunha, 1979:265) sabemos, também, que os capitalistas usam de toda e qualquer forma de artifício que possibilite a minimização dos gastos nessa força de trabalho, aumentando, conseqüentemente, a possibilidade de gerar mais-valia e acumulação de capital, provocando, por outro lado, instabilidade de emprego.

Com relação às funções exercidas pelos TAs nas empresas em que trabalham, o grande percentual é extencionista agrícola

la (44,2%) ou seja, é agente de produção. Desenvolvem atividades relacionadas à orientação do produtor, tendo em vista a adoção de novas tecnologias, novas práticas culturais, como também participam de campanhas de filtros, fossas, hortas escolares e comunitárias. Em seu trabalho (como já constatamos anteriormente) grande parte dos TAs, prestam assistência direta ao agricultor, oferecendo orientação dos mais variadas, tendo em vista a melhoria da produção agrícola ou pecuária. Essa assistência é feita de duas formas: através dos órgãos públicos como "EMATER" - por exemplo - que é a empresa mais atuante em nossa região, ou sendo contratados particularmente pelos agricultores.

Os que não fazem trabalho de extensão são: administradores de propriedades particulares, pesquisadores da EMBRAPA, professores das disciplinas específicas em CTA ou em escolas de 1º grau. Alguns não têm função definida e exercem diferentes atividades.

Estes TAs também se diferenciam pelo tipo de agricultor a quem prestam atendimento. Perguntamos sobre qual o tipo de agricultor com que cada um deles trabalha mais diretamente: se pequeno, médio ou grande. Obtivemos os seguintes percentuais nas respostas:

- 33,3%, trabalham para todo tipo de agricultor, desde que recebam solicitação;
- 25,5%, desenvolve suas atividades, predominantemente, junto ao médio e pequeno agricultor;
- 14,9%, trabalham exclusivamente com o pequeno agricultor;
- os demais, 26,3%, não trabalham diretamente com o agricultor.

Parece-nos que o pequeno agricultor é o mais beneficiado pelo trabalho dos TAs, a partir das informações que nos foram prestadas. Acreditamos que, em parte, isto é decorrente de grande percentual de técnicos, trabalhando na EMATER como extensionistas, nesta EMPRESA, estando a maior parte dos programas voltados para o pequeno agricultor. Sugerimos, ainda, que isto obedece a uma divisão social do trabalho, onde o TA assiste ao pequeno e médio agricultor, sendo o grande produtor atendido por profissionais de nível superior: agrônomo e veterinário entre outros.

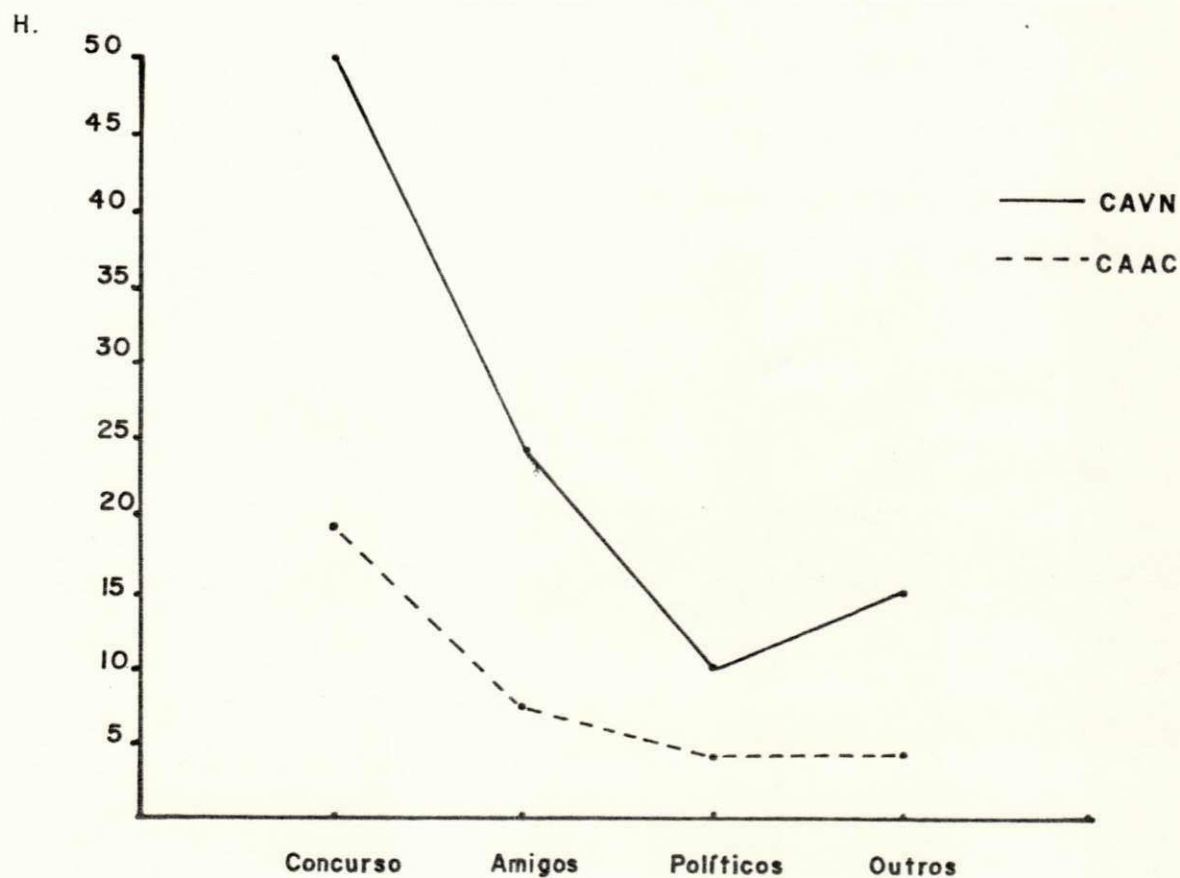
Os meios pelos quais os TAs conseguiram emprego são vários. Destacam-se, no entanto, três: concurso, amigos e políticos. Utilizando um destes meios, quase 81,0% deles chegaram a seu atual emprego, segundo gráfico e tabela seguintes.

É curioso que haja sido o concurso o meio pelo qual cerca de 50,0% dos egressos obtiveram emprego. Isto deve-se, sem dúvida, ao peso do setor público. Em segundo lugar, com boa margem de diferença do primeiro, vem a ajuda de amigos, seguida da de políticos. Mas, justamente aí, esperava-se que essa ajuda fosse mais importante, pela generalização do apadrinhamento político no campo favorecendo os ditos "currais" eleitorais, segundo tônica da literatura especializada. O fato de que apenas 10,0% dos entrevistados terem contado com a ajuda de políticos, para se engajarem profissionalmente, pode ser indicativo de que a literatura julgadora do apadrinhamento político exagera este comportamento ou, de que as mudanças nas relações sociais no campo sejam mais profundas do que imaginávamos. A distribuição destas variáveis por ano, poderá esclarecer-nos um pouco mais. (Conforme Tabela XXI e gráfico I).

XX - MEIOS PELOS QUAIS OS TRs CONSEGUIRAM
EMPREGO EM SUA ÁREA DE FORMAÇÃO PRO-
FISSIONAL - 1974 - 1981

MEIOS	CAVN %		CAAC %		TOTAL %	
Por meio de concurso	50	45,3	14	43,8	64	45,6
Com a ajuda de amigos	24	22,2	7	21,9	31	22,2
Com a ajuda de políticos	10	9,3	4	12,5	14	10,0
Outros	15	13,9	4	12,5	16	11,4
Sem resposta	9	8,3	3	9,4	15	10,7
TOTAL	108	100,0	32	100,0	140	100,0

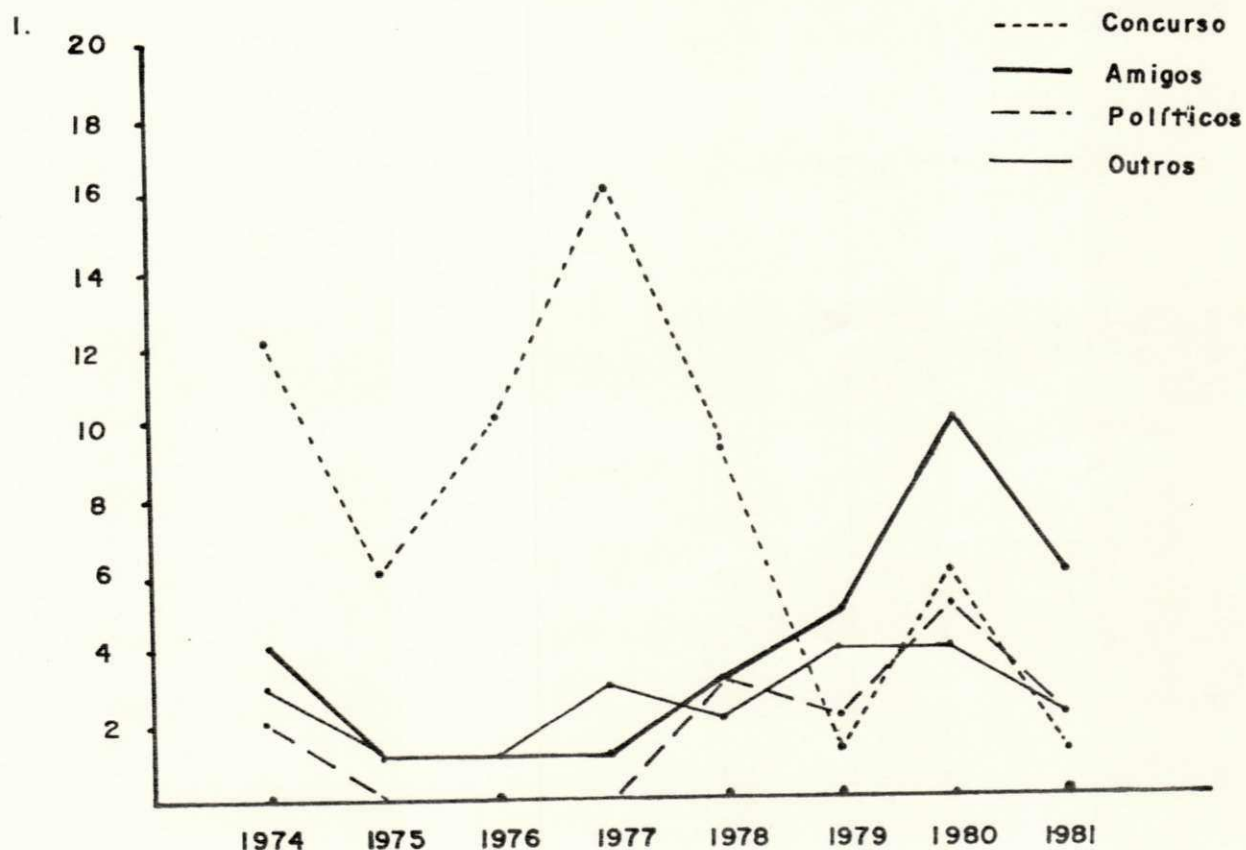
FONTE - PESQUISA



XXI - MEIOS PELOS QUAIS OS TAs CONSEGUIRAM
EMPREGO EM SUA ÁREA DE FORMAÇÃO PRO
FISSIONAL - CAVN - CAA C

MEIOS ANO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	TOTAL
Concursos	19,0	9,5	15,9	28,6	14,3	1,6	9,5	1,6	100,0
Ajuda de Amigos	12,9	3,2	3,2	3,2	9,7	16,1	32,3	19,4	100,0
Ajuda de Polític cos	14,3	-	-	-	21,4	14,3	35,7	14,3	100,0
Outros	10,5	5,2	5,2	15,7	10,5	21,2	21,2	10,5	100,0
Semrespostas	25,0	-	16,7	8,3	-	16,7	25,0	8,3	100,0

FONTE: Pesquisa



Entre outros meios apontados pelos TAs, pelos quais conseguiram seus empregos, destacam-se: "após estágio"²⁸ "por convite" ..

Como era de esperar, o concurso público domina claramente entre 1974/77, chegando-se ao índice de 87,3%. Neste mesmo período a ajuda de políticos é insignificante. Observamos que o apoio de amigos e "outros meios" são mais significativos, a partir de 1978.

Associando-se estes dados aos da tabela XIX, observamos que o período em que os concursos predominam, favorecem também a predominância de TAs trabalhando em empresas do setor público. A partir de 1979 há perda de capacidade visível do setor público em absorver os TAs. Neste momento, quando o setor privado aumenta a sua presença, a variável ajuda de amigos e os "outros meios", assumem papel dominante, deixando entrever que aquela é sempre a forma mais freqüente de se conseguir emprego em empresas privadas. É interessante realçar que a variável ajuda de políticos passa a pesar mais, no último período, dando a entender que, no momento em que a concorrência se acirra junto ao setor público, a figura do político passa a ser mais importante.

Em 1979 e 1981; por exemplo, essa ingerência vai se tornar mais importante que o concurso. É imprescindível, neste

²⁸. É comum, no último ano do CTA, ou mesmo após o término do curso o aluno ou egresso realizar um estágio em empresas agropecuárias. Muitas vezes, quando estes alunos têm desempenho satisfatório, recebem convite para permanecerem no trabalho como profissionais. Observamos, todavia, que embora isto aconteça, não é significativa o percentual de TAs que consegue emprego dessa forma, pois as possibilidades desses estágios são reduzidas (como vimos no capítulo anterior quando apresentamos a avaliação de aspectos dos colégios CAVN e CAAC).

tante, saber onde funcionam as variáveis amigos e políticos (ao que pode ser observado na tabela a seguir) e como funcionam.

XXII - MEIOS PELOS QUAIS OS TAs CONSEGUIRAM EMPREGO
VERSUS/TIPO DE EMPRESA CAVN - CAQC - 1974-1981

TIPOS EMPRESA	MEIOS	CONCURSO		AMIGOS		POLÍTICOS		OUTROS		TOTAL	
			%		%		%		%		%
Setor Público		51	64,5	15	19,0	10	12,7	3	3,8	79	100,0
Setor Privado		10	26,3	12	31,6	4	10,5	12	31,6	38	100,0
Misto		3	37,5	4	50,0	-	-	1	12,5	8	100,0
TOTAL		64	-	31	-	14	-	16	-	125	-

FONTE: PESQUISA

(a) Eliminamos desta tabela todos os números e percentuais dos itens "sem respostas" contidos nas tabelas XVII e XIX.

De fato, o concurso é o instrumento principal do em prego no setor público. É de estranhar, no entanto, que a vriã - vel "amigos" seja mais importante do que a "de políticos" neste setor. No entanto, não se pode afirmar até que ponto "os amigos" para os entrevistados, não sejam igualmente políticos. De toda forma esta é uma questão a ser analisada em outros estudos: até que ponto a variável "amigos", tem interferência no ingresso ao se tor público?

A tabela confirma a importância dos amigos no ingresso do mundo do trabalho do setor privado. Embora seja interessante que também aí, a variável "concurso", seja importante.

Observamos nas entrevistas que realizamos e na reunião da qual participamos na Associação de Técnicos Agropecuários da Paraíba, o fato de que existe entre os elementos desta categoria profissional forte elo de ligação formado e consequentemente a cooperação mútua é uma constante. Talvez este fator haja, em parte, influenciado na importância demonstrada pelos amigos no ingresso ao mercado de trabalho pelos TAs.

XXXIII - PROFISSÃO DOS PAIS VERSUS SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS EGRESSOS (CAVN - CAAC
(1974-1981)

PROFISSÃO DOS PAIS	SITUAÇÃO OCUPACIONAL Trabalha na		Trab. Fora da		Desempregados		TOTAL	
	Área de Formação	%	Área de Formação	%		%		%
Pais Agricultores	70	45,5	37	21,0	47	30,5	154	100,0
Pais com outras profissões	64	42,2	32	21,3	55	36,4	151	100,0
TOTAL	134	-	69	-	102	-	305	-

FONTE: PESQUISA

De fato surpreendente, pais agricultores não parecem favorecer ou facilitar possibilidades de trabalho para os filhos que também são profissionais da área rural, não obstante - em todos os itens considerados - filhos de agricultores apresentam percentuais um pouco mais favoráveis que os demais egressos,; mas estas diferenças são insignificantes.

Analisando o nível salarial dos TAs que trabalham em sua área de atuação, 56,4%, tinham salário inferior a Cr\$ 50.000,00; 30% apresentavam rendimento entre Cr\$ 60.000,00 e Cr\$80.000,00; este último grupo constituindo a maioria. Comparando-se estes níveis ao salário mínimo vigente no período, Cr\$ 20.328,00, consideramos baixos os níveis salariais: afinal, estes TAs passaram no mínimo onze anos na escola (8 no 1º grau e 3 no 2º grau) sem considerar os gastos dispendidos na realização do curso. A tabela a seguir permite apreciar melhor a questão.

**XXIV = NÍVEIS SALARIAIS DOS EGRESSOS EM SUA ÁREA
DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL - 1974--1981**

MIL CRUZEIROS	CAVN		CAAC		TOTAL	
		%		%		%
20 → 40	16	14,8	2	6,3	18	12,8
40 → 60	12	11,1	7	21,9	19	13,7
60 → 80	36	33,3	6	18,7	42	30,0
80 → 100	9	8,4	8	25,0	17	12,1
Mais de 100	16	14,8	6	18,7	22	15,7
Sem Resposta (a)	19	17,6	3	9,4	22	15,7
T O T A L	108	100,0	32	100,0	140	100,0

FONTE: PESQUISA

(a) Os TAs que não responderam a questão não o fizeram, por não perceberem salário fixo: pois, este depende da produção realizada.

O primeiro aspecto que nos chamou a atenção, foi o dos desníveis salariais observados, levando-se em consideração que os TAs formam uma categoria profissional homogênea no que diz respeito à formação profissional. (O gráfico, a seguir permite visualizar melhor a questão). De modo geral o nível médio de renda²⁹ dos egressos foi de Cr\$ 71.000,00, com uma insignificante diferenciação entre os Colégios, pois, enquanto, o CAVN apresentou média de renda em torno de Cr\$ 65.700,00, o CAAC apresentou-a mais elevada, girando em torno de Cr\$ 70.600,00. Comparando-se esses níveis médios encontrados, ao salário mínimo vigente, no período, (Cr\$20.328,00) verificamos que correspondem a menos de quatro salários mínimos.

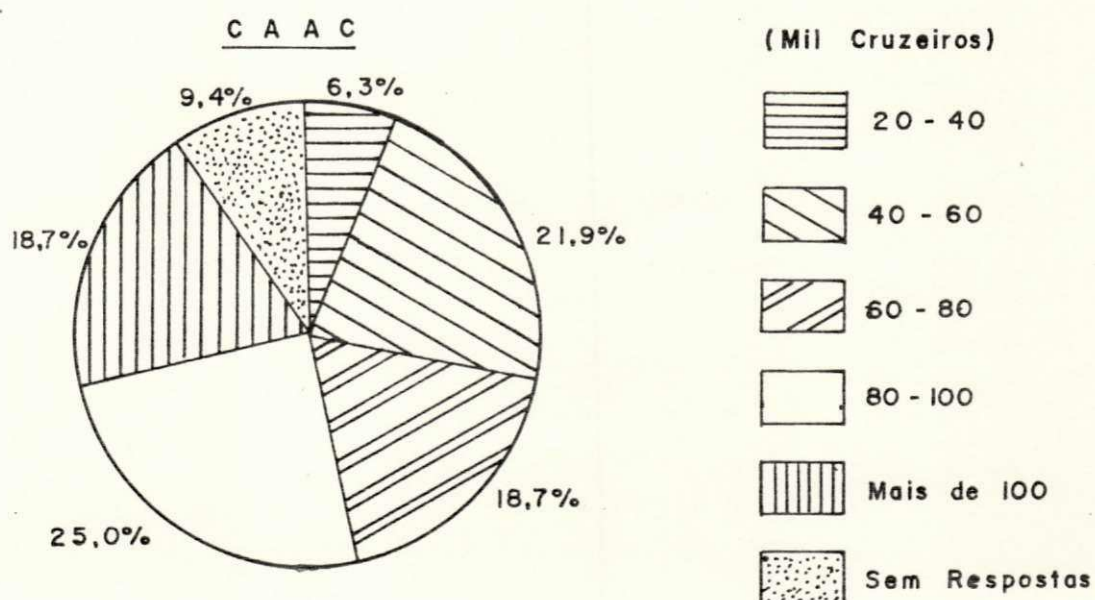
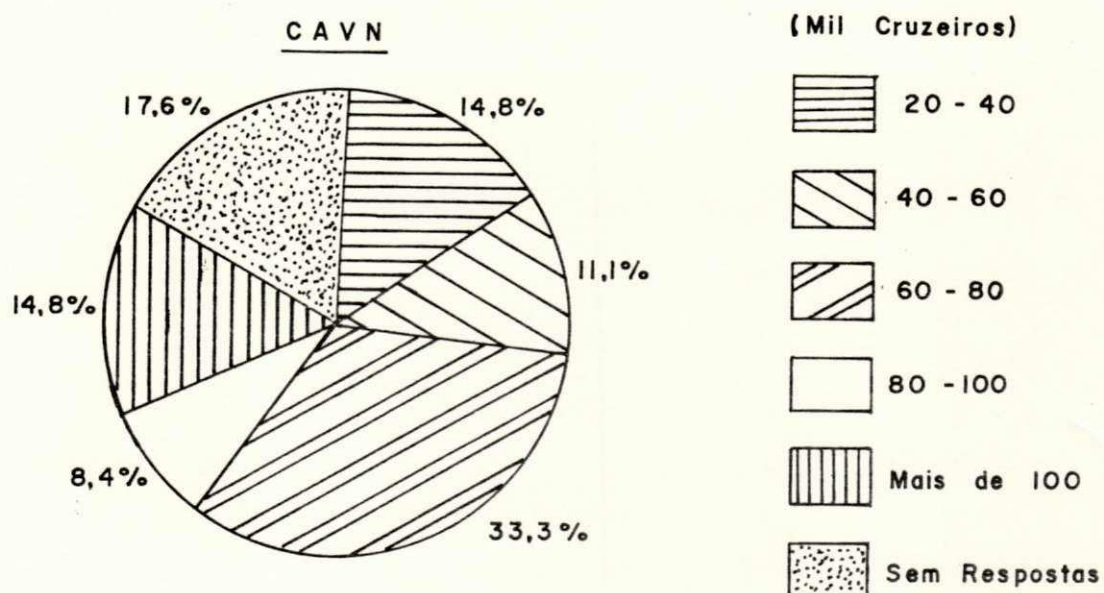
Apesar desses baixos salários os técnicos que trabalham em sua área de formação, não demonstram no geral, insatisfação com a defasagem salarial. É possível que isso decorra de baixos níveis de expectativas salariais destes TAs provocando acomodação. Muitos dos técnicos que entrevistamos afirmaram considerar bem pior a situação salarial de outros técnicos de nível médio e de muitos profissionais de nível superior.³⁰

É também digno de observação, que um percentual de 15,7% desses técnicos tem uma renda superior a Cr\$100.000,00. Este grupo é constituído de 22 TAs (14 no CAVN e 8 no CAAC), correspondente a 6,5% da amostra. Todos eles pertencem ao sexo masculino, na faixa etária variando entre 25 a 30 anos. 40,9% deles, estão trabalhando em outros Estados, 31,8% no Sertão da Paraíba

29. Essa média foi tirada pelo "Processo de Média Abreviada para Dados Agrupados".

30. Achamos que seria importante estabelecer, no período, relação entre esses níveis salariais e a renda média familiar da população na Paraíba. Contudo, não conseguimos localizar os dados de que necessitávamos, fato que nos privou de apresentá-los.

J - Níveis Salariais dos Egressos em sua Área de Formação Profissional - (1974 - 1981).



e 27,3% no Agreste-Brejo. Cerca de 68,2% desses egressos têm em pais agricultores, sendo em grande maioria proprietários.

Registramos, ainda, que 81,8% desses TAs com salários mais altos, trabalha com técnicos de nível médio e, apenas 18,2% como profissionais de nível superior, já tendo concluído o Curso de Agronomia. O total da amostra apresenta 9 (nove) profissionais de nível superior, são que, dentre estes apenas quatro ganham salário acima de Cr\$ 100.000,00.

Ainda deste pequeno grupo, 81,8%, conseguiram emprego através de concurso, 9,1% com ajuda de amigos e também 9,1% com ajuda de políticos. Por outro lado, 63,6% trabalham na EMATER, 9,1% em empresas agrícolas do setor privado e o restante em outras empresas do setor público, como : DNOCS, INCRA, CEASA.

Ainda na análise salarial, vejamos a tabela abaixo que nos permitirá aprofundar a questão:

XXV - NÍVEIS SALARIAIS DOS EGRESSOS. CAVN-CAAC

%

MIL CRUZEIROS	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
20-40	-	10,0	-	4,8	6,3	21,4	30,7	25,0
40-60	14,3	10,0	-	12,5	12,5	14,3	26,9	25,0
60-80	19,0	20,0	43,7	47,6	50,0	35,7	19,2	6,3
80-100	9,5	20,0	31,2	14,2	12,5	14,3	3,8	-
Mais de 100	47,6	20,0	6,3	23,8	12,5	-	7,8	-
Sem respostas	9,6	20,0	18,8	9,5	6,2	14,3	11,6	43,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Pesquisa

A maior concentração dos salários acima de Cr\$ 80.000,00 en contra-se nos quatro primeiros anos considerados, onde, também, se acha o maior Índice de TAs que trabalham em empresas do setor público. (Tabela XIX). Isto nos faz superir a hipótese de que estas empresas são as que pagam melhores salários, daí o grande interesse (en tre outros) dos técnicos pelo emprego. O maior percentual de TA com salários acima de Cr\$ 100.000,00 está em 1974, afinal es tes são os que têm mais tempo de formado.

Por sua vez, os egressos dos quatro últimos anos, apre sentam os mais baixos salários. A maior concentração de TAs com salários entre Cr\$ 20.000,00 e Cr\$ 40.000,00 encontra-se nos anos 1980/81. Tal fato demonstra a queda dos níveis salariais, com o início da crise econômica e, talvez com maior oferta de TAs no mercado de trabalho.

OS QUE TRABALHAM FORA DE SUA ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No início do capítulo quando apresentamos a perspecti va geral da situação ocupacional dos egressos, vimos que 71 dos 305 TAs pesquisados (correspondendo a 33,6% do total) estão tra balhando em atividades diferenciadas da formação profissional a dquirida nos Colégios CAVN e CAAC.

O quadro a seguir mostra os principais locais em que estes TAs trabalham.

XXVI - TAs QUE TRABALHAM FORA DE SUA ÁREA DE FORMAÇÃO
LOCAIS DE TRABALHO - 1974-1981

LOCAL DE TRABALHO	CAVN		CAAC		TOTAL	
		%		%		%
Bancos	7	13,2	2	11,1	9	12,7
Colégios	14	26,5	2	11,1	16	22,5
Cooperativas	4	7,5	3	16,7	7	9,8
Empresas Públicas	5	9,4	4	22,2	9	12,7
Autônomo	5	9,4	3	16,7	8	11,3
Outros	12	12,7	1	5,5	13	18,3
Sem respostas	6	11,3	3	16,7	9	12,7
TOTAL	53	100,0	18	100,0	71	100,0

FONTE: Pesquisa

Os que trabalham em Bancos, em maior parte, são: Caixas Executivos; apenas dois estão no setor de Crédito Rural. Os que estão vinculados a Colégios ministram disciplinas independentes da formação profissional obtida, como: Matemática, Geografia etc. Por sua vez os que trabalham em cooperativas e empresas públicas executam tarefas de secretaria ou de vigilância. A maior parte dos autônomos faz transações comerciais, enquanto os demais executam as mais variadas atividades, como: porteiros, balconistas, motoristas, etc.

Os motivos apresentados pelos TAs para justificar seu afastamento da área de formação podem ser observados na tabela a seguir:

XXVII - MOTIVOS PELOS QUAIS OS TAs TRABALHAM FORA
DE SUA ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAVN - CAAC -1974-1981

MOTIVOS	PERCENTUAL	
Não conseguiram emprego na área	30	42,3
Não existe mercado de trabalho	13	18,3
Não têm padrinhos políticos	9	12,7
Pelos baixos salários	3	4,2
Satisfação no emprego que exercem	3	4,2
Outros (a)	7	9,9
Em brancos	6	8,4
TOTAL	71	100,0

FONTE - Pesquisa

(a) (a) Aí podemos destacar os seguintes motivos: alguns não estão motivados para a área "enquanto outros moram em cidades pequenas".

É Curioso observar que a quase totalidade dos TAs, está fora da área por motivos alheios a sua vontade. As causas apresentadas - em sua maioria - parece-nos decorrentes da própria conjuntura social existente. Nesta perspectiva podemos dizer que o fato de haver estudado em um ou noutro colégio não teve influência na questão.

É interessante observar que a grande maioria destes técnicos está insatisfeita com o trabalho que realiza e deseja trabalhar em sua área. Muitos informaram que "permaneciam no

emprego porque não conseguiam outro melhor". Essa insatisfação é natural, justificando-se pelo fato de eu fizeram curso profissionalizante e também demonstraram rendência para lider agrícola, sem, no entanto lhes serem oferecidas oportunidades de aplicação dos ensinamentos.

OS DESEMPREGADOS

Em contatos com os técnicos, obtivemos informações que 94 TAs (38,%) estavam desempregados. Todavia entre estes, 24, ou seja, 7,9% do total de egressos pesquisados estão fazendo curso superior. Desta forma, não podemos, realmente, considerá-los desempregados, e deles trataremos no capítulo específico sobre a procura ao vestibular.

Levaremos, então, em consideração apenas os 70 restantes, 22,9% do total ficando, assim o percentual de desempregados mais reduzido.

Na Tabela XI registra-se que a maior parte dos TAs desempregados nos últimos três anos, chegando em 1981, a atingir 55,7%. Em parte, isto é compreensível, pois, na ocasião da pesquisa eles não tinham ainda um ano de formados.

Como é natural, na situação em que se encontram, eles são tomados de um clima de revolta bastante acentuado, principalmente, entre aqueles que não passaram ou não se submeteram ao vestibular. Para formarmos idéia do nível de frustração e desistimulo em que aqueles TAs se encontram, achamos por bem transcrever alguns depoimentos.

- "- Já trabalhei bastante mas, até hoje, não consegui emprego fixo. Sinto-me chocado em dizer que não exerço a minha verdadeira profissão e tenho de trabalhar em qualquer coisa que apareça". (TA formado em 1981).
- "- As oportunidades de emprego por meio de concurso são mínimas. Não consegui emprego, porque não tenho padrinho político". (TA graduado no CAVN em .. 1980).
- "- Gostaria muito de trabalhar como Técnico, mas não consigo. Às vezes me sinto revoltado, porque vejo que colegas menos capacitados do que eu, conseguiram emprego, porque tinham padrinho político ou família influente" (TA egresso do CAAC em 1979).
- "- Já tentei muito, mas, não consegui emprego. Já que não existe lugar para trabalhar, seria melhor fechar os CTAs que existem" (TA graduado no CAVN em 1981).
- "- É muito bom que mais estudos sejam realizados para que o Governo tome alguma iniciativa com relação aos CTA" (TA egresso do CAVN em 1979).
- "- Emprego hoje, no Brasil, não é fácil, pois não depende da capacidade profissional e sim da política" (Egresso do CAVN em 1979).
- "- Não consegui emprego, porque ainda existe grande falta de incentivos para a área agrícola" (TA egresso do CAAC, 1978).

- "Não consegui emprego, porque, falta planejamento do Governo, mas, já batalhei demais" (Egresso do CAAC, 1981).

É importante observar que todos os egressos que fizeram estes depoimentos, foram graduados no período compreendido entre 1979 e 1981, quando vamos encontrar o maior percentual de desemprego.

Os motivos pelos quais esses TAs não trabalham em sua área de formação são muito variados, mas, a maioria deles está relacionada com a falta de empregos. Embora haja variedade de causas, conseguimos agrupá-las na tabela seguinte. Vamos observar que os motivos determinantes apresentados pelos TAs que trabalham fora de sua área de formação, se repetem.

XXVIII - MOTIVOS PELOS QUAIS OS TAs DESEMPREGADOS NÃO ESTÃO TRABALHANDO EM SUA ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
CAVN - CAAC - 1974 - 1981

MOTIVO		%
Não conseguiram emprego na área	33	42,2
Não existe mercado de trabalho	13	18,6
Não têm padrinhos políticos	10	14,3
Não gostam da área	3	4,2
Outros (a)	6	8,6
Sem respostas	5	7,1
T O T A L	70	100,0

(a) Entre outros motivos podemos destacar: baixos salários oferecidos, pretensão de se submeterem ao vestibular ou de estarem se preparando para ingresso no curso superior.

Na realidade há auase que repetição dos motivos apresentados no quadro XXVII : portanto os comentários realizados servem também para esta tabela.

É importante salientar que o maior percentual dos que estão fora de sua área de formação (56,9%) declarou que se empenhara na demanda por emprego não só na Paraíba mas também em outros estados do Nordeste e em outras Regiões sem no entanto, obterem sucesso.

Concluindo, os TAs que trabalham em sua área de formação, estão predominantemente em empresas do setor público, tendo, em grande maioria, conseguido emprego através de concurso. No geral o nível médio salarial destes técnicos gira em torno de Cr\$ 71.000,00, observando-se tendência dos TAs a aumentar o número entre os que estão no setor público enquanto propensão a reduzir entre os que estão no setor privado.

Entre os TAs que trabalham fora de sua área de formação, de modo geral, existe desejo de nela ingressar, visto que grande maioria demonstrou tendência para o trabalho rural e o fato de gostar das atividades aí desenvolvidas deixa-os ansiosos pelo retorno. Este contingente de Técnicos mais os desempregados demonstraram ser a carência de empregos com a restrição do mercado de trabalho, o principal motivo que os mantém afastados de sua área de formação profissional.

É importante salientar que muitos dos TAs que se deslocaram para outras regiões, o fizeram, por não conseguiram emprego em sua região ou cidade de origem.

Após verificarmos a situação ocupacional dos egressos é necessário observarmos o nível de interesses dos mesmos para continuidade de seus estudos e os motivos desse interesse. Assim, o conhecimento do Índice de procura e o de absorção desses profissionais pela Universidade é um complemento indispensável ao estudo que realizamos, e isto é o que analizaremos no capítulo a seguir.

C A P Í T U L O 6

O ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA
VIA DE ACESSO À UNIVERSIDADE ?

6 - O ETA: VIA DE ACESSO À UNIVERSIDADE?

Levando em conta a grande procura ao vestibular na atualidade e, associando este dado ao significativo percentual de egressos desempregados, tentaremos verificar até que ponto o ETA serve de via de acesso à Universidade, como também o gráfico dela decorrente.

Na verdade é muito alto o percentual de TAs que fizeram vestibular em cada ano, chegando a atingir o total de 81,0%. Na tabela a seguir podemos observar os percentuais dos egressos que se submeteram aos exames e dos que não fizeram vestibular, por ano de conclusão.

Em todos os anos, o percentual de egressos que fizeram vestibular apresenta-se bem mais elevado do que o dos que não se submeteram àquelas provas, principalmente, nos dois primeiros anos. Existe pequena redução na procura em 1977, e que da mais acentuada no último ano. Pode-se comprovar quase que uma curva descendente nos níveis da procura, bem como no conjunto dos anos do período delimitado.

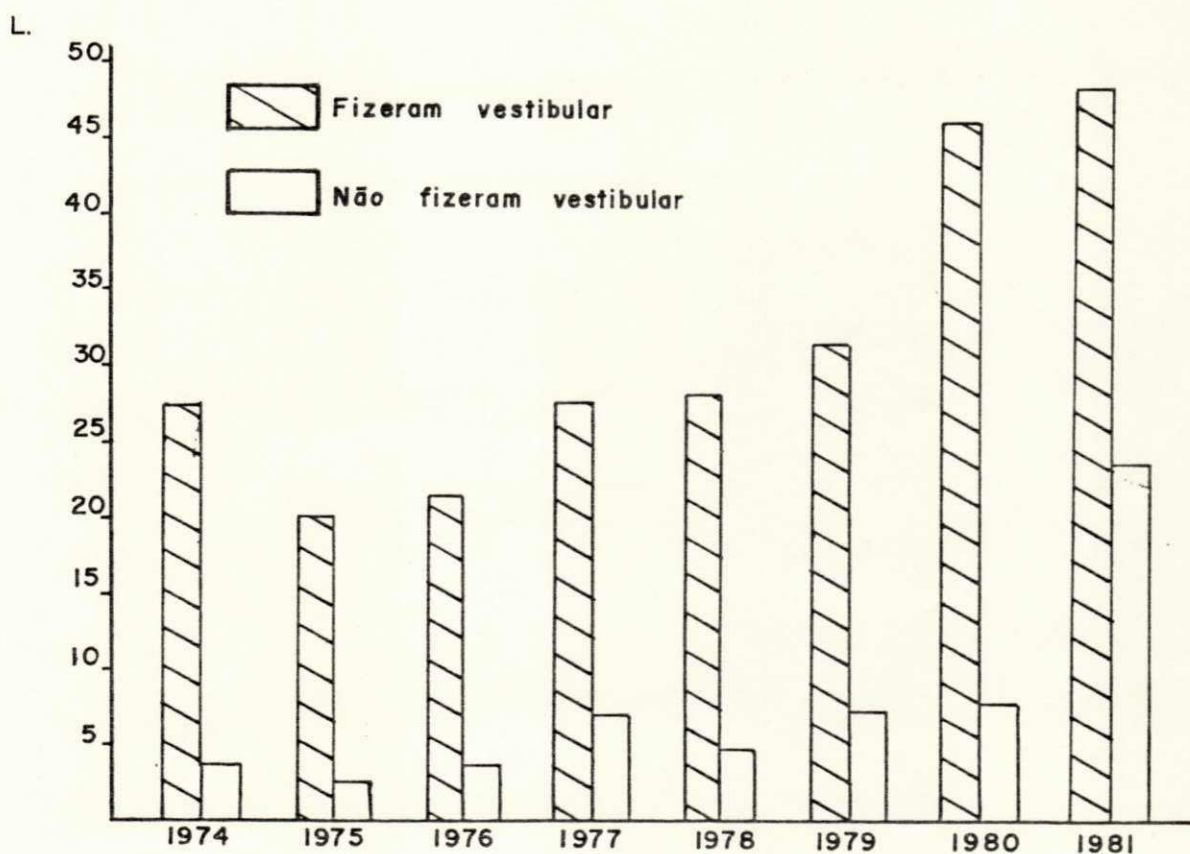
Considerando que o CTA é um curso profissionalizante, possibilitando conseqüentemente, aos egressos, condições para trabalharem após o término, este alto percentual dos TAs que procuram ingressar na Universidade, demonstra claramente, que embora se patenteie o caráter de terminalidade do curso, grande maioria de nível médio. Quais serão as causas disto?

É curioso observar que o desejo de possuir curso superior já existe entre estudantes que realizam o CTA. Alguns alunos do CAAC informaram-nos que são procurariam trabalhar - de i-

XXIX - A PROCURA DO VESTIBULAR PELOS EGRESSOS DO CTA
(CAVN - CAAC)

ANO	FIZERAM VESTIBULAR		NÃO FIZERAM VESTIBULAR		TOTAL Nº
	Nº	%	Nº	%	
1974	27	90,0	3	10,0	30
1975	20	90,9	2	9,1	22
1976	21	87,5	3	12,5	24
1977	27	79,4	7	20,6	34
1978	28	84,8	5	15,2	33
1979	31	81,5	7	18,5	38
1980	46	85,2	8	14,8	54
11981	47	67,1	23	22,9	70
TOTAL	247	-	58	-	305

FONTE - PESQUISA (Vide gráfico seguinte)



Obs. Os percentuais estão relacionadas ao número de egressos de cada ano.

mediato - após o término do curso, caso não fosse aprovado no vestibular. Outros, afirmaram que iriam trabalhar imediatamente, impelidos que são pela difícil condição financeira da família, caso contrário, tentariam ingressar na Universidade. Assim, vemos que a motivação para continuar os estudos é anterior à constatação - na prática - da limitação do mercado de trabalho. Mas este não é o único motivo que indiz à corrida para a Universidade. Entre outros motivos, apresenta-se a pouca valorização que se dá aos cursos técnicos, em oposição à supervalorização, conferida atualmente, aos cursos universitários, o que contribui para maior agravamento do problema.

A redução percentual dos egressos que não fizeram vestibular no último ano do período delimitado, ou seja 1981, é contraditória, quando levamos em consideração que, neste ano encontra-se o mais alto percentual de desemprego entre os TAs, chegando a atingir o índice de 55,7%. Isto leva-nos a sugerir a hipótese de que essa redução decorre de dois fatores fundamentais: primeiro o do agravamento da situação econômica das famílias com a crise estabelecida e que já se fazia sentir desde o início dos últimos anos considerados; segundo, a conscientização dos TAs de seu despreparo para enfrentar o vestibular.

Se o CTA não apresenta o caráter de terminalidade (como era de se esperar) possivelmente os jovens que o procuram, fazem-no por considerar que este é o meio mais seguro de garantir-lhe uma profissão a curto prazo, havendo possibilidade posterior de ingressarem na Universidade. Assim, o problema não parece residir apenas na conclusão do curso, mas, principalmente após seu término.

Comparando os dados de ambos os estabelecimentos de ensino, observamos que no CAVN, o percentual total dos egressos que se submeteram as vestibular é de 82,7%, enquanto no CAAC o percentual situa-se em torno de 73,7%. Na tabela a seguir, poderemos distinguir a procura naqueles colégios verificada especificamente a cada ano.

XXX - A PROCURA AO VESTIBULAR PELOS EGRESSOS DO CTA

%

ANO	CAVN		CAAC	
	Fizeram Vestibular	Não fizeram Vestibular	Fizeram Vestibular	Não Fizeram Vestibular
1974	90,9	9,1	87,5	12,5
1975	93,3	6,7	85,7	14,3
1976	84,2	15,8	100,0	-
1977	77,4	22,6	100,0	-
1978	82,1	17,9	100,0	-
1979	87,5	12,5	50,0	50,0
1980	85,4	14,6	83,3	16,7
1981	73,6	26,4	47,1	52,9

FONTE: Pesquisa

Na verdade, considerando a superioridade de procura dos egressos do CAAC em 1976, 1977 e 1978, a diferença observada nos demais anos favorecendo o CAVN supera a daqueles três anos. Vemos que o índice de procura do CAAC caiu sensivelmente, nos últimos anos.

Sendo tão alto o percentual dos egressos dos CTA que

fazem vestibular, levantamos outra questão: qual o índice de absorção desses técnicos pela Universidade? O questionamento é importante quando sabemos que hoje, no Brasil, a demanda à Universidade é maior que o número de vagas oferecidas, criando, conseqüentemente, maiores possibilidades de ingresso aos alunos mais bem preparados.

Apenas 37,2% dos egressos que se submeteram a vestibular foram aprovados. É importante salientar também que entre estes, aproximadamente 40,0% do total não lograram êxito no primeiro vestibular. Podemos observar na Tabela XXXI e gráfico anexo respondente, a evolução do percentual de aprovação e reprovação.

Na realidade é alto o índice de reprovação no vestibular, acentuado nos últimos anos. Apenas nos anos de 1974, 1977 e 1978, o percentual de aprovados, superou, com pequena margem de diferença o de reprovados. A tabela abaixo, permitir-nos-á, o aprofundamento da análise do problema e nele verificar as diferenças dos índices de aprovação entre os dois colégios.

XXXII - EGREGSOS APROVADOS E REPROVADOS NO VESTIBULAR

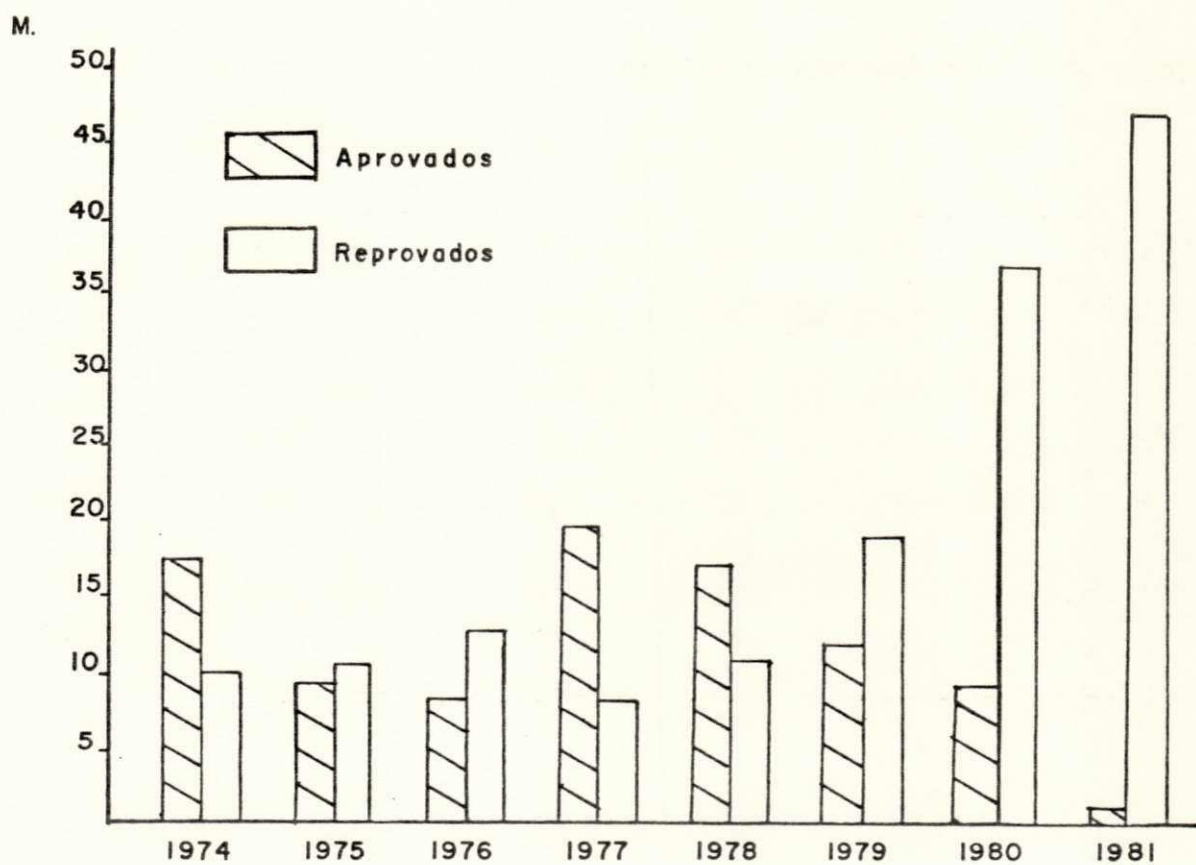
ANO	CAVN		CAAC	
	Aprovados	Reprovados	Aprovados	Reprovados
1974	71,4	28,6	33,3	66,7
1975	50,0	50,0	37,5	62,5
1976	41,2	58,8	25,0	75,0
1977	72,7	27,3	60,0	40,0
1978	64,0	36,0	33,3	66,7
1979	36,7	63,3	100,0	-
1980	20,5	79,5	14,3	85,7
1981	2,6	97,4	-	100,0

FONTE: Pesquisa

XXXI - EGRESSOS APROVADOS E REPROVADOS
NO VESTIBULAR (CAVN - CAAC)

ANO	APROVADOS		REPROVADOS		TOTAL
		%		%	
1974	17	63,0	10	37,0	27
1975	9	45,0	11	55,0	20
1976	8	38,1	13	61,9	21
1977	19	70,4	8	29,6	27
1978	17	60,7	11	39,3	28
1979	12	38,7	19	61,3	31
1980	9	19,6	37	80,4	46
1981	1	2,3	46	97,7	47
TOTAL	92	-	155	-	247

FONTE: PESQUISA



Obs. Os percentuais estão relativos ao total de candidatos.

Da mesma forma que o percentual de procura ao vestibular pelos egressos do CAVN é maior, são-no também para o mesmo colégio, os percentuais de aprovação. É fácil observar que houve diferença acentuada, pois, em todos os anos - com exceção de 1979 - o índice de aprovados foi mais alto. Talvez este fato venha justificar, em parte, a causa, porque o maior número desses egressos não trabalham.

Daí a pergunta: por que este alto índice de reprovação? Supomos que as causas são variadas. Dentre elas podemos destacar: os CTA não ambicionam o preparo para o vestibular, dando, conseqüentemente maior ênfase, às disciplinas específicas que visam a preparação profissional; a crescente procura ao vestibular, aumentando a cada ano o número de candidatos; a queda de ensino dos colégios nos últimos anos, visto que, os mais altos índices de reprovação são aí localizados³¹. É curioso observar que, nos últimos anos, tanto estão situados os mais altos percentuais dos que não fizeram vestibular, como dos que tentaram e foram reprovados no mesmo.

Através da avaliação decorrente da pesquisa com os egressos dos dois colégios, com relação aos conhecimentos necessários para o vestibular, constatamos como é significativo o grau de insatisfação existente, o que é comprovado pelo alto percentual de reprovação anteriormente observado, tendo chegado a atingir em 1981, 97,7% as reprovações. O quadro a seguir permiti-nos-a visão mais ampla da questão por colégio e por ano.

31. Todavia, queremos lembrar que este não é um fenômeno específico aos CTA mas, fato que se vem observando de forma geral, seja a nível de primeiro, segundo ou terceiro graus.

XXXIII - AVALIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS
NECESSÁRIOS AO VESTIBULAR(a)

ANO	CAVN				CAAC			
	Suf.	P.suf.	Insuf.	S. resp.	Suf.	P.Suf.	Insuf.	S. resp.
1974	65,0	25,0	5,0	5,0	14,4	28,7	28,7	28,2
1975	14,3	50,0	35,7	-	66,7	33,3	-	-
1976	25,0	56,3	12,5	6,2	20,0	40,0	-	40,0
1977	41,7	29,2	20,8	8,3	33,3	33,4	-	33,3
1978	17,4	56,5	21,8	4,3	60,0	40,0	-	-
1979	28,6	35,7	21,4	14,3	33,4	33,3	-	33,3
1980	19,5	39,0	9,8	31,7	40,0	40,0	-	20,0
1981	25,6	46,0	15,4	12,6	25,0	37,5	12,5	2,5

FONTE - Pesquisa

(a) O local em que este último item foi colocado no questionário, prejudicou-o, daí a grande quantidade de questões sem resposta. Consideramos, no entanto, apenas aqueles que responderam.

Em ambos os colégios houve oscilação nos anos considerados na avaliação dos conhecimentos necessários ao vestibular; todavia há de forma global, uma tendência mais negativa nesta avaliação.

O fato de o CAAC apresentar mais altos índices de satisfação do que o CAVN com relação aos conhecimentos necessários ao vestibular, (em maior número de anos, embora, em níveis poucos significativos) é contraditório, quando observamos este dado à luz dos resultados obtidos anteriormente, onde o CAAC apresenta mais baixos níveis, tanto na procura ao vestibular, quanto com relação ao percentual de aprovação.

Por ocasião da pesquisa, apenas 34 egressos (7,8%) estavam fazendo o curso Superior, sendo 83,3% destes do CAVN e o restante do CAAC.

Entre os Cursos Superiores mais procurados pelos egressos do CTA destaca-se o de Agronomia, como poderemos observar na tabela seguinte, que também mostra outros cursos de interesse desses egressos.

XXXIV - CURSOS SUPERIORES MAIS PROCURADOS
PELOS TA - (CAVN/CAAC/1974-1981)

CURSOS	CAVN		CAAC		TOTAL	
		%		%	%	
Agronomia	80	39,0	16	38,1	96	38,9
Engenharia Agrícola e Florestal	20	9,8	4	9,5	24	9,7
Veterinária	15	7,3	5	11,9	20	8,1
Zootecnia	14	6,8	1	2,4	15	6,1
Licenciatura (Letras, Matemática, Estudos Sociais etc.)	12	5,9	2	4,8	14	5,7
Administração	13	6,4	4	9,5	17	6,9
Engenharia (Civil, Elétrica etc.)	10	4,8	1	2,4	11	4,5
Economia	7	3,4	2	4,8	9	3,6
Cooperativismo	8	3,9	-	-	8	3,2
Outros(a)	23	11,2	7	16,6	30	12,1
Sem respostas	3	1,5	-	-	3	1,2
T O T A L	205	100,0	42	100,0	247	100,0

FORNTE: PESQUISA

(a) Sobesse rótulo, estão incluídos os Cursos de Ciências Contábeis, Direito, Comunicação etc., com baixíssimo percentual de procura.

Podemos verificar que a maior parte destes TAs, procura se submeter ao vestibular na mesma área de sua formação profissional, atingindo percentual de 62,8%, englobando os cursos de Agronomia, Engenharia Agrícola ou Florestal, Veterinária e Zootecnia. Constatamos, também, que em seguida, há maior concentração na escolha de cursos da Área de Humanidades (Licenciaturas em geral, Administração, Economia etc) e por último registramos a procura dos cursos da Área de Ciências Exatas. Observamos que não há, praticamente, interesse aos cursos da Área de Saúde.

A maior demanda ao Curso de Agronomia entre os demais cursos universitários pelos egressos ao CTA, ocorre pela semelhança existente entre os dois cursos os quais apresentam quase que um prolongamento natural um do outro, a nível de 3º grau na área. Esse interesse é acentuado também pela proximidades das cidades em que se localizam os respectivos colégios (Lagoa Seca e Bananeiras) da cidade de Areia³² onde funciona o Curso Superior de Agronomia da Universidade Federal da Paraíba. Também o intercâmbio existente, principalmente entre o CAVN e este curso, estimulam sua procura. Tudo isto, aliado à tendência desses egressos para o trabalho na área rural, propensão que bem se delineia nos seguintes depoimentos:- *"Não abandonei a área por questão de continuidade nos estudos, pretendo retomá-lo na primeira oportunidade. Creio que também darei minha contribuição para o desenvolvimento da área rural de minha região". (Egressos do CAVN, em 1978)"*.

³². Esta proximidade pesa mais como incentivo para os egressos residentes na Região Agreste-Brejo, onde os dois colégios e o Curso de Agronomia da UFPb estão situados.

- "Estou cursando Engenharia Florestal, por gostar da área pois este curso é quase que uma continuidade do CTA que concluí" (Egressos do CAAC em 1976).

A procura também acentuada por cursos da área de humanidade em detrimento da área de ciências exatas e da saúde tem sua razão de ser e pode decorrer de uma série de fatores inerentes ou não à realidade Univesttária, entre os quais podemos destacar: maior concorrência no vestibular aos cursos, na área de tecnologia e saúde; oferecimento na área de humanidades, de cursos noturnos, dando condições ao estudante de trabalhar e estudar ao mesmo tempo; o mais baixo nível da maioria dos cursos da última área, facilitando ao egresso do CTA e melhor integração.

Através dos motivos apresentados pelos que não se submeteram ao vestibular, podemos concluir que a grande parte, não tentou ingressar na Universidade, por motivos alheios à sua vontade, mas que aquele era seu ideal.

É curioso observar que mesmo entre os egressos do CTA que estão na Universidade, muitos manifestaram o desejo de trabalhar como técnico, abstendo-se de fazê-lo por não haverem conseguido trabalho. Isto vem a mostrar que nesta situação, a Universidade está funcionando como um meio de manter ocupado um contingente de profissionais que não é atualmente necessário ao mercado de trabalho.

Os motivos apresentados para a escolha dos supracita-dos cursos foram os mais variados, por exemplo: por não haverem conseguido passar no vestibular para um curso na área rural , principalmente o de Agronomia; porque descobriram que possuíam

vocação para outra área do conhecimento; para, simplesmente, por tarem diploma de curso de nível superior; e, porque o curso sen do oferecido a noite, dava condições de trabalho durante o dia.

Até o presente tratamos apenas dos egressos que tentaram entrar na Universidade; no entanto, é importante lembrar que 19,0% dos egressos não procuraram fazer vestibular. Surge a indagação: por que estes optaram em permanecer apenas com o curso técnico concluído?

Os motivos apresentados para justificar essa atitude foram muito variados e, entre eles, podemos destacar: necessidade de trabalhar pois os pais não tinham condições financeiras para continuar a mantê-los; não estavam preparados para enfrentar o vestibular; o trabalho que exerciam-lhes não permitiam estudar; achavam que o CTA era-lhes suficiente, visto que trabalhavam em sua área de formação; moravam em cidades pequenas e distantes de outras onde se situavam as Universidades.

Vamos assim, face ao alto índice de egressos que procuram ingressar na Universidade, que o ETA tem servido mais de acesso ao curso de nível superior, do que atendendo a seu objetivo de terminalidade, não obstante o fato da profissionalização oferecida. Esta premissa, todavia, é limitada por dois fatores fundamentais: o primeiro (é mais significativo) é o alto índice de reprovação no vestibular, fazendo com que estes técnicos voltatem-se para sua formação profissional anterior, e procurem atuar como TAs, apesar das dificuldades encontradas na busca de emprego. O segundo (este em menores proporções) é a consecução de um emprego logo após o término do CTA, que, muitas vezes, não lhes permite realizar paralelamente o curso superior. Este últi

timo fator apresentou-se mais comum entre os egressos dos primeiros anos do período delimitado, quando havia maiores possibilidades de trabalho, em consequência de maior abertura do mercado, através de concursos.

CONCLUSÃO

O Ensino Técnico Agrícola (ETA) no Brasil, conquanto seja curso profissionalizante de nível médio, atende de forma geral, às necessidades educacionais do sistema capitalista, na forma peculiar assumida em nossa sociedade. Dessa forma, responde não apenas ao objetivo de formação de força de trabalho especializada, mas, também aos objetivos gerais da educação, contidos em suas funções culturais e ideológicas. Além disso, observamos que outros interesses não claramente definidos, são preenchidos por esta forma de educação, à medida em que reproduz a estrutura social existente, embora crie expectativa de mobilitade social; contribui para a redução do valor da força de trabalho qualificado, à medida em que o torna excedente; fornece credenciais que são indispensáveis à competição no mercado de trabalho; mantém ocupada uma mão de obra que não teria condições de ser absorvida de imediato.

No levantamento histórico que realizamos, fica patente que em nenhum período de nossa evolução histórica, os cursos agrícolas tiveram importância significativa para a formação de mão-de-obra qualificada destinada à produção agropecuária e, que tenha contribuído significativamente favorecendo o desenvolvimento da agropecuária, pois, na forma que se apresentaram e que continuam sendo ministrados, tais cursos têm se mostrado irrelevantes. A forma predominante como a produção agropecuária é realizada (com base em formas arcaicas de produção e no trabalho braçal) é de grande influência para esta situação. Por outro lado, é também inequívoco que a forma predominante da produção agropecu

ária na base da grande propriedade também repercute negativamente para o problema.

Mesmo sendo profissionalizante não há nos CTAs preocupação direta com o mercado de trabalho, por não existir estudo de mercado, que oriente a formação dessa mão-de-obra especializada. Este é um fato comum à educação brasileira. Podemos constatar - essa afirmativa - ao presenciar o fato de que, mesmo existindo saturação de certos profissionais no mundo do trabalho, os cursos que os preparam, continuam funcionando normalmente, produzindo, cada vez mais profissionais em áreas já saturadas, sem nenhum redirecionamento voltado para as necessidades do momento. Ocorre, então um desnível entre a oferta e a demanda de mão-de-obra especializada no mercado de trabalho.

Sendo os TAs pesquisados em sua esmagadora maioria homens, jovens, filhos de agricultores, anseiam por trabalhar em sua área de formação profissional, pois afirmam apresentarem tendência para as lides agrárias. Todavia, em ambos os colégios, o aspecto relacionado com os conhecimentos práticos, não parecem satisfatórios.

OS TAs que trabalham em sua área de formação (47,9%) estão, predominantemente, em empresas do setor público, tendo a maior parte conseguido emprego através de concurso. Nestas empresas encontram-se, também, técnicos que recebem os mais altos salários, o que concluíram o curso nos 4 (quatro) primeiros anos do período delimitado em nossa pesquisa.

Os TAs que não trabalham em sua área de formação profissional, deixaram de fazê-lo porque não encontram emprego. Assim a carência de mercado de trabalho na região, apresenta - se

para estes profissionais, como a principal causa do desemprego. Entre eles, correspondendo a 23,8% do total, são técnicos que exercem as mais variadas atividades, e a espera de oportunidade de ingressarem em sua área de formação ou na Universidade.

Entre os desempregados (23,3%) constatamos alto nível de frustração e revolta, acentuado pelo fato de a maior parte deles haver sido reprovada no vestibular. Apenas 7,8% dos egressos do CTA pesquisados estão fazendo curso superior.

As dificuldades de encontrar trabalho por um lado, e a grande valorização dos cursos universitários por outro, provoca entre os TAs grande procura à Universidade. Acentuam essa procura a pouca valorização dada aos cursos técnicos de nível médio, e as pressões sofridas no mercado, pelos trabalhadores rurais leigos e também, por profissionais de curso superior na área. Assim, 81,0% dos egressos do CTA pesquisados, tentaram ingressar na Universidade, sendo essa pretensão limitada pelo alto índice de reprovações atingindo 62,8%. Desse modo o CTA (co)mumente considerado como o caminho mais seguro para se atingir a Universidade, pois se já estão garantidos pela profissão, a reprovação no vestibular não lhes será tão importante (pensam alguns). Por outro lado, a possibilidade de emprego é vista como fonte de recursos para o financiamento do curso superior. Muitos TAs que ingressaram na Universidade, em cursos fora de sua área de formação, fizeram-no, justamente, porque esses cursos, funcionando à noite, lhes proporcionam condições de trabalhar durante o dia.

A análise comparativa que realizamos durante todo o nosso trabalho, teve como objetivo principal observar as dife -

renças entre os dois colégios e, até que ponto estas diferenças tiveram influência nas possibilidades de trabalho dos TAs. Constatamos, todavia, que as diferenças observadas são pouco significativas, tendo conseqüentemente pequena influência nas possibilidades pesquisadas. A influência da formação recebida seja num ou noutra colégio, reflete-se nas probabilidades de trabalho apenas à medida em que proporciona curso profissionalizante, oferecendo aos egressos condições de concorrerem no mercado de trabalho.

Desta forma - no contexto específico e no período de terminado em que estudamos a situação ocupacional dos egressos do CTA - é confirmada a conclusão a que chegaram QUEDA SZMREESÁ NYI (em seus estudos sobre essa forma de educação) de que "os TAs de nível médio encontram colocação com dificuldade embora diminuta, a oferta desse tipo de mão-de-obra supera de longe, a procura". (1989:23) Concordamos, ainda, com os autores supra citados, quando, no mesmo texto, afirmam que: "a sua absorção em larga escala só seria possível dentro de um programa global de Reforma Agrária, vinculados a uma assistência técnica em moldes diferentes dos atuais".

Nosso estudo mostrou que os CTAs estão em crise, particularmente no que se refere à formação profissional oferecida e sua vinculação ao mercado de trabalho. Por isso, precisam ser repensados e transformados, levando-se em consideração a estrutura sócio-econômica, onde eles estão inseridos. A escola formadora da força de trabalho especializada, apresenta-se até certo ponto, artificial e, também, distanciada da realidade social concreta e, conseqüentemente, do mercado de trabalho.

A N E X O S

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS TAs EGRESSOS
DO CAVN e CAAC

- 1 - Ano e Local em que terminou o Curso Técnico Agropecuário.
- 2 - O que faz atualmente:
Estuda ? Trabalha ? (Se trabalha, onde ?)
- 3 - Por que fez o CTA? O que achou do curso concluído?
E do Colégio? onde estudou?
- 4 - Possibilidades de trabalho com o TA? (No Nordeste, em outras regiões?)
- 5 - Se não trabalha como TA, quais os motivos que o impedem ?
- 6 - Que tipo de empresa você gostaria de trabalhar como TA e
por que ?
- 7 - Sente-se realizado profissionalmente com o curso concluído,
ou pretende continuar seus estudos ? Por que ?

ANEXO II

QUESTIONÁRIO

DADOS EXPLICATIVOS:

O presente Questionário consta de dois tipos de questões: fechadas e abertas. Nas primeiras o Sr.(a) deverá marcar apenas uma das questões propostas. As questões abertas, deverão ser respondidas livremente, de acordo com a pergunta efetuada.

1) DADOS PESSOAIS:

1.1. Colégio onde concluiu o Curso Técnico em Agropecuária

1.2. Ano de conclusão : _____

1.3. Idade : _____

1.4. Sexo : _____

1.5. Endereço atual : _____

Bairro : _____ Cidade _____

1.6. Local de nascimento : _____

1.7. Profissão dos pais : Pai : _____

Mãe : _____

1.7.1. Sendo Pai (ou Mãe) agricultor; ele (a) é:

() proprietário () meeiro

() parceiro () rendeiro

() foreiro () outro

1.7.2. Explora diretamente a propriedade ? () Sim

() Não

1.7.3. Em caso afirmativo, com quem ele (a) realiza es

sa exploração ?

() sō com a família

() Sō com trabalhadores (quantos? _____)

() família e trabalhadores (quantos? _____)

1.7.4. Ele (a) mora na propriedade ? () sim

() não

1.8. O Sr(a) exerce alguma atividade agrícola pastoril ?

() sim () não

1.8.1. O Sr. (a) é. () proprietário () meeiro

() parceiro () rendeiro

() foreiro () outro

1.8.2. Explora a propriedade ? () Sim

() Não

1.8.3. Em caso afirmativo, com quem realiza essa exploração?

() Sō com a família

() Sō com trabalhadores (quantos? _____)

() família e trabalhadores (quantos? _____)

1.8.4. Mora na propriedade ? () SIM

() NÃO

2 - DADOS SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.1. Quais os motivos que levaram o Sr(a) a fazer o Curso Técnico em Agropecuária? _____

2.2. No Curso Técnico em Agropecuária que o Sr(a) realizou :

2.2.1. Os conhecimentos teóricos necessários para o exercício da profissão foram:

() suficientes () pouco suficientes
() insuficientes

2.2.2. Os elementos práticos (treinamento) necessários para o exercício da profissão foram:

() suficientes () pouco suficientes
() insuficientes ()

2.2.3. As oportunidades de estágios oferecidas no Colégio durante a realização do Curso, foram:

() suficientes () pouco suficientes
() insuficientes

2.2.4. Em termos de preparação profissional os conhecimentos adquiridos nos estágios foram:

() suficientes () pouco suficientes
() insuficientes

2.2.5. Em termos de adequação a realidade rural nordestina, os conhecimentos adquiridos no curso foram :

() suficientes () poucos suficientes
() insuficientes

2.3. O Sr. fez Concurso Vestibular após o término do Curso Técnico em Agropecuária? () SIM

() NÃO

2.3.1. Em caso afirmativo, para qual Curso? _____

2.3.2. Conseguiu aprovação ? () SIM

() NÃO

- 2.3.3. Caso não tenha feito Vestibular, por que não tentou fazê-lo? _____
- 2.3.4. Caso o Curso para o qual o Sr(a) fez Vestibular, não seja da área, porque o escolheu? _____
- 2.3.5. No Curso Técnico em Agropecuária que o Sr(a) realizou, os conhecimentos gerais necessários ao prosseguimento de seus estudos em nível superior foram:
- () suficientes () pouco suficientes
- () insuficientes

3. DADOS SOBRE AS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DESENVOLVIDAS

- 3.1. Qual foi o primeiro emprego do Sr(a), após o Curso Técnico Agropecuário? _____
- 3.1.1. Período em que esteve no mesmo: _____
- 3.1.2. Qual o salário que o Sr (a) recebia no mesmo? _____
- 3.1.3. Por que o deixou? _____
- 3.2. Após esta 1ª experiência, o Sr.(a) teve outro(s) emprego(s) antes do atual? () Sim
- () Não
- 3.2.1. Em caso afirmativo, qual (ou quais)? _____

3.3. Se o Sr(a) trabalha como Técnico da Tarea rural, responda as questões seguintes, caso contrário passe para a questão

3.3.1. Atualmente, onde o Sr(a) trabalha como Técnico da área rural? (empresa, órgão ou instituição) _____

3.3.2. Em que nível ? () Técnico Agropecuário(médio)
() Veterinário (superior)
() Agrônomo (superior)

3.3.3. Como conseguiu emprego?

() por meio de concurso
() com a ajuda de amigos
() com a ajuda de políticos
() outros meios ... Qual ? _____

3.3.4. Função que exerce: _____

3.3.5. Seu trabalho é desenvolvido em:

() escritório
() em contato direto com o agricultor
() outros. (Explique: _____)

3.3.6. Se trabalha direto com o agricultor, a que tipo de agricultor assiste? () grande

() grande, médio e pequeno () médio

() grande e pequeno () pequeno

() médio e pequeno () grande e médio

3.3.7. O que o Sr(a) faz nessa função? (descrever)

3.3.8. Qual o salário que o Sr(a) recebe nessa função?

3.4. Se o Sr(a) não trabalha como profissional da área rural, responda as questões seguintes:

3.4.1. O Sr(a) trabalha atualmente? () sim

() não

3.4.2. Em caso afirmativo, onde trabalha? (empresa, órgão ou instituição) _____

3.4.3. Função que exerce? _____

3.4.4. Por que não trabalha como profissional da área rural? _____

3.4.5. Já tentou trabalhar em sua área de formação profissional? () SIM () NÃO

3.4.6. Conseguiu? () SIM () NÃO

3.4.7. Se conseguiu, por que abandonou a área?

OSB: _____

ANEXO III

CampinaGrande, 20 de novembro de 1982

Prezado Sr.(a)

Estamos devolvendo uma pesquisa, com o objetivo de ve
rificar como está ocorrendo o desempenho profissional dos Técni
cos Agropecuários, formados nos Colégios Assis Chateaubriand(La
goa Seca) e Vidal de Negreiros (Bananeiras).

Por esse motivo, solicitamos encarecidamente a V. Sa.
responder o questionário em anexo, pois, disto dependerá o êxi-
to de nossa pesquisa, que é de extremo interesse, não só para
os profissionais da área, como para os Colégios que ministram
esses cursos.

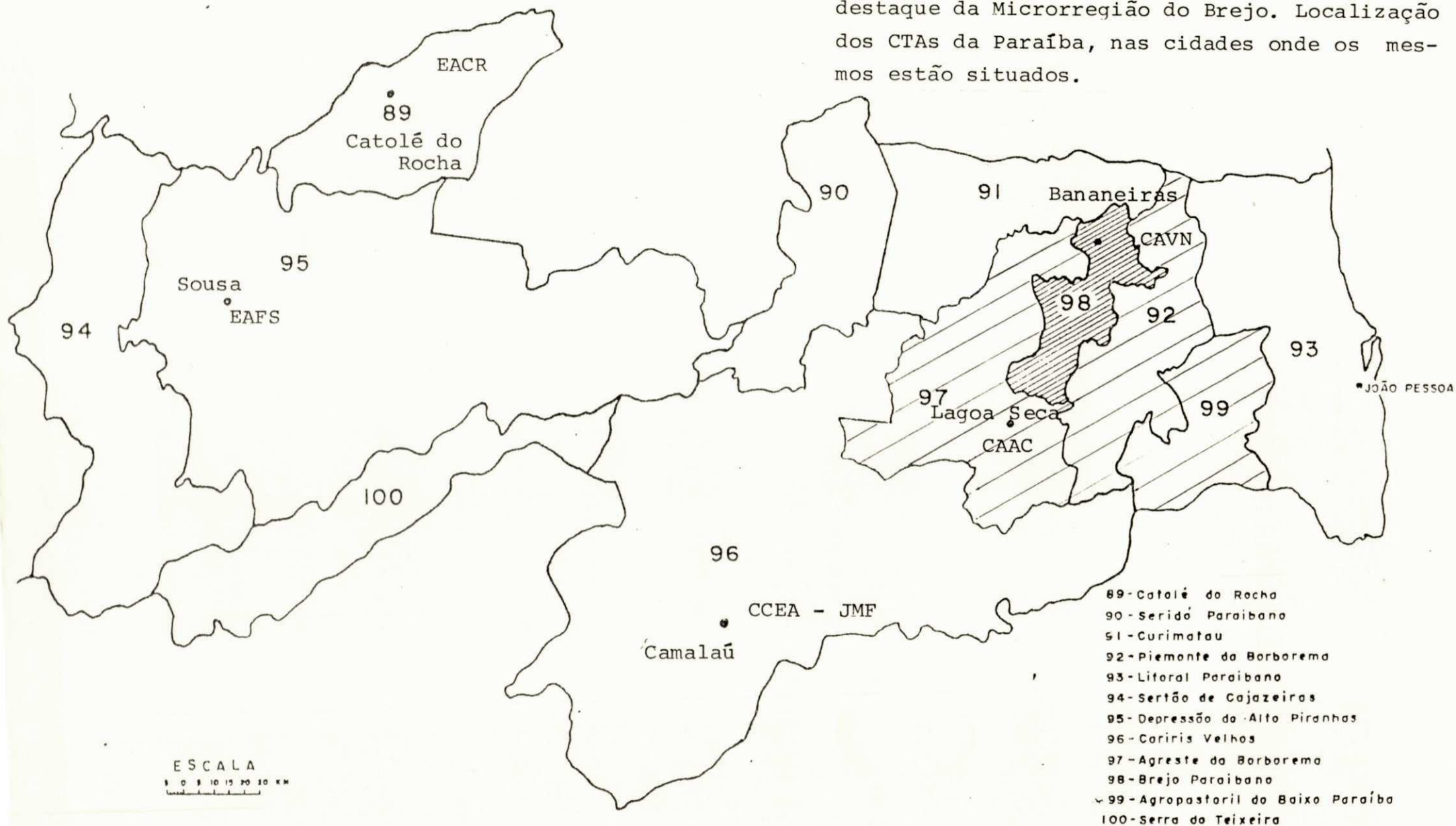
Não é necessário colocar seu nome: e prometemos garan-
tir sua anonimidade. Ao terminar de responder o questionário ,
coloque-o no envelope em anexo, pronto para ser colocado no Cor-
reio.

De antemão, e com a certeza de contarmos com a sua
colaboração, agradecemos. Pedimos ainda, responder e devolver
o mesmo com a máxima urgência, se possível, no prazo de 72 ho-
ras.

Atenciosamente

ANA LÍGIA DA CRUZ BARBOSA ARAÚJO
Professora da URNe
Coordenadora

Estado da Paraíba e suas Microrregiões. Localização da Região do Agreste e Brejo Paraibano e destaque da Microrregião do Brejo. Localização dos CTAs da Paraíba, nas cidades onde os mesmos estão situados.



B I B L I O G R A F I A

- ALENCAR, Francisco et alli, 1980. *História da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro. Ao Livro Técnico S/A, 33 p.
- ALMEIDA, Maria do Carmo Gomes, 1978. *Um Modelo de Avaliação de Aprendizagem Industrial - O Caso SENAI*. Tese de Mestrado . Universidade Federal de Minas Gerais . 11 p.
- ALTHUSSER, Louis, 1980. *Posições III*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 165 p.
- ANDRADE, Manoel Correia de, 1980. *A Terra e o Homem no Nordeste* São Paulo, Ciências Humanas, 278 p.
- ASHBY, Jaqueline et alli, 1981. *Desenvolvimento Agrícola e Capital Humano: O Impacto da Educação e da Comunicação*, In: WERTHEIN, J. e BORDENAVE, J.D. *Educação Rural do Terceiro Mundo*. São Paulo, Paz e Terra. pp. 127-159.
- BARROS, Samuel Rocha, 1975. *Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau*. Rio de Janeiro, Francisco Alves. 346 p.
- BCB (Banco Central do Brasil) 1984. *Informativo Mensal*. Departamento Econômico, Ano 4 - nº 43. Fevereiro.
- BNB, 1978. *Industrialização Rural no Nordeste do Brasil*. Fortaleza, BNB. 827 p.
- BRANDÃO, Zaira, 1978. *O Ensino de 2º Grau e a Profissionalização*. In: *Educação Brasileira Contemporânea: Organização e Funcionamento*. São Paulo, McGraw Hill, pp.106-125.
- BRANDEL, Fernand, 1972. *História e Ciências Sociais*. Lisboa, Portugal, Editorial Presença. 260 p.

- BRASIL, Francisco de Sousa, 1979. A Evasão Escolar no Ensino Brasileiro. in. *Carta Mensal*. Rio de Janeiro, Ano XXV nº 295 . Outubro pp. 29.
- BREJON, Moysés, 1978. *Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus*. São Paulo, Pioneira. 334 p.
- CASTRO, Francisco Alves de A, 1978. *Ensino e Desenvolvimento das Ciências Agrárias no Nordeste (Ceará) 1918-1978*. Fortaleza , BNB.556 p.
- CHAUI, Marilena de Sousa, 1980. *Ideologia e Educação*, . in, *Revista Educação e Sociedade*, nº 5. São Paulo, a Cortez Editores , pp. 24-40.
- COSTA, Roberto Hermeto da, 1979. *Habilitações Básicas - Suas Expectativas*. In: *Revista Documenta*, nº 219, Fevereiro, Brasília, MEC. pp. 56-69.
- CUNHA, Luis Antonio, 1979. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves. 293 p.
- DREIFUSS, Renê Armond, 1981. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes. 814 p.
- DURKHEIM, Emile, 1965. *Educação e Sociedade*. São Paulo, Melhoramentos. 91 p.
- FREITAG, Barbara, 1980. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo , Moraes. 142 p.
- GADOTTI, Moacir, 1980. *Educação e Poder - Introdução a Pedagogia do Conflito*. São Paulo, Cortez. 143 p.
- GALLIANO, A. Guilherme, 1979. *O Método Científico: Teoria e Prática*. São Paulo, Mosaico. 199 p.

- GALLÕ, Gaspar Jorge Garcia, 1973. *A Concepção Marxista de Escola e da Educação*. Cuba. 165 p.
- GALVAN, Cesare Guiseppe, 1979. É possível uma Economia da Educação? (Uma nota crítica sobre como o "Capital Humano" e sua teorização escondem o real: o "trabalho humano"). In: *Revista Educação e Sociedade*, nº 2. Janeiro. pp. 166-173.
- GARCIA, Pedro Bejamim, 1977. *Educação : Modernização ou Dependência?* Rio de Janeiro, Francisco Alves. 136 p.
- GARCIA, Edilia Costa, 1979. Educação e Trabalho. In: *Revista Documenta*, nº 219. Brasília, MEC. Fevereiro. pp. 28-47.
- GUIMARÃES, Alberto Passos, 1977. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 255 p.
- IPEA, 1955. *Sistema de Informações para Políticos de Emprego*. Brasília. Instituto de Planejamento Econômico e Social. 478 p.
- JARDIM, José Torquato C, 1977. O Ensino Médio no Brasil. In: *Revista Educação* nº 24. Outubro. pp. 24-30.
- KELLY, Maria do Socorro B, 1978. *Força de Trabalho e Emprego no Nordeste, 1968-1982*. Recife, SUDENE/DRH. 124 p.
- LIMA, Maria Ronete R, 1971. *Atuação do Serviço Social Junto ao Menor Escolar da Zona Rural*. Trabalho de conclusão do Curso de Serviço Social da FURNE. Mimeo. 136 p.
- LIRA, Gitana Maria F, 1983. *O Homem ou o Boi - O Roçado ou o Capim*. C. Grande. Tesde de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. 146 p.
- MADURO, Celia Moreira et Alli, 1980. A Atuação da COAGRI para o Desenvolvimento do Setor Primário da Economia. In: *Separata*

- MALASSIS, Louis, 1979. Educação e Desenvolvimento Rural. In: SZ MERCSANYI Tomás e QUEDA, Orioswaldo. *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo, Nacional. pp. 80-93.
- MARTINS, José de Sousa, 1975. A Valorização da Escola e do Meio Rural. In: MARTINS, J.S., *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira. pp. 83-102.
- MARX, Karl, 1980. *O Capital*. Volume I, Livro I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 579 p.
- MARX, Karl e ENGELS, Fredrich, 1978. *Crítica da Educação e do Ensino*. Lisboa, Portugal, Moraes Editores. 265 p.
- MEC-COAGRI, 1978. *O Que É do Que Faz a COAGRI*. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação do MEC. 11 p.
- _____ 1980. *Metodologia do Sistema Escola - Fazenda*. Brasília, Mimeo. 19 p.
- _____ 1982. A Escola no Campo. In: *Revista Educação nº 38*. Ano II. Abril/setembro. pp. 32-36.
- MEC, COAGRI, DAP. s/d. *O Que é a Escola Agrotécnica Federal de Sousa - Pb*. Gráfica Valdeci Editora.
- _____ 1982. *Escolas de 2º Grau da Área Primária*. Brasília, Gráfica Valdeci Editora.
- PETTY, Miguel et alli, 1981. Uma Alternativa para Educação Rural. In: WETHEIN, Jorge e BORDENAVE, Juan Dias. *Educação Rural no Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. pp. 31-63.
- PIERON, Henry, 1966. *Dicionário de Psicologia*. Rio de Janeiro. Globo. 533 p.

- SARAIVA, Terezinha, 1975. O Ensino de 2º Grau a Luz da Lei nº 5.692. In: *Revista Educação* nº 18. Ano 5. Brasília. Outubro/ dezembro, pp. 67-75.
- SCHWARTZMAN, Simon e WROBEL, Vera, 1971. *Educação e Produtividade na Área Rural*. (Documento do Trabalho nº I) Programa ECI-EL. Fundação Getúlio Vargas. s/n.
- SEC, 1980. *Projeto de Implantação do Colégio Agrotécnico de Catolê do Rocha*. João Pessoa, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba. Mimeo. II p.
- SILVA, Ana Maria Marques et alli, 1979. A Crise da Escola na Sociedade Capitalista Contemporânea. In: *Revista Educação e Sociedade*, nº 2. Janeiro. pp. 128-135.
- SILVA, Graziano da, 1978, *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, Hucitec. 267 p.
- SILVA, Marinete dos Santos, 1980. *A Educação Brasileira do Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo, Livraria Panorama - Editorial Livramento. 61 p.
- SNYDERS, Georges, 1977. *Escola, Classe e Luta de Classe*. Lisboa, Portugal, Moraes Editores. 406 p.
- SOUZA, Paulo Nathanael P. de, 1979. Ensino Profissionalizante . Projeto e Realidade . In : *Revista Documenta*, nº 219. Brasília, fevereiro. pp. 47-55.
- VEIGA, José Eli. *O Que é a Reforma Agrária*. São Paulo, Brasilense. 87 p.
- VELEDA, Neise Leite, 1970. *Problemas Atuais do Ensino Agrícola*

- PINIAGO, Maria do Carmo Tafuri, 1976. O Ensino Profissionalizante em Minas Gerais. In: *Revista Educação*, nº 22. MEC, Ano 6. Outubro/Dezembro. pp. 97-106.
- PONCE, Anibal, 1981. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Cortez, 192. p
- PRADO JUNIOR, Caio, 1978. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense. 266 p.
- _____ 1981. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 377 p.
- QUEDA, Orosvaldo, e SZMRECSANYI, Tomás, 1979, O papel de Educação Escolar e da Assistência Técnica. In: QUEDA, O, e SZMRECSANYI, Tomás, *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo, Nacional, pp. 216-233.
- RIBEIRO, Maria Luiza Santos, 1978. *História da Educação Brasileira. A Organização Escolar*. São Paulo, Cortez e Moraes. 139 p.
- RODRIGUES, Neidson, 1981. Estado e Educação no Brasil. In: *Revista Educação e Sociedade* nº 10, Ano IV. São Paulo, Cortez e Autores Associados. pp. 41-53.
- ROMANELLI, Otáisa de Oliveira, 1978. *História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes. 267 p.
- SÁ, Maria Braga, 1980. *Os Engenhos de Rapadura e a Expansão da Agroindústria Açucareira, no Município de Areia, Microrregião do Brejo Paraibano*. Tese de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba.
- SALM, Claudio, 1980. *Escola e Trabalho*. São Paulo, Brasiliense. 112 p.